

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GERUSA EMÍLIA DA SILVA L.

**O SERVIÇO SOCIAL E A TAREFA HISTÓRICA DO DEBATE URGENTE DA
EDUCAÇÃO EMANCIPADORA, COMO COMPROMISSO ÉTICO POLÍTICO À
SUPERAÇÃO DA “APARÊNCIA” NA DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA**

Uberlândia/MG

2026

GERUSA EMÍLIA DA SILVA L.

**O SERVIÇO SOCIAL E A TAREFA HISTÓRICA DO DEBATE URGENTE DA
EDUCAÇÃO EMANCIPADORA, COMO COMPROMISSO ÉTICO POLÍTICO À
SUPERAÇÃO DA “APARÊNCIA” NA DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA**

Trabalho de Dissertação apresentado ao
Programa de Pós Graduação em Educação da
Faculdade de Educação da Universidade
Federal de Uberlândia como requisito parcial
para obtenção do título de mestre em educação,
em exame de qualificação.

Área de concentração: Trabalho, Sociedade e
Educação

Orientador: Dr. Carlos Alberto Lucena

Uberlândia/MG

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L732c Lima, Gersa Emília da Silva, 1981-
2026 O Serviço Social e a tarefa histórica do debate urgente da educação
emancipadora, como compromisso ético político à superação da
“aparência” na defesa da classe trabalhadora [recurso eletrônico] /
Gersa Emília da Silva Lima. - 2026.

Orientador: Carlos Alberto Lucena.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.5514>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Lucena, Carlos Alberto, 1964-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Educação. III. Título.

CDU: 37

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 19/2026/972, PPGED				
Data:	Vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	[08:00]	Hora de encerramento:	09h:50]
Matrícula do Discente:	12412EDU013				
Nome do Discente:	GERUSA EMÍLIA DA SILVA LIMA				
Título do Trabalho:	"O Serviço Social e a tarefa histórica do debate urgente da educação emancipadora, como compromisso ético político à superação da "aparência" na defesa da classe trabalhadora"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Trabalho, Sociedade e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"O novo nazifascismo e a mundialização do capital"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Anderson Claytom Ferreira Brettas - IFTM; Robson Luiz de França - UFU e Carlos Alberto Lucena - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Carlos Alberto Lucena, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Lucena, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/02/2026, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Claytom Ferreira Brettas, Usuário Externo**, em 27/02/2026, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robson Luiz de França, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/03/2026, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7092840** e o código CRC **5675894A**.

O IMPACTO POTENCIAL ESPERADO COM ESTA PESQUISA

, que vivenciam na carne e na vida concreta e material as barbáries do capital. Com 50,34% da categoria assistentes sociais se autodeclarando negras/os (pardas/os e pretas/os) (CFESS, 2022) - população essa que na relação capital x trabalho sofre a exploração, dominação e materialização das barbáries, violências e mazelas em raízes profundas, com impactos diferentes e excluídas do interior que foi e é o cenário da classe trabalhadora e operária na sociedade burguesa em sua gênese e no tempo dessa pesquisa. Essa pesquisa não busca e nem espera menos que contribuir com a produção teórica do conhecimento e da educação política emancipadora no Serviço Social, bem com o avanço dessa, rumo à superação da “aparência” na luta da classe trabalhadora de todas às identificações de gênero, com atuação ativa das/os das/os assistentes sociais ancoradas/os no Projeto Ético Político do Serviço Social que adota A Teoria Social Crítica de Marx e seu Método, para nortear o fazer profissional em defesa da emancipação que impacte na vida social, concreta e material das massas trabalhadora para a redução das expressões da questão social, na direção da superação do modo de produção capitalista. Ou seja, para uma nova Ordem.

THE POTENTIAL IMPACT EXPECTED FROM THIS RESEARCH

In a professional category in which 92.92% are workers who identify as female—that is, WOMEN—who experience in their own bodies and in their concrete, material lives the barbarities of capital. With 50.34% of social workers self-identifying as Black (Brown and Black) (CFESS, 2022)—a population that, within the capital–labor relationship, endures exploitation, domination, and the materialization of barbarities, violence, and deep-rooted injustices, suffering distinct impacts and exclusion from the very core that has been, and continues to be, the setting of the working and laboring class in bourgeois society since its genesis and throughout the period of this research. This research seeks nothing less than to contribute to the theoretical production of knowledge and emancipatory political education in Social Work, as well as to its advancement toward overcoming the “appearance” in the struggle of the working class—of all gender identities—with the active engagement of social workers grounded in the Ethical-Political Project of Social Work, which adopts Marx’s Critical Social Theory and its Method to guide professional practice in defense of emancipation that transforms

the social, concrete, and material life of the working masses, aiming at reducing the expressions of the social question and moving toward the overcoming of the capitalist mode of production. In other words, toward a new Order.

GERUSA EMÍLIA DA SILVA L.

**O SERVIÇO SOCIAL E A TAREFA HISTÓRICA DO DEBATE URGENTE DA
EDUCAÇÃO EMANCIPADORA, COMO COMPROMISSO ÉTICO POLÍTICO À
SUPERAÇÃO DA “APARÊNCIA” NA DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA**

Trabalho de Dissertação apresentado ao
Programa de Pós Graduação em Educação da
Faculdade de Educação da Universidade
Federal de Uberlândia como requisito parcial
para obtenção do título de mestre em educação.

Área de concentração: Trabalho, Sociedade e
Educação

Uberlândia/MG, data

Banca Examinadora:

Orientador: Profº Dr. Carlos Lucena – UFU

Profº Robson Luiz França – Doutor - UFU

Profº Anderson Claytom Ferreira Brettas – Doutor - UFTM

Dedico este trabalho aos que na luta trabalha -
a Classe Trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

A quem e ao que agradecer? Em princípio foi essa a pergunta que reverberou em mim. Não pela ausência de sujeitos significativos nessa caminhada concreta e material que inseriu-se o mestrado na reprodução social da minha existência. Mas sim, pelo desafio que é e foi estar discente no Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia. Ao contrário do que escutamos dizer de boa parte das histórias de discentes na pós graduação *stricto sensu*, viver o mestrado não foi um peso, sacrifício e/ou adoecedor, foi respiro. Ah, mas e o conhecimento? Esse, foi o que conduziu os meus respiros, em um tempo que o desafio foi o mundo concreto e material do trabalho.

Materializar essa pesquisa, é resultado de muita resistência, uma vez que no percurso da escrita vivenciei o assédio moral no trabalho e com leitura da realidade concreta, pude analisar a *essência* e não adoecer diante da *aparência*, cedendo às estratégias do capital de dominação, exploração e expropriação da vida concreta e material das/os trabalhadoras.

Alexandre, meu companheiro afetivo e sexual, que partilha, compartilha e experiencia a vida social concreta e material comigo. Compreendeu minhas ausências, meu sono repentino, assumiu mais tarefas da reprodução da vida cotidiana do lar, é pai no concreto - porém foi duplamente no concreto quando eu tive que estar em outros espaços. No primeiro semestre do mestrado, eu praticamente dormia e acordava na UFU, pela quantidade de disciplinas cursadas. E a todo momento, sem pestanejar, ELE SEMPRE ESTEVE PRESENTE E ATUANTE.

“[...]”E a gente vive junto

E a gente se dá bem

Não desejamos mal

A quase ninguém

E a gente vai à luta

E conhece a dor

Consideramos justa

Toda forma de amor, hey! “[...]”

MEU AMOR, AMUTUCHURU - MUITO OBRIGADA.

Às minhas filhas Diúlia e Maria Luisa, vocês guiam toda a minha existência desde que chegaram nela. Paro por aqui, pois sou tomada por lágrimas, do contrário não conseguirei escrever. TAMU JUNTAS, AMO VOCÊS.

Ao Antony, que chegou chegando e tomou meu coração. Vovozinha te ama.

Em especial à minha mãe, que fez a passagem em 24/07/2023 - mas que celebra em outro plano, guia meus passos e quem sou, a partir de tudo que fez, foi e em lembrança concreta segue sendo. Sigo te amando.

A minha tia Dezi, que também foi e é mãe - meu exemplo do que é doar-se. Obrigada por tão bem, sempre cuidar de mim e de nós. Meu eterno amor.

Às minhas irmãs Zilda e Rayssa, com quem sempre pude e posso contar. A gente se ama.

Ao meu irmão Júnior, que no silêncio diz tanto.

Aos meus sobrinhos/a, pelos momentos e partilha.

Aos meus avós, pelo legado e pertença. Vocês tem minha eterna admiração.

À minha sogra Dona Ceia, sua passagem foi em 05/11/2022 - minha referência de sabedoria.

À minha família, repleta de mulheres potentes, que em presença e distância é pertença.

Ao Profº Camarada e orientador Dr. Lucena - que tanto me ensinou, ainda que não percebesse ou desejasse estar ensinando. Seu notório saber (reconhecido por toda a trupe de discentes) é uma aula em cada conversa, me guiou livre com segurança para discorrer e materializar esta pesquisa. Para além... se há humanidade no humano, ele e sua esposa Maria de Lourdes, são a materialização. O senhor elevou meu conhecimento a outro nível, me permitiu uma apropriação em Marx - que sim, eu esperava. Obrigada por tanto, por tudo e pela camaradagem. TE ENCONTRO NO DOUTORADO.

Às/Aos discentes, gratidão por tornarem a caminhada suave. Pelas amizades que fiz e seguem firmes na realidade concreta e material da resistência e da luta.

Ao Programa de Pós Graduação em Educação, em especial à linha do Trabalho, Sociedade e Educação - a vida precisa prestar, e ela se fez prestar. Meu agradecimento por estarem neste processo, com toda soberba, eu escolhi a melhor linha de pesquisa.

Com coração e a existência preenchida, à Classe Trabalhadora toda gratidão possível, pois me guiaste com pés fincados no chão e na vida concreta e material da pesquisa, do trabalho, do afeto e da luta. Assim, ainda que por terras na aparência sejam improdutivas, na essência dão frutos - e eu sou fruto dessa, o trabalho vivo.

Obrigada à todas/os que em nome não citei, mas que por solidariedade e lealdade histórica estamos na mesma luta. Sigamos na defesa e na luta pela superação da Ordem Vigente, a qual nos atende e que em nada tenho a agradecer.

À mim, pois, chegar ao mestrado, para uma mulher negra, trabalhadora, militante, que foi mãe aos 16 anos, de origem periférica, assim como realizar esta pesquisa - é fruto de muita resistência e um ato revolucionário. Já na primeira aula, sou tomada por imenso susto - recebo pelo próprio Prof^o Dr. Lucena, a notícia de que seria sua orientanda. Confesso que não muito sabia sobre ele, até ali, e já nesta primeira aula - eu, assistente social e como pessoa nesse mundo, alinhada com o método e a teoria social de Marx, me impressiono com tamanho conhecimento, apropriação e notório saber desse. Exigente que sou, saio da aula, me colocando o desafio de revisar tudo que eu havia produzido de conhecimento até aquele momento, se as epistemologias utilizadas estavam coerentes com Marx, e se nelas estava Marx, e para alívio, sim, estava, ainda que sem a robusta apropriação de minha parte. Em raríssimas vezes, me deparei com um intelectual que ampla leitura possui sobre Marx - e olha que tive a possibilidade de estar, escutar e ler vários. A única certeza que tive desde a primeira aula no mestrado, foi de que se eu tivesse escolhido o orientador, não teria escolhido tão bem - então, ufa! Tenho um orientador que posso chamar de Camarada (se é que vocês me entendem).

Ao tempo, agradeço e abro, aqui, pequeno parêntese visando materializar o que foi o tempo na e da pesquisa, bem como a experiência da qualificação para seguir com esta. Novamente o receio de receber da banca ponderações sobre incoerência epistemológica, e ufa! Essas não vieram. Mas vieram excelentes contribuições que após a qualificação, com refinamento da banca, me fizeram também refinar minha pesquisa no que tange clareza e objetividade, bem como direcionamento para toda/o e qualquer leitora/or. Assim, entende-se que a qualificação é essencial ao desenvolvimento da pesquisa, e particularmente gostaria que ela tivesse acontecido no início, quando tudo eram apenas ideias. Se é que posso sugerir algo - leiam, mas leiam bastante antes de qualquer escrita, o aprofundamento teórico e epistêmico, tornou minha escrita fluída e segura. A leitura me trouxe apropriação, e não teve momento que eu me sentisse sem rumo¹.

¹ São honras ao meu orientador, Prof^o Dr. Carlos Lucena, que já na primeira orientação, me disse: “faça pesquisa de referencial bibliográfico, viu filha. Pois, não se entrevista o que não se apropria, deixe a pesquisa de campo para o doutorado. Pois, os sujeitos possuem suas histórias, e aprofundar na visão de mundo que as teorias carregam, é respeitoso com estes. Se você já tem as respostas e as perguntas para que pesquisar?. O aprofundamento na pesquisa bibliográfica vai lhe trazer, talvez perguntas que só na pesquisa de campo/loco com os sujeitos será, talvez, possível ter respostas, ainda que não te satisfaça - aí surgem novas pesquisas”

“ [...]” Sou água de cachoeira

Ninguém pode me amarrar

Piso firme na corrente

Que caminha para o mar

Em água de se perder

Eu não me deixo levar

Eu andei (andei lá)

Andei lá, andei lá “[...]”

(Abre Caminho - Mariene de Castro, 2005)

RESUMO

Esta pesquisa possui como objetivo principal, sustentada na Teoria Social Crítica de Marx, o aprofundamento para compreender a dinâmica do capitalismo na dominação da formação na graduação em Serviço Social que incide na categoria, desde sua gênese. Buscando tornar concreto o que está na “*essência*” no que se refere à dominação e controle do Capital no e a que conhecimento a classe trabalhadora terá acesso, com particularidade centra-se nas/os assistentes sociais - categoria composta majoritariamente por mulheres, e em sua totalidade por pessoas negras (pretas/os e pardas/os), assim nesta, a realidade concreta demonstrou que as questões de gênero e racial estão inseridas na complexidade da relação capital x trabalho, com tensionamentos na atuação e na reprodução da vida social destas/es, por comporem a divisão social, de gênero, racial e técnica do trabalho. Esta pesquisa, utilizando de metodologia de referencial teórico bibliográfico e documental, dedica-se ainda a apresentar as condições históricas da necessidade de profissionalização do Serviço Social e o direcionamento do trabalho das/os assistentes sociais. Apresentando, alinhado ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, como proposição à superação da Ordem Vigente (o capitalismo) a urgência da educação emancipadora na graduação em Serviço Social, diante da relevância pública da profissão na produção de impactos na vida da população - com intervenção e atuação direta nas expressões da Questão Social. A partir dos resultados que foram possíveis retirar da “*aparência*”, nesta pesquisa, ela contribui para a revisão das Diretrizes Curriculares do Serviço Social, para categoria como classe trabalhadora e para a massa trabalhadora a qual é destinado o trabalho das/os assistentes sociais, frente às barbáries e investidas do Capital.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação Emancipadora; Classe Trabalhadora.

ABSTRACT

This research has as its main objective, grounded in Marx's Critical Social Theory, to deepen the understanding of the dynamics of capitalism in the domination of undergraduate education in Social Work, which has influenced the profession since its inception. It seeks to make concrete what lies in the "essence" regarding the domination and control of Capital over the type of knowledge accessible to the working class. Specifically, it focuses on social workers—a category composed mostly of women and, in its entirety, of Black people (both Black and Brown). In this context, the concrete reality has shown that gender and racial issues are embedded in the complexity of the capital–labor relationship, generating tensions in the professional practice and in the social reproduction of these workers, as they are part of the social, gender, racial, and technical division of labor. Using a bibliographic and documentary theoretical framework as its methodology, this research also aims to present the historical conditions that led to the need for the professionalization of Social Work and the orientation of social workers' labor. In alignment with the Ethical-Political Project of Social Work, it proposes the urgency of emancipatory education in undergraduate Social Work programs as a means to overcome the prevailing order (capitalism), given the public relevance of the profession in producing impacts on people's lives—through direct intervention and action on the expressions of the Social Question. Based on the results that could be drawn from beyond the "appearance," this research contributes to the revision of the Social Work Curriculum Guidelines, to the profession as part of the working class, and to the broader working masses to whom social workers' labor is directed, in the face of the barbarities and assaults of Capital.

Keywords: Social Work; Emancipatory Education; Working Class

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Os três modelos de rede.....	85
Figura 2 -	a distribuição regional de Assistentes Sociais inscritos nos CRESS's.....	85
Figura 3 -	a identificação de gênero regional de Assistentes Sociais inscritos nos	86
Figura 4 -	CRESS's..... a identificação de gênero por região e Estado (destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) de Assistentes Sociais inscritos nos CRESS's.....	87
Figura 5 -	o tipo de acesso ao ensino na graduação em Serviço Social.....	88
Figura 6 -	a renda versus o tipo de instituição que a/o assistente social graduou.....	89
Figura 7 -	a titulação no que se refere à continuidade do ensino.....	90
Figura 8 -	o pertencimento/reconhecimento étnico racial das/os trabalhadores assistentes sociais.....	91
Figura 9 -	as instituições que contratam a força de trabalho das/os assistentes sociais.....	92
Figura 10 -	O vínculo de trabalho das/os assistentes sociais.....	93
Figura 11 -	o envolvimento das/os assistentes sociais com as Instituições que legitimam a profissão.....	94
Figura 12 -	a atividade na militância das/os assistentes sociais.....	94
Figura 13 -	a filiação política da/os assistentes sociais.....	95
Figura 14 -	Assistentes Sociais e o culto religioso.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEAS	Centro de Estudos Ação Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CF88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
LBA	Lei Brasileira de Assistência
LOPS	Lei Orgânica de Previdência Social
MPC	Modo de Produção Capitalista
MRLA	Movimento de Reconceituação Latino Americano
OSC	Organização da Sociedade Civil
PEPSS	Projeto Ético Político do Serviço Social
SEMOR	Secretaria de Modernização

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
MOVIMENTO I	26
2 CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA, E O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO.....	26
2.1 O Movimento das Crises do Modo de Produção Capitalista, o início da barbárie pela exploração.....	26
2.2 O surgimento do Serviço Social enquanto profissão.....	35
2.3 O Serviço Social (profissionalizado) será que brasileiro?.....	38
2.4 Políticas Públicas, uma compreensão histórica da profissionalização da categoria Assistente Social.....	40
2.5 Rede Social e Terceiro Setor; um novo modelo de organização da sociedade.....	45
2.6 A SUSTENTAÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NA E PARA A GRADUAÇÃO ACADÊMICA DA/O ASSISTENTE SOCIAL	50
2.6.1 Influências do Positivismo e de sua Concepção de Educação Moral e Conservadora....	50
2.7 O despertar para Método de Marx	54
MOVIMENTO II.....	58
3 A adoção do Método na Defesa Intransigente da Emancipação da Classe Trabalhadora....	58
3.1 O Projeto Ético Político do Serviço Social.....	58
3.2 A Educação Emancipadora.....	62
3.3 O Trabalho Social em Serviço Social.....	68
3.4 A dimensão social crítica e a educação: tensões e transformações para e no mundo do trabalho.....	73
3.5 O contexto emancipador da educação pela defesa da classe trabalhadora	78
MOVIMENTO III.....	85
4 QUE ENCONTROU-SE NA ANÁLISE DO REAL.....	85
4.1 Gênero - o Serviço Social majoritariamente de Mulheres.....	85
4.2 Raça: trabalhadoras negras e Serviço Social.....	90
4.3 O trabalho concreto da/o assistente social, Estado e o dono da mercadoria.....	92
4.4 Assistentes Sociais e o compromisso com a continuidade da formação e a Classe trabalhadora	93

4.5	Assistentes Sociais e a herança religiosa.....	96
4.6	As Diretrizes Curriculares do Serviço Social - Graduação e Educação Emancipadora.....	97
5	DISCUTINDO A ESSÊNCIA A ESSÊNCIA DO (S) MOVIMENTO (S).....	99
6	CONCLUINDO A ANÁLISE DOS MOVIMENTOS (QUE NÃO FINDAM, MAS HÁ QUE FINDER NESTA).....	107
	REFERÊNCIAS.....	110
	ANEXO A - DIRETRIZES CURRICULARES DO SERVIÇO SOCIAL.....	116

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da construção dessa pesquisa, fez-se a exigência de usar lentes as quais não fossem as existentes na pseudoconcreticidade, pois esta pesquisa, se dá em um momento da vida social, concreta e material em que vivencia-se intensificações de muitas expressões da questão social oriundas da dialética do capitalismo. Afastar-se dessas (mas não abandoná-las) para pesquisar o movimento da categoria profissional assistente social rumo à superação da “aparência”, fez-se de crucial importância, e nesse sentido o “Método” foi o fio condutor. Esclarece-se que nessa pesquisa o termo movimento - será utilizado para identificar os capítulos ou seções, uma vez que essa, visa pesquisar/investigar o movimento da categoria profissional no que tange o Serviço Social e a tarefa histórica do debate urgente da educação emancipadora, como compromisso ético político à superação da “aparência” na defesa da classe trabalhadora, frente à dualidade teórica e o avançar da aparência para à essência na práxis cotidiana pautada e ancorada no Projeto Ético Político do Serviço Social que se materializa no Código de Ética da/o Assistente Social e na Lei que regulamenta a essa, para a defesa intransigente da classe trabalhadora no que se refere às ofensivas do capital.

Ainda sobre aspectos desta pesquisa, a categoria profissional assistente social é composta em sua ampla maioria por mulheres, conforme pesquisa do perfil profissional realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, em 2024, identificou que 92,92% declararam se identificar com o gênero feminino. Para honrar e reparar a invisibilidade feminina nas lutas, na graduação e sua contribuição expressiva na e para a pesquisa, nas citações e referências serão essas identificadas pelo primeiro nome, uma vez que nas sociedades patriarcais e machistas, a história nos confirma que o sobrenome em sua grande maioria é dos sujeitos familiares masculinos.

A fundamentação e sustentação teórica desta pesquisa, foi desafio, mas talvez não o maior. Porém, compreende-se como desafio qualquer que seja a metodologia utilizada para fundamentar e dar arcabouço a uma pesquisa que insere-se no campo das ciências sociais humanas.

O desafio de escrever apresentou-se nesta, uma vez que, o que dificultou foi justamente a rigorosidade de seguir a análise na visão para a tendência e o movimento do real, sem que nos colocássemos nela diretamente, mesmo que sejamos. Assim, muito do processo histórico que carrega-se enquanto assistente social no mundo do trabalho, estará presente nessa, sempre na rigorosa tentativa de não ficar na aparência e sim de “apreender a essência”, não sendo a

pesquisadora, desta, e/ou outros sujeitos externos ao objeto - estamos implicados nesse, como Netto (2011, p. 22 e 28) nos apresenta.

Diante do exposto, até aqui, apresenta-se como problema de pesquisa: a possível manutenção do positivismo e do conservadorismo no interior do Serviço Social, como estratégia de manutenção da dominação do Capital, do e no conhecimento a ser adquirido e/ou acessado na educação escolarizada na graduação da classe trabalhadora, em especial, das/dos assistentes sociais. .

As categorias que serão norteadoras desta pesquisa são:

- O Serviço Social enquanto profissionalização;
- Políticas Públicas e a necessidade de profissionalização das/os Assistentes Sociais;
- A divisão social, racial, de gênero e técnica do trabalho das/os Assistentes Sociais;
- Serviço Social e Gênero;
- Graduação em Serviço Social e Educação Emancipadora;
- Projeto Ético-Político;
- Emancipação da Classe Trabalhadora.

Esta pesquisa tem como Objetivo Geral: compreender a dinâmica do capitalismo na dominação da formação na graduação em Serviço Social que incide na categoria, desde sua gênese.

Contemplam os Objetivos Específicos, desta:

- A partir da pesquisa bibliográfica e documental, apresentar como a Ordem Capitalista direciona a educação na graduação, para dominação da classe trabalhadora;
- Por meio de levantamento bibliográfico, apresentar a educação emancipadora como uma das estratégias de compreensão da “*essência*” para a categoria de trabalhadoras/es assistentes sociais;
- Analisar por referencial bibliográfico e documental, a adoção ou não das/os assistentes sociais do Projeto Ético-Político para a atuação na defesa da emancipação da classe trabalhadora;
- Apresentar as condições históricas em que está inserida a/o assistente social e seu trabalho, enfatizando a necessidade da educação emancipadora na graduação, devido a relevância pública da profissão na produção de impactos na vida da população a partir da categoria como classe trabalhadora.

Para o desenvolver desta pesquisa, será adotada a Metodologia de Pesquisa Bibliográfica e Documental Qualitativa, onde no Movimento I - discute-se a Conjuntura

Econômica e Política, e o Surgimento do Serviço Social como profissão - fez-se o estado da arte do Serviço Social enquanto profissão, conectando-o com o Modo de Produção Capitalista - MPC e suas crises a partir de 1825, período que marca a considerada primeira crise do capitalismo (ainda que não muito pesquisada e/aprofundada por pesquisadores e interessadas/os na temática. Mas que naquele período o MPC incipientemente já apresentava suas formas de apropriação e dominação da riqueza social produzida pela classe trabalhadora). Contemplando em seus títulos e subtítulos, como o Serviço Social inseriu-se na divisão social e técnica do trabalho, onde no 2.1 traçamos o Movimento das Crises (1825 - 1890) do Modo de Produção Capitalista e o início da barbárie pela exploração, no subtítulo 2.2 abordamos surgimento do Serviço Social enquanto profissão para atender ao capital, no 2.3 discorremos na apropriação do conhecimento para compreender o Serviço Social (profissionalizado) brasileiro. Realizando sua interlocução/ligação direta no subtítulo 2.4 das Políticas Públicas com a necessidade da profissionalização da categoria Assistente Social, as quais são abarcadas pelo terceiro setor e um novo modelo de organização da sociedade, que apresentamos no subtítulo 2.5, de maneira que todas essas questões são direcionadas na ótica e sustentada na teoria positivista de Durkheim, como discorremos no subtítulo 2.6. Com vistas a apresentar a aproximação da tradição marxista, ou seja, ao Método de Marx, trazemos os elementos desta, no subtítulo 2.7.

No Movimento II - apresentaremos o direcionamento do Serviço Social para a adoção do Método como fio condutor para análise da realidade concreta e material das expressões da Questão Social que assola a classe trabalhadora. E a educação emancipadora e/ou socialista radical direcionada na discussão e proposição de Mészáros (2024), em seu livro “A Educação para Além do Capital”, como condição essencial para a compreensão do fazer profissional em defesa da superação da ordem vigente. E de outros autores como Saviani, Maria, Lucena, como demonstramos nos subtítulos 3.1 a 3.

O Movimento III - faremos a apresentação e comentários do que foi encontrado no movimento real desta pesquisa, os quais estão nos subtítulos de 4.1 a 4.7, na tentativa de trazer a “*essência*” de como se dá de maneira concreta a adoção da educação emancipadora na graduação em Serviço Social, se esta se confirma ou não, por meio da análise qualitativa dos dados compilados pelo CFESS no levantamento que é o relatório final deste, o qual foi intitulado Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional (2022), e sua etapa final publicada em 2024 - nomeada Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: dados complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil, de maneira que por não contemplar (ainda) a pesquisa *in loco*, sem nenhuma pretensão, intenção e /ou comparação quantitativa, os dados e figuras representadas são o que está concreto e

validado pelo referido órgão, no que se refere à categoria, no tempo em que esta pesquisa foi realizada.

Já na discussão da análise, expomos o movimento histórico cunhado no presente (momento desta pesquisa) que tornam concreto o trabalho do Capital para que não se torne real a educação emancipadora na graduação em Serviço Social, e os enfrentamentos a serem superados para a efetiva contribuição da categoria de trabalhadoras/es assistentes sociais rumo a uma nova ordem social, via sua direção social. Concluímos com a sugestão de maturação do conhecimento, do que foi apresentado nesta, para instigar reflexões que impulse aos assistentes sociais e os sujeitos sociais - e a classe trabalhadora a transpor a superação da “aparência” para à “essência” em defesa da revolução no modo de produção, ou seja a superação da ordem vigente/dominante, bem como, com proposições de continuidade desta pesquisa, em loco.

Toda à pesquisa se sustentará nos textos marxianos e marxistas (Engels, Mészáros, Saviani, Lucena, Lucena, Netto, Guerra - como as/os principais, além de outras/os) e nos documentos produzidos e legitimados pelos órgãos representativos da profissão de assistentes sociais, como o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, e da Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social - ENESSO, bem como as diretrizes curriculares e na matriz curricular estabelecidas para a graduação em Serviço Social, e o último Projeto Ético Político do Serviço Social (até o momento desta, o que está instituído e direciona a categoria profissional). Na tentativa de que, estes, possam ser subsídios para compreender se contemplam a materialidade política crítica da adoção ou não da educação emancipadora pelos sujeitos assistentes sociais, para que possam atuar em defesa da classe trabalhadora. Também será realizada a análise dos dados e informações das/os assistentes sociais inscritos no Conselho Regional de Assistentes Sociais - CRESS, contidas no documento que apresenta o Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional e da Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: dados complementares ao perfil de Assistentes Sociais no Brasil², em especial os campos sobre: o tipo e modalidade de ingresso e acesso na graduação; a titulação acadêmica; o autorreconhecimento de gênero; a autodeclaração/autorreconhecimento étnico racial; a vinculação religiosa; o vínculo de

² O primeiro refere-se ao relatório final da fase 1 (2022/2023), disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>, e o segundo ao relatório final da fase 2 (2024), disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCFESS-DadosComplementares-PerfilASnoBrasil2024.pdf>, da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais, realizada pelo Conselho Federal do Serviço Social – CFESS, sendo os dados coletados no período de 2016 à 20219.

trabalho; o meio de ingresso no trabalho; a esfera de trabalho; e o valor pago pelo empenho da força de trabalho; a participação em eventos realizados pelos órgãos legitimadores e fiscalizadores da profissão; a participação na militância e em partidos políticos. Espera-se que, estes, os quais são elementos da reprodução da vida social na realidade concreta e material das/os assistentes sociais, de como se dá o comprimento e adoção ao Projeto Ético-Político, bem como na busca por reconhecer o alinhamento dos Diretrizes Curriculares da Graduação em Serviço Social com uma educação emancipadora/sociliasta radical.

Reconectar as crises iniciais (e pouco estudadas) do capitalismo, com a necessidade da profissionalização do Serviço Social, fazendo a leitura a partir da “*prática social*” e histórica, sem reproduzir na mesma o que já foi visto, mas acrescentando o real do tempo desta pesquisa, revelou caminhos que talvez outras lentes não os viram, ou não os entenderam como necessário pesquisar. Porém foram apresentando-se, durante a pesquisa, reveladores do modo de agir e pensar ainda persistente na profissão.

Apresentar a movimento do capitalismo, a partir de 1825, para o surgimento do Serviço Social enquanto profissão, coloca-se aqui, como posto, o desafio entre o contexto histórico e a análise não anacrônica, uma vez que ser fiel ao processo histórico concreto e contar esse, contextualizando-o no tempo em que essa pesquisa se realiza, dá-se como crucial para contemplar o objetivo, o objeto e os sujeitos dessa. Até mesmo porque, como nos apresenta Netto (2006, p.62) ancorado em Marx, novos modos de produção trazem consigo mais, ou menos (no sentido de quantidade e intensidade) vestígios, características e combinações dos meios já existentes e que estão sendo extinguidos ou modificados, com possível antecipação ou vislumbrar de um novo modo de produção. O que irá nos mostrar que sempre haverá um “*modo de produção dominante*”. Não perdermos do alcance de enxergar e não apenas ver, os traços históricos e conseqüentemente a visão de mundo introjetada nos donos dos meios de produção, torna-se fundamental para compreendermos a formação econômica-social na qual o Serviço Social teve seu lugar inicialmente pensado e forjado enquanto profissão pelo capitalismo, como diversos autores ao longo da história tem colocado/trazido à luz.

Uma construção a partir de 1825, dá-se na audaciosa tentativa de propor uma discussão que avance o já pesquisado, produzido e escrito sobre a temática. Audácia esta, que não contempla a prepotência, mas sim, a manutenção de perguntas e inquietações envolvendo o Serviço Social, conseqüentemente o trabalho das/dos Assistentes Sociais, as quais não foram ainda respondidas e aliviadas, no entendimento e nas buscas realizadas pela pesquisadora desta, são perguntas nutrem inquietações e que provocam a necessidade em avançar na discussão para instigar proposições de reflexões que conduzam a perguntas as quais possam permitir à/ao

Assistente Social se localizar inserido no projeto do capital, mas de que forma e realmente à serviço de quem? De maneira que são perguntas inquietantes que instigaram a pesquisar: Diante da robusta produção teórica marxiana no Serviço Social, o que explica ainda na temporalidade desta pesquisa, o alto número de assistentes sociais conservadores? Com uma categoria de trabalhadoras/es que possui um Código de Ética que preconiza a defesa intransigente da classe trabalhadora rumo à emancipação, atua nas perspectiva da benesse e para moralizar?

No discorrer da pós graduação *stricto sensu*, foi possível materializar que as inquietações citadas, são a continuidade do já antes pesquisado para a conclusão da graduação em Serviço Social em dezembro de 2009, cujo o título foi: A Importância do Trabalho entre Redes Sociais³ na Visão dos Assistentes Sociais de Unidades Básicas do Programa Saúde da Família - UBSFs, em 5 bairros da Cidade de Uberlândia-MG. Percebeu-se ainda que as inquietações, citadas, permanecem urgente, de que a/o profissional do Serviço Social comprometido com suas dimensões ético-político, teórico-metodológica e, técnico-operativo atua nas relações e tensões do mundo do trabalho, dentro da compreensão histórica, a/o assistente social está inserido no trabalho em Rede, na perspectiva da emancipação da classe trabalhadora para consolidar os direitos garantidos na Carta Magna de 1988.

Ter a compreensão que assistentes sociais, enquanto classe trabalhadora que estão inseridas/os na divisão social e técnica do trabalho, conforme Guerra (2023, p.44) “[...]ainda que possam escolher a quem vender sua força de trabalho e sua duração, não detém a posse dos meios de produção, o que as/os coloca em determinado lugar na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho [...]”. Se faz de crucial importância que possamos nos debruçar na leitura da “*essência*” do que está envolto nas mazelas e vulnerabilidades apresentadas pelos sujeitos sociais trabalhadoras/es que assistentes sociais atendem cotidianamente, como as mudanças no modelo de administração e/ ou gestão do Estado, com a reforma do mesmo - a dominação do capital no ideário burguês neoliberal e no processo de trabalho - quando houve a necessidade de reestruturação na administração do Estado. Onde com a inserção da atuação da sociedade, que passou a interferir nas decisões deste, através dos movimentos sociais, conquistados pela luta de classe, exigindo que fosse necessário repensar a formulação de políticas públicas, e quais as medidas de contenção a essas reivindicações e manifestações dos movimentos sociais, os capitalistas forjaram para silenciar a luta.

³ No período da pesquisa, o termo Redes Sociais, em nada se referia ou aparelhava com a internet, ou com as plataformas digitais, mas sim na definição de Augusto Franco - ver Escola de Redes Novas Visões: sobre a sociedade, o desenvolvimento da internet, a política e o mundo globalizado. In: **Domínio Público para Escolas de Redes**, 2008.

Mészáros (2024, p.35), afirma que uma das maneiras de silenciar a luta, dá-se na dominação do capital na educação e formação na graduação, se apropriando do conteúdo e das formas de educar - trazendo que o capitalismo doutrinou a educação institucionalizada, e a utiliza para transmitir e impregnar seus valores e modo de viver e produzir. Marx (2012, n.p.), destaca que o avanço social do trabalho produz riqueza, mas sem distribuir essas riquezas produzidas e se apropriando das não produzidas por este, assim também, legitima sua expansão, e intensifica e aumenta a pobreza, pois “[...]” *Na medida em que o trabalho se desenvolve socialmente e se torna, desse modo, fonte de riqueza e cultura, desenvolvem-se a pobreza e o abandono do lado do trabalhador, a riqueza e a cultura do lado do não trabalhador.* Essas perspectivas direcionam nesta pesquisa a defesa da educação emancipadora na graduação em Serviço Social e para efetivação de sua “*práxis*” que se concretiza no exercício profissional com direção social à classe trabalhadora, como demonstramos na discussão e conclusão desta, e aprofundamos nos Movimentos que discorremos nas páginas abaixo.

MOVIMENTO I

2 CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA, E O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO

2.1 O Movimento das Crises (1825 - 1890) do Modo de Produção Capitalista, o início da barbárie pela exploração

Netto (2006, p.156), nos apresenta que marcado por fases e/ou ciclos, o capitalismo tem suas crises econômicas, inicialmente localizadas/centralizadas, sua primeira crise acontece envolvendo quase que somente a Inglaterra em 1825. Considerada de pequena proporção, e ainda não analisada profundamente ou criteriosamente naquele tempo, como ameaçadora à ordem do capital. Abre-se um parêntese para destacar que de modo geral, para diversos pensadores a crise mais grave do século XIX foi a eclodida em 1873, e pós esta, tendeu-se a considerar/priorizar/enfatizar como a grande crise do capitalismo do século XX, a conhecida crise de 1929.

Falar das crises do capitalismo, seus atores, seu tempo, consequências, modo de enfrentamento e controle da classe trabalhadora, faz-se crucial para compreendermos o projeto dos capitalistas com o Serviço Social enquanto profissão a serviço dos interesses da classe dominante, consequentemente da/o Assistente Social enquanto trabalhadora/or inserida/o na divisão social e técnica do trabalho. Bem como do porquê iniciar a análise nesta pesquisa, a partir de 1825, o que também sustentará o desenvolver da apreensão do conhecimento e entendimento no e do processo e marcos históricos da relação intrínseca com o surgimento urgente do Serviço Social profissionalizado e epistemologicamente apropriado em uma teoria, e sua visão de mundo enquanto profissão em cada uma dessas crises do capitalismo.

A crise de 1825, tida como a primeira da ordem financeira moderna, também conhecida como “Pânico”, caracterizada como uma grande fraude do mercado de ações, naquele período, os economistas da época pouco debruçaram-se a estudar esta crise, de maneira que empenharam-se a entendê-la no contexto da economia burguesa que emergia. Marx (2009, p.129), apresentou que esta compôs a universalização da especulação e da trapaça, apresentava-se, ali, as táticas dos capitalistas para a acumulação e manutenção de sua Ordem. O estímulo à aquisição de créditos imobiliários, forjando dados e números - eis que aqui a estratégia dos capitalistas estava traçada:⁴ “[...] *Para um grupo de diretores consumir um capital de uma companhia, enquanto encorajam seus acionistas por altos dividendos e seduzem depositantes e novos acionistas através de contas fraudulentas, não é necessário um alto grau de refinamento [...]*”. Nesse sentido, torna-se possível evidenciar a investida do capital desde seus

⁴ Vale registrar que no momento em que esta pesquisa está sendo concluída, esta mesma estratégia está sendo utilizada pelos capitalistas, no chamado Caso do Banco Master, com o devido aprimoramento, mas com estratégia muito semelhante. Para saber mais, acessem: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cqxdrwyl7leo>

primórdios, de modo que ainda que fosse uma crise localizada, pouco estudada e abordada, pelos teóricos, culminou no fechamento de diversos bancos, falências de comércios, impactando diretamente a classe operária, na incipiente industrialização.

Importa destacar que os anos a partir de 1800, foram marcantes politicamente para a América Latina, onde países desse continente estavam tornando-se independentes em relação à Europa, em especial o Brasil - teve sua independência reconhecida por Portugal em 1822. Conectar o movimento do capitalismo com o processo histórico de cada tempo, importante faz-se, recorda-se de Marx, que sabiamente em seu método nos apresentou que as coisas não acontecem por aspirações divinas, ou por insights, a lógica do capital já estava fazendo a leitura com a análise da tendência, a crise de 1825 que impactou gravemente os bancos na Inglaterra, ainda que localizada, fortalecia os donos dos meios de produção, consequentemente os tornavam mais ricos - o que significava mais poder, dominação, e alargava sua ação de exploração da classe operária. Ainda que pouco analisada, a referida crise, conforme encontramos em Netto (2006, p.157), o capitalismo dava, ali, suas demonstrações incipientes de qual seria sua tática de acumulação e manutenção e que no processo histórico do Modo de Produção Capitalista - MPC, fica-nos evidente o não acaso da crise, ou das crises, mas sim essa/s são “*constitutiva do capitalismo*”.

Mesmo que a crise ou as crises, não sejam de interesse para nenhum dos sujeitos sociais envolvidos, ela assola e agrava cada vez mais as expressões da Questão Social, consequentemente o proletariado é quem mais sofre seus impactos e pagam o maior custo, no capitalismo, os capitalistas que possuem mais riqueza, ainda que também afetados, esses tiram e/ou obtêm suas vantagens com a crise. Situação essa que por diversas vezes culmina na falência de pequenos capitalistas e na redução e/ou endividamento dos médios, retirando-os da posição de poder junto aos altos capitalistas (Netto, 2006, p.163). Para ser condizente com a tempo em que essa pesquisa se realiza, importa apresentar que a Questão Social assim como MPC, em cada período/tempo/década, territórios e nações se apresentam e manifestam de diferentes formas, e as fronteiras sociais, políticas e econômicas vão dizer muito de como se materializam essas.

Ao considerar que na relação riqueza e pobreza, há diferentes formas, não nos é possível abstrair da análise do movimento do real, de que está na gênese da Questão Social o MPC, e a partir dessa perspectiva jamais perdermos de vista que as expressões dessa, são partes constitutivas e não elimináveis da acumulação capitalista, consequentemente do excedente de reserva da força de trabalho. O que nos exige refutar as visões pós moderna que cunham o discurso da “*nova questão social*”, na tentativa de imprimir a lógica de que possa haver uma

Questão Social que não derive da acumulação capitalista e concretizadas nas expressões da barbárie e sua dominação, exploração e apropriação (Netto, 2006, p.138). Assim, a Questão Social permanece a mesma desde sua gênese, o que há de novo são as barbáries e mazelas que o MPC produz na manutenção da lógica da exploração, dominação e apropriação. Nesse contexto, Engels em seu livro “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, nos apresenta que já em 1825 era a situação pauperizada do proletariado, da qual ele chama de “*guerra social*”, pela lógica “*de todos contra todos*” onde os sujeitos perdem seu valor humano, tornando-se também sem valor útil, assim “[...] *cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida [...]*” (Engels, 2010, p. 68).

Na cruel e truculenta investida do capital, desde sua gênese, Engels destaca que as “*armas de combate são do capital*” onde todo e qualquer prejuízo e dano maior ficam para os pobres, de maneira que à sorte são lançados para digladiarem-se objetivando conseguir algum trabalho, enquanto a classe burguesa avulta-se em enriquecimento sob a exploração da força de trabalho e pregando a lógica do favor em “dar” trabalho aos pobres. Aos que não conseguiam trabalho, estavam à mercê de não sentir medo do policiamento, pois os roubos para suprir a fome, naquele período, se apresentavam como uma das expressões da Questão Social. Nesse mesmo período, na Inglaterra, grande número de pessoas pobres morria de fome e nada era feito ou declarado/atestado pelo judiciário para mitigar, ao contrário, para não gerar pânico/choque nos burgueses capitalistas, essas mortes e seus motivos eram ocultados (Engels, 2010, p. 69). A burguesia propagou e colou o discurso de que as mortes aconteciam por doenças, o que de tudo não era mentira, visto que a fome, a má alimentação, a ausência de esgoto, moradia, dentre várias outras misérias, realmente causavam/causam doenças. Faltou à classe dominante assumir sua culpa, o que levaria à sua condenação - ainda que enquanto valor moral. A essa barbarie, o proletariado chamou de “*assassinato social*”.⁵

As mazelas e atrocidades, apresentadas, eram ainda mais incrédulas, pois a condições de moradia, dizia-se que era moradia, dava-se pelo fato único de que existia um lugar com paredes e teto somente, a situação paupérrima, insalubre, de amontado e de menos de um meio metro quadrado por pessoa, eram a realidade do proletariado. Netto (2017 p.03), destaca que a Questão Social desde sua gênese, segue sendo “*problemáticas centrais*” que tomam o Serviço

⁵ Sobre a expressão “*assassinato social*”, ver Friedrich Engels em A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, 2010, p.69.

Social, sendo a cruel materialização de suas expressões o trato da intervenção cotidiana da/o assistente social.

Ainda que sem grandes proporções mundial, dada a centralidade e o caráter localizado da crise de 1825 apresentou o que viria a ser um traço perene do capitalismo - as expressões da Questão social, que gerava indignação ao proletário, consequentemente revoltas, mesmo que ainda não materializadas na luta de classes. E para o Serviço Social eis que ainda não como profissão legitimada, mas já nas ações sociais da igreja católica, apresentava-se nessa crise, o que viria a ser uma das justificativas para a profissionalização. Encontramos em Maria Carmelita Yazbek, a fala de Sposati no prefácio do livro “Classes Subalternas e Assistência Social”:

[...] A resistência é maior que a desesperança: porém não nos iludamos: é a uma resistência fragmentada na luta cotidiana de cada um, é episódica e desagregada. E aqui o desafio em constituir o estatuto político das práticas de resistência como espaço de construção da identidade e consciência de classe através delas enfrentar a exclusão e a subalternidade, (Yasbek, 2006, p.9).

As contribuições da autora, nos afirma que se faz e há que resistir, ainda que inicialmente essa seja de maneira isolada/individual, para que seja possível a partir dessa, construir a perspectiva coletiva. Ou seja, a massa se juntar, mesmo que sem a devida consciência. Do contrário tender-se-ia à conformação divina - isso é: porque Deus quis - essa última, grifo próprio. A subalternidade está, infelizmente, no cerne do capitalismo, que não confundamos com o posicionamento de submissão, pois se assim fosse as revoltas materializadas na luta classes seriam inexistentes.

Ao que pudemos ver até aqui, as expressões da Questão Social não gestaram-se no chamado capitalismo contemporâneo e nas crises desse, e sim desde seu incipiente surgimento. Mesmo que localizada e centralizada, a crise, o proletariado revoltou-se com o que tinha e podia, limitadamente, essa, incomodava. Haver-se-ia que conter para acumular, explorar, expandir e dominar. E nesse território das barbáries iniciais do capitalismo (que em momento algum, aqui, pretende-se ignorar as existentes nos períodos anteriores ao capitalismo, mas sim fazer a dialética com o que materializa essa pesquisa) o Serviço Social como profissão legitimada, terá sua função dentro e para os interesses do capital.

Ainda localizada na Inglaterra, porém não centralizada, dessa vez atingindo outras regiões, a chamada Crise Monetária da Europa ocorreu entre os últimos dias “*do outono de 1847 até a primavera de 1848*”, de maneira que para frear a desenfreada crise, paralisou-se as transações monetárias, gerando pânico no mercado financeiro. A Crise Monetária também se deu no âmbito dos créditos imobiliários. Para atualizar com a temporalidade dessa pesquisa, se

torna importante destacar que os grandes capitalistas, ou seja aqueles que possuem maior posse, acumulação de riqueza pela exploração da força de trabalho e da mais valia por essa produzida, utilizam-se do falseamento daquilo que talvez seja o bem mais caro ao proletariado/a classe trabalhadora - a casa. Essa que ainda é uma das mais potentes formas de acumulação capitalista com a legitimação do Estado.

Apesar de não ser o objeto dessa pesquisa, porém surge nas barbáries concreta e material do capital - assim brevemente citada aqui, a temática moradia abrange diversas outras questões que não apenas a casa. Ainda na investida dentro do discurso do capital, destaca a Fecomércio (2024), o crescimento desordenado das cidades, a especulação imobiliária que tem afetado drasticamente o meio ambiente, os fatores de renda, a reurbanização. A origem das crises muitas vezes criadas pela própria burguesia, a crise globalizada, a manutenção da Questão Social com ampliação e diversidade de suas expressões, dentre outras tantas, são enfrentamentos que se somaram à luta de classes pela garantia do mínimo à sua subsistência.

A crise que de 1847, expandiu-se para outros países da Europa, e uma das estratégias dos donos da mercadoria para conter o pânico, foi a coadunação entre quem negociava e quem noticiava, ou seja negociantes e jornalistas, de que tal crise possuía “*caráter transitório e accidental*”, e assim propagou-se a informação, o que se viu logo depois foi a eclosão pública da crise comercial e industrial na Europa, (Marx, 2009, p. 133). Eis que o período de 1847 a 1848 também compreendeu a 1ª revolução de movimentos diversos da classe trabalhadora por direitos sociais, de maneira que não compreendeu uma revolução socialista, mas sim das diversas bases da categoria trabalhadores, frente às barbáries das expressões da Questão Social, da precariedade das relações e condições de trabalho, entende-se que foi uma revolução de cunho político, como Marx (2005, p 48), bem apresentou “*toda luta de classe é política*”, nesse sentido ainda que a organização das massas desfaça-se, ela sempre renasce com maior potência, força e poder, de maneira que a burguesia”[...] *Em todas estas lutas, vê-se forçada a apelar pelo proletariado, a recorrer a sua ajuda e desta forma arrastá-lo para o movimento político [...]*”.

Marx (2005, p 48) fala sobre a importância da educação, ou melhor a “*educação política*” - que será discutida em outro Movimento desta. Afirmando que “[...] *A burguesia fornece aos proletários de sua própria educação política, isto é, as armas contra ela mesma.*” Tal afirmação em momento nenhum é da lógica que a burguesia ofertava ou oferta ao proletariado a educação para derrubá-la, mas sim para que essa possa manter-se na acumulação frente às divisões que acontecem no interior dessa.

Destaca-se que o Movimento Cartista, ainda que já no seu esfacelamento, teve grande importância no processo histórico das reivindicações das massas às sociedades inglesa e capitalista como um todo, pois posteriormente essas reivindicações expandiriam-se, deixando como conquistas (nessa revolução) da primeira vitória da classe operária - a redução da jornada de trabalho para 10 horas em 1847⁶ e o sufrágio universal e secreto (Marx, 2005, p. 15).

Vale apresentar que são nos períodos de 1830 a 1848, que “ [...] *A expressão “questão social” começa a ser empregada maciçamente a partir da separação positivista, no pensamento conservador, entre o econômico e social, dissociando as questões tipicamente econômicas das “questões sociais” [...] (Montão, 2012, p. 271).* Inicia-se a introjeção de que a Questão Social, são situações/problemas/questions de cunho isolado as quais possuem sua origem nos “*fenômenos naturais*” e/ou são produzidas/criadas/gestadas “*pelo comportamento do sujeito que*” as padecem. Diante dessa lógica de pensamento, as expressões da questão social, como por exemplo a miséria e a pobreza - marcantes no período citado, estariam fundamentadas diretamente aos sujeitos que dessas padecem, nos quesitos do “*déficit educativo*”: que no modo de pensar burguês, refere-se à “*[...] falta de conhecimento das leis “naturais” do mercado e de como agir dentro dele [...]*”. Da não capacidade de planejar o orçamento familiar, ou seja a pobreza como sendo um “*problema de planejamento*”. Pensamento que comunga da visão cunhada na ordem moral e do comportamento vinculados cultivo tendencioso ao ócio, gastar mal os recursos, dependência do álcool, conduta e costumes de vadiagem dentre outras.

Nas considerações de Montão (2012, p. 272), ainda que não aprofundada nesse Movimento I, da pesquisa, a educação e o conhecimento apresenta-se em diversos acontecimentos já abordados, percebe-se que há o movimento de que vão se consolidando concepções diversas, dentre elas a “*cultura da pobreza*”, essa culpabiliza e responsabiliza o sujeito como produtor dos limites culturais. Tal lógica foi a única para ver a situação de miséria e pobreza, na Europa durante os XVI a XIX, o que levou a segmentação para “*o tratamento e enfrentamento*” das chamadas “*questões sociais*”, que ficava a cargo de ações organizadas filantrópicamente. A segmentação dava-se em separar por especificidade do problema, a que grupo o sujeito pertencia e em qual território estava. Já o aspecto filantrópico pauta-se nos valores burgueses. Soma-se as concepções moralizadoras, visando modificar os valores morais e o comportamento - tido que as manifestações da Questão Social eram expressadas no

⁶ Evidencia-se que na temporalidade dessa pesquisa, no Brasil parte da classe trabalhadora e movimentos ligados a essa, luta-se pela jornada 6x1, apesar de não ser objeto dessa, entende-se como salutar destacar o movimento do real).

comportamento, far-se-ia necessário alterá-lo. Entendeu-se que “[...] *A ação é então a educação e a filantropia. Surgem assim os abrigos para os “pobres” e as organizações de caridade e filantropia [...]*”, que na Europa, desde a promulgação da Lei dos Pobres - Poor Law, 1601, ficou centrado e a cargo das paróquias, as quais legalmente instituídas amparavam trabalhadores tidos como pobres, não que esses não fossem, porém a tipificação do que seria ou era pobreza foi definida pelos burgueses capitalistas, o que minimamente merecia e merece crítica histórica no que refere-se às intenções e interesses da classe dominante com. Bem como da igreja católica no uso da “taxa dos pobres”, instituída pela Lei dos Pobres.

No bojo da “*luta de classes trabalhistas*”, na Inglaterra a partir de 1834, a Lei dos Pobres foi questionada e anulada, sob o discurso que essa conferia como “*fonte principal da situação extrema do pauperismo inglês*” (ibid), assim o mínimo que a filantropia ofertava, mantinha os comportamentos e tudo que da pobreza derivava, aos olhares dos capitalistas. Acrescenta-se que na compreensão do movimento real, ainda que não nos moldes da sua criação, eis no interior da Lei dos Pobres, o incipiente princípio do Terceiro Setor, do qual no tempo dessa pesquisa, as instituições religiosas têm dominado, sob a manutenção do discurso: “*[...] também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; [...] (Leão XIII, 1891, p.7).* Retomando as primeiras linhas desse parágrafo, ao atrelar que a assistência filantrópica destinada pela Lei dos Pobres, os mantinham na condição de “acomodados, ociosidade e etc, a pobreza passa ser vista, a partir de então, como marginalidade e por conseguinte como ligada à “*conotação de criminalidade*”, como não poderia ser diferente - pobres e miseráveis começam a serem vistos como ameaçadores à ordem social.

A crise de 1857, tida como a primeira de ordem mundial do capitalismo, emergida nos Estados Unidos, nota-se que Marx já havia feito a captura e realizado a leitura do movimento de que essa estava por eclodir, fez o registro em suas cartas a Engels (Barsotti, 2009, p. 125). A especulação aliada à “*[...] bolha das ações das empresas ferroviárias e da insuficiência da produção mundial de ouro explode na bolsa de New York. Rapidamente alcança as bolsas na Europa e, atingindo o coração da produção industrial capitalista na Inglaterra, transforma-se em crise de superprodução [...]*”. Muitos acreditavam ser a derrocada do capitalismo e o possível presságio da revolução social. O capitalismo ainda que atingido pelas suas próprias crises, são nelas que ele se reinventa, que os capitalistas com maior acumulação de riquezas permanecem no topo, elevando seu patamar de acumulação e de dominação. Barsotti, (2009, p.125) destaca que “*[...] Fugindo da aparência dos fatos, Marx detecta o movimento do capital*

fictício e especulativo, as relações entre o estado e a aristocracia financeira, e não deixa de denunciar a principal consequência da crise mundial: a pauperização da classe trabalhadora [...]”. O autor afirma a evidência de uma das expressões da Questão Social, a qual o modo de produção capitalista tem total responsabilidade.

O expandir da crise de 1857, para o norte da Alemanha e ausência de atitude/ação do proletariado, diante da calamidade, desemprego, mendicância, situação de rua e luta pela subsistência, talvez tenha sido a falta das condições subjetivas que impediram a massa trabalhadora de ir massivamente à luta revolucionária naquele momento. Aos socialistas idealizadores do comunismo, ficou que, tal crise deixou-nos de herança mais uma contribuição de Marx, a produção/texto -” Para a Crítica da Economia Política”, publicada em 1859.

É a partir da crise de 1857, que as crises não mais possuem caráter localizado e sua expansão mundial tornou-se “padrão”. Porém há a chamada “Crise Sistêmica” da qual segundo Netto, (2012, p.415), “[...] não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital [...]”. De acordo com o autor, esse tipo de crise o capitalismo experienciou na integralidade por apenas duas vezes, sendo a primeira em 1873, marcada pela “depressão” perdurando até 1896. E a segunda explodiu em 1929.

O longo período entre 1873 a 1896, para além das questões econômicas e de recessão aos capitalistas, como em toda e qualquer questão que está em cheque modo de produção capitalista, seja pelas crises, seja para expansão do seu sistema, mais uma vez a classe trabalhadora é quem sofre o assolamento causado pelos meios utilizados pela ordem do capital. O agravamento das expressões da Questão Social, das condições precárias de trabalho, das irregularidades trabalhistas, da miséria no seio familiar, do proletariado e dos pobres em geral, intensificaram as insatisfações e revoltas da classe trabalhadora. As luta de classes ganham dimensão, intensidade e mobilização, demandando da ordem dominante contenção e controle. É em 1891 que a igreja católica, via Vaticano pública a Carta Encíclica Rerum Novarum do Sumo Pontífice Papa Leão XIII, essa contribuiu para materializar uma separação em “tipos de pobres” no contexto da sociedade capitalista burguesa, o “[...] “pobre” (objeto de ações assistenciais, por mendicância e vadiagem) e “trabalhador” (objeto de serviços de Saúde e Previdência Social); portanto, diferencia-se o indivíduo “integrado” do “desintegrado” ou “disfuncional” “[...]” (Montão, 2012, p. 272).

Claramente expressa na Rerum Novarum, a igreja assume posicionamento contra o socialismo, o comunismo, a luta de classes e a qualquer desvio de costumes que não, os aconselhados valores cristãos segundo Jesus Cristo. Nessa mesma, há listagem de 35 pontos

dos quais ela propaga e prega na aspiração divina, dentre estes, coloca-se a favor e em defesa da família, da propriedade privada, dos costumes conservadores, dos direitos consolidados nas leis humana e divina, colocando a luta pelo fim da propriedade privada como inveja provocada pelo comunismo, apresenta-se através de suas diversas instituições como preparada e hábil para conduzir ações que visem tratar a Questão Social. Em seu item 35, afirma que a “*solução definitiva*” aos problemas do mundo serão sanadas com a caridade nos primados dos valores cristãos:

35. Vede, Veneráveis Irmãos, por quem e por que meios esta questão tão difícil demanda ser tratada e resolvida. Tome cada um a tarefa que lhe pertence; e isto sem demora, para que não suceda que, adiando o remédio, se tome incurável o mal, já de si tão grave. Façam os governantes uso da autoridade protectora das leis e das instituições; lembrem-se os ricos e os patrões dos seus deveres; tratem os operários, cuja sorte está em jogo, dos seus interesses pelas vias legítimas; e, visto que só a religião, como dissemos no princípio, é capaz de arrancar o mal pela raiz, lembrem-se todos de que a primeira coisa a fazer é a restauração dos costumes cristãos, sem os quais os meios mais eficazes sugeridos pela prudência humana serão pouco aptos para produzir salutareos resultados. Quanto à Igreja, a sua acção jamais faltará por qualquer modo, e será tanto mais fecunda, quanto mais livremente se possa desenvolver (Leão XIII, 1891, p.26).

No cenário apresentado, cujo a apresentação material histórica do movimento real, deu-se no processo de construção do embasamento para o objeto dessa pesquisa, as ações sociais da igreja vão ganhar arcabouço profissional, onde o Serviço Social surge enquanto profissão para atuar com intervenções cunhadas nos valores cristão e em defesa dos princípios da Ordem Capitalista, contribuindo para manutenção dessa.

2.2 O surgimento do Serviço Social enquanto profissão

Em 1869, foi fundada a sociedade de organização da caridade em Londres, considerada um marco para organização da Assistência Social, da necessidade de haver instituições que formasse profissionais para atuar na área. É na Amsterdã do século XIX, 1899, que o Serviço Social institucionaliza-se, surge a primeira escola formal. Em atendimento às demandas do sistema capitalista, o surgimento dá-se no latente contexto histórico das tensões e conflitos da relação capital x trabalho, atrelada ao desenvolvimento do capitalismo monopolista e o conhecido clássico período do imperialismo. Em (cf Aline, et al, 2024, n.p), encontramos que

a origem da primeira escola dá-se por meio influência e da articulação fundamental de Mary Richmond membro da Sociedade de Organização da Caridade de Baltimore nos Estados Unidos, tal sociedade é fruto da aliança da alta classe burguesa com a igreja católica e o Estado.

Algo que já em seus primórdios trouxe à profissão a função da ação social. Apesar de não ser burguesa, Richmond possuía prestígio dentro de tal sociedade, neste contexto ela atrai “[...] Edward Devine (*secretário de Sociedade de Organização da Caridade de Nova Iorque*) a promover, em 1898, um curso que visava à aprendizagem da ação social”[...]” (Ibid). Para ser fiel ao seu desejo: visava que o curso fosse “à aprendizagem da aplicação científica da *filantropia*”. Maria L. Martinelli (2001, p.106) destaca que visando racionalizar a assistência pela prática da filantropia no século XIX, o curso citado precedeu a origem da primeira Escola de Serviço Social no mundo, o qual obteve o nome “*Escola de Filantropia Aplicada*”, de maneira que em 1899 - ano posterior, fundou-se a primeira Escola de Serviço Social. A qual visava resolver a questão do disciplinamento do tempo do operariado e das condutas tidas como imorais, cunhada em modificar a lógica da explicação pela religião, passando a ser sustentado no científico.

No ano de 1917, o Serviço Social de Caso é inserido na profissão e foi materializado, o qual sua característica é a intervenção pautada no fato e no ajuste - ancoradas no positivismo, por meio do Livro “Caso Social Individual” de Mary Richmond, nos Estados Unidos, destaca-se que essa, fortemente influenciou na tecnificação da profissão a partir dos anos 40, sustentada na Teoria Social Positivista, da qual aprofundaremos sua inserção no bojo do Serviço Social, mais adiante.

Veemente autores enfatizam, que se faz superada a hipótese e as discussões de que a profissão surgiu para executar e/ou manter de maneira tecnificada a filantropia - Marilda Iamamoto (2010, p.23), afirma que essa “*é uma visão de dentro*”, do senso comum, acredita-se que a fundamentação teórica e do movimento histórico do real apresentado no campo 2.1 desta pesquisa, demonstram que intenções e finalidade a ordem capitalista possuía com a legitimação do Serviço Social. Nas tensões da relação capital x trabalho, inseridas na “*divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade*”.

O Serviço Social em seus primórdios, não se reconheceu como parte e como classe trabalhadora, atuando com uma visão da Questão Social como problema moral e religioso, vinculado ao Apostolado Católico e nos referenciais franco-belga do ideário de São Tomás de Aquino, na retomada tomismo - defendia uma atuação direcionada pelas perspectiva humanista e da metafísica voltada para a caridade e a moral, e do neotomismo - foi a retomada do pensamento tomista na tentativa de encontrar nessa filosofia, diretrizes para obter uma

abordagem da e na Questão Social, carregando a lógica anterior sobre as ações e acrescentando a ação social materializada em filantropia.

Sob uma intervenção que priorizava a formação da família, do indivíduo para que esse fosse quem devesse dar a solução dos problemas os quais eram expressões da Questão Social, e no atendimento das necessidades materiais, morais e sociais, oriundos da forte influência da “Rerum Novarum”, onde para comemorar os 40 anos dessa, a Questão Social era tratada pela renovação da moral da sociedade e adesão à Ação Social da igreja, incipientemente vê-se a lógica do surgimento do trabalho voluntário, e o cultivo dos valores cristãos como salvação e solução de todos problemas e mazelas oriundos da exploração e acumulação do modo de produção capitalista. Maria C. Yazbek (2009, p. 147), destaca que a presença dessa matriz, também deu-se na gênese da profissão por toda a América Latina, ainda que com suas diversas particularidades dadas as condições sociais objetivas em cada território. De maneira que Netto (2007, p. 140), nos expressa que “[...] a desigualdade é fenômeno recorrente, embora com padrões bastante diferenciados, no conjunto das sociedades capitalistas [...]”.

O pensamento de Maria C. Yazbek (2009, p. 127), quanto a consciência de que a profissão precisa ser pensada e é parte do processo contido na reprodução das relações sociais ampliadas em uma perspectiva que avance o interior da profissão, para então compreender o significado dessa e no “[...] que constituem a sociedade capitalista, para particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões [...]”. Tal exposição nos demonstra que essa compreensão não estava presente no incipiente Serviço Social profissionalizado. Ou seja, não havia no bojo o interesse de emancipar as massas, mas sim de doutriná-las, moralizar e controlá-las, pois são nessas dimensões das linhas acima, que a sociabilidade humana é constituída e que cotidianamente apresentam-se no fazer profissional da categoria.

As políticas sociais são parte fundamental das políticas públicas, tendo seu início a partir dos anos 30 do século XX nos Estados Unidos, adotou-se no governo frente à crise de 1929, que para Netto, (2006, p.192) foi a de “*magnitude catastrófica*”:

“[...] mas nenhuma delas se compara, pelos seus impactos, com a crise de 1929, que teve magnitude catastrófica. É mesmo possível afirmar que a crise de 1929 obrigou os dirigentes capitalistas a ensaiar alternativas político-econômicas que, na fase seguinte, a dos “anos dourados” (1945-finais dos anos setenta/inícios dos anos setenta), seriam implementadas pelas principais potências imperialistas.

Aqui, “*dirigentes lúcidos burgueses*”, compreendem a necessidade do Estado que regulasse e/ou fizesse a intervenção para garantir a que as condições externas permanecessem

favorecendo a produção da e para a acumulação capitalista. Dentro desse contexto, Netto, traz que apesar da exigência imperativa que visava as questões econômicas, o caráter sociopolítico levou ao condicionamento o como implementou-se, apresentando dois fenômenos, (Netto, 2006, p.192):

O primeiro relacionava-se ao nível de organização e combatividade de amplos setores operários: na Europa Ocidental e Nórdica Industrializada, partidos políticos representativos dos trabalhadores ganhavam expressão e, vencendo obstáculos legais, desenvolviam políticas de massas e chegavam aos parlamentos; por outra parte, o movimento sindical operário, desde a última década do século XIX, adquiria consistência e densidade, levantando bandeiras que mobilizaram grandes contingentes de trabalhadores. O Segundo diz respeito à Revolução de Outubro, dirigida pelos bolcheviques na Rússia, em 1917: a criação do primeiro Estado proletário, simbolizando um conjunto de promessas há muito inscrito no imaginário dos trabalhadores, atraiu a simpatia e adesão das vanguardas operárias, além de significar um duro golpe contra o imperialismo. Mais que o efeito da Revolução Russa (que estreitou o mercado externo para os imperialistas), o que produziu um temor real na burguesia do Ocidente foi a possibilidade de “contágio”: para ela, tratava-se de isolar a experiência socialista e impedir que os “seus” trabalhadores seguissem o exemplo que vinha do Leste —e, finalizada a Primeira Guerra Mundial, eram muitos os sinais que apontavam nessa direção, inclusive o surgimento de Partidos Comunistas, intitulados pela criação da *Internacional Comunista* (fundada em Moscou, em 1919, e depois conhecida como a Terceira Internacional).

Foi nesse cenário, onde os ideais democráticos apresentaram-se enraizados profundamente, diante das não derrotas dos movimentos sociais e sindicais daquele período, que as políticas emergenciais de trabalhos públicos, objetivando ocupar os desempregados, os quais eram pagos com bônus alimentícios e de combustível. Com o ideário de Keynes (1883-1946) criticando o liberalismo de mercado puro, atribuindo ao Estado como central no “[...] *orçamento público enquanto indutor de investimento* “[...]”, houve a revolta dos milhões de idosos sem proteção, que saíram às ruas para reivindicar uma política de seguro para idosos (aposentadoria com teto mínimo, ficando o restante para o mercado), bem como uma política de seguro-desemprego, com contribuições dos beneficiários e patrões. Esta mesma forma de implantação de seguros sociais com pré-custeio havia sido implantada pelo chanceler Bismarck (1815-1897) na Alemanha. Na Suécia, houve um acordo de classes, de maneira explícita, com a presença de trabalhadores, patrões e Estado. Na garantia da cooperação das classes visando o crescimento econômico e justiça social. Na Inglaterra, no pós-guerra sob a elaboração de Beveridge (1879-1963), adotou-se o sistema de proteção social para todas as eventualidades, na suposição de que a crise econômica seria passageira.

É na catástrofe da crise de 1929, que para enfrentar e frear as revoltas e reivindicações das massas e da classe trabalhadora, que o Serviço Social norte americano através do Serviço Social do Caso - o qual norteava o fazer profissional para o tratamento do sujeito na perspectiva

do individual, estabelecendo três etapas para intervenção da/o assistente social: analisar, diagnosticar e tratar - na perspectiva conservadora do ajuste, da moral, e do aparente diante dos fatos, cunhado e sustentado na Teoria Social Positivista, vai se firmar como o primeiro suporte teórico-metodológico de qualificação técnica do Serviço Social. Maria C. Yazbek, nos esclarece que na direção da perspectiva positivista há restringida visão “[...] *ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação[...]*”. E é orientado na matriz positivista, fortemente funcionalista, ajustadora e com “*perfil manipulatório*”, que o Serviço Social brasileiro insere-se no cenário.

2.3 O Serviço Social (profissionalizado) será que brasileiro?

Há na e pós crise de 1929, a forte necessidade de enfrentar e frear as revoltas e reivindicações da classe trabalhadora, onde o Serviço Social norte americano através do Serviço Social do Caso criado por Mary Richmond, de maneira integral adepto da teoria positivista - o caráter funcionalista, moralizador, de ajuste, dentre outros, que estava com fortalecimento de suas intervenções direcionadas no conservadorismo católico, obteve seu “importante lugar” nessas ações de frear e enfrentar tais revoltas e reivindicações, sob o discurso e a ação moral. Ainda que com especificidades, é sob essa lógica que ele chega à América Latina, no Chile em 1925, somado ao viés higienista a partir do movimento de médicos higienistas desse país e também da Argentina, que “[...] *exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral* [...]”. Visão essa que colocava os sujeitos como responsáveis e causadores dessas expressões da Questão Social (Yazbek, 2009, p. 146).

Como visto até aqui, a institucionalização da profissão carrega de modo geral o atrelamento da investida do capital na intervenção do Estado para à regulação social no que tange a Questão Social, sob os fundamentos do positivismo e da religião, essa última ainda que com um sustentáculo teórico, a profissão insistia/insistiu em carregar consigo via algumas/alguns profissionais.

No Brasil em 1932 foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que veio ser o responsável por fundar e ser mantenedor da primeira Escola de Serviço Social e de mais quatro Centros Operários, que posteriormente, seriam as sedes das Juventudes Operárias Católicas e serviriam de campos para estágios das/os assistentes sociais. Vale destacar que tal centro da igreja católica, surgiu “[...] *após um curso intensivo de “formação social para*

moças", organizado pelas Cônegas de Santo Agostinho de 1º de abril de a 15 de maio de 1932 "[...]". Para dirigir o curso foi trazida da Escola de Serviço Social da Bélgica, a professora Adèlle de Loneux Melle, a qual seguiu à frente de outras ações no referido centro. Evidencia-se que o curso citado, possuía caráter de formação teórico prática, de cunho beneficente e obteve ampla e satisfatória aceitação de jovens católicas que objetivavam “criar uma associação de ação social” - pontua-se que o caráter feminino, cuidador, caritativo, assistencialista e da benesse que foi dado à profissão no Brasil, os quais no tempo dessa pesquisa, com forte repúdio por parte das/os assistentes sociais e Órgãos e Instituições legitimadoras da profissão, muito se tem no senso comum e ideário da população vulnerável.

Em 1936, o CEAS inaugurou a primeira escola de Serviço Social no Brasil, a qual carregou uma mescla das visões francesa e belga da profissão, uma vez que foram enviadas à Bruxelas Maria Kiehl e Albertina Ramos para a formação social e outra professora foi D. Odila que possuía formação feita em Paris. São nas tensões e reivindicações da luta de classes na década de 30 do Brasil, que o Estado ao assumir a regulação dessas, reconhece a Questão Social, essa ganha seu lugar político e foi transformada em “problema de administração”, o reconhecimento, dessa, também no contexto da relação capital x trabalho, período do governo de Getúlio Vargas - que ficou conhecido como o “pai dos pobres” pela implantação de leis trabalhista e sociais, como a Consolidação de Leis Trabalhistas - CLT e o Salário Mínimo. A leitura desse movimento, demonstra que tais leis/medidas/ações possuíam finalidade de regular, de judicialização das expressões da Questão Social, como também de desmobilizar as intensas e tensas manifestações e reivindicações da classe trabalhadora/operária naquele período (Yazbek, 2009, p. 130).

A revolução liderada por Getúlio Vargas (1882 - 1954), direcionou a política para transformar as relações Estado/sociedade, voltada à integração do mercado interno e ao desenvolvimento da industrialização. Uma outra parcela de autores assinala a formação de pacto de elites, não contemplando os trabalhadores. Em 1923, o deputado Eloy Chaves (1875-1964), implantou a previdência social dos ferroviários em resposta às lutas sociais e greves, lei esta, limitada ao seguro de acidentes de trabalho. Em 1942, é criada a Legião Brasileira de Assistência - LBA -, objetivando atender famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Nesse mesmo ano (1942), o governo dedica-se à maternidade e à infância, com a implantação de postos de serviços, buscando a legitimação do Estado junto aos pobres - nesse sentido o conceito de pobre para o Estado brasileiro, não está explicitamente definido, porém assemelha-se ao já apresentado, nesta, que estava relacionado à vadiagem, à situação de mendicância dos quais eram destinadas as ações da assistência, modelo este que perdurou até

1964 no golpe militar. A Lei Orgânica de Previdência Social - LOPS – foi aprovada em 1960, colocando ordem em mais de 300 leis e decretos relacionados à previdência social. “O contexto político era populista, onde o governo fazia apelo a uma ideologia difusa de adesão das massas” (UNB, 2000, p. 45). Compreender a lógica do por que e para que criar e implantar políticas públicas, em especial as sociais, faz-se importante para reconhecer o interesse do capital na categoria profissional de assistentes sociais. Sob visão de mundo vão se constituir as Políticas Públicas Sociais e a reestruturação do Estado Brasileiro.

2.4 Políticas Públicas e Serviço Social, uma compreensão histórica da profissionalização da categoria Assistente Social

A partir do início dos anos 1970, houve o registro de uma profunda crise no modo de produção capitalista, em que a lógica da acumulação entrou em declínio, com sinais iniciais de um longo período recessivo. O modo de produzir e de pensar considerado até então naquele momento sólido, foi colocado à prova.

Segundo Batista (1999), o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID lideravam, ditavam e impunham as regras no Brasil. Diante do projeto de dominação do capital, a reforma do Estado passou a ser o lema dos anos 90, em substituição ao travamento dos anos 1980 - período conhecido como “Década Perdida” (80 - 90). A administração pública patrimonialista tinha como principais características o clientelismo, o apadrinhamento e o genrismo, ficou a esfera pública estatal, neste período, como um espaço privado da administração patrimonialista. O Estado foi renovado, porém a sociedade não foi inserida nessa renovação.

A partir da Carta Magna de 1988, criou-se então, os “sujeitos de direitos, civis e políticos”, sendo essa questão, não a reforma, mas uma adaptação. Emerge a República, que deixou evidente e nítido o Estado autocrático burguês, o mesmo foi marcado por uma abertura lenta, com distensão e gradualidade. As relações entre Estado e sociedade civil eram lentas, estavam sob controle da ordem deste, o Estado. A administração pública burocrática recebeu *status* na revolução de 30 como uma nova forma de administrar, derivada da burguesia industrial, com a intenção de eliminar as práticas de corrupção e nepotismo e devolver ao Estado o estatuto de coisa pública. Batista (1999), destaca a incapacidade do Estado de voltar-se na administração pública para atender seus cidadãos, percebendo-os como seus clientes.

No regime militar, surgiu a administração gerencial, que objetivou a ampliação da criação da Secretaria da Modernização – SEMOR. Nos anos 70 e 80, houve a criação do

Ministério da Desburocratização e do Programa Nacional de Desburocratização. Com a discussão para a consolidação e efetivação da CF 88, ocorreu um retrocesso legal. As reformas legais já efetivadas foram inviabilizadas. Assim, de acordo com Bresser (1998), o Estado gerencial possui três dimensões de reforma: a institucional-legal, composta pelas mudanças que são necessárias no entorno no normativo e legal da administração pública; a cultural, que se baseia na mudança de valores burocráticos para gerenciais, e a gestão, que visa colocar em prática novas ideias gerenciais para oferecer à sociedade serviço público de qualidade, com efetividade, mais barato e melhor controlado. Este modelo de administração cedeu lugar ao debate pela implantação da CF de 1988, que ocorreu através desses avanços, no trato da legalidade, uma vitória dos movimentos sociais diante da luta pela abertura política.

Diante desses processos históricos, cabe apresentar a relação entre políticas públicas e políticas sociais com o chamado Terceiro Setor. As novas formulações políticas que tratavam-se de uma estratégia para encobrir os estragos antes realizados, evidencia-se o período militar, que limitou-se a dizer sobre a necessidade de repensar a proposta de abertura. Houve um crescimento demasiado do Estado, ao qual fez com que suas funções precisassem e fossem delimitadas. Emergem, a partir daí, a privatização, ou seja, a venda dos serviços públicos que não deviam permanecer dentro do setor público, a publicização, a transformação de órgãos estatais em não-estatais, de direito privado, sem fins lucrativos, porém que recebiam/recebem recursos públicos, podendo ainda contar com recursos de outras fontes privadas ou não; e a terceirização que se refere à contratação dos serviços externos prestados por terceiros. Segundo Batista (1999, p.75):

“[...] além da propriedade pública e da propriedade privada, criou-se uma terceira forma: a propriedade pública não estatal. Para os países envolvidos no processo de “globalização”, era o espaço que para legalizar o terceiro setor. Dois argumentos sedimentam esta lógica: torna-se mais fácil e direto o controle social dos investimentos realizados pelo setor público...; abre-se a possibilidade efetiva com a criação e efetivação da parceria entre Estado e a sociedade civil... Após esta alteração no campo legal, foi possível colocar em movimento os programas de publicização. ..., criam-se as “Organizações Sociais”, responsáveis por celebrar os contratos de gestão com o Estado. Estas reformas são subsidiadas, durante o processo de implementação, através das empresas privadas [...]”.

Para o autor, era o mercado quem determinava os serviços e bens que o Estado iria promover e/ou realizar, foi portanto, uma alavanca para os cofres públicos. A tendência da globalização mundial tornou-se um dos principais fatores da aceleração da reforma do Estado. Eram três os dogmas da época: o Mercado, o Estado e a Comunidade. Batista (1998), não seriam

estes a solução para as novas construções dos paradigmas sociais, se os mesmos atuarem isoladamente.

Nos séculos XIX e XX, emergiu o Estado de Bem-Estar, cabe destacar que no Brasil nunca se consolidou por completo tal Estado, mas sim uma aproximação por meio da Seguridade Social. O mesmo ampliou o seu campo de ações, com uma atuação diferenciada da área social. Na década de 80, passou a ter gastos crescentes, o que gerou a sua crise. A diminuição do Estado foi a diminuição de um dogma. Houve desaceleração econômica, falta de efetividade e os altos custos também geraram o endividamento do público. Adotou-se uma filosofia de descartar o que não tem valor, ocasionando uma exclusão social maior. Para Pimenta (1998, p.177):

“[...] Ao mesmo tempo, ocorre uma diminuição do poder do Estado nacional, levando à formação de blocos regionais tais como o Mercado Comum Europeu, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Mercosul, que aparecem como uma resposta do Estado-nação tentando manter o seu poder regulatório: Surge o conceito de Estado-rede (Castells, 1998), resultado da articulação entre o local, o regional, o nacional e o supranacional. Um Estado associado ao setor privado, às entidades não lucrativas e a outros atores da sociedade civil [...]”.

Neste conceito sobre Estado-rede, ocorre internacionalização dos meios de comunicação, a internet torna-se o principal, possibilitando, por um lado, a maior participação da sociedade civil nas formulações das políticas públicas, definição e controle dos gastos públicos e no acompanhamento dos processos legislativos, aproximando o cidadão do Estado. Por meio da internet, o Estado deveria divulgar para a sociedade civil seus passos, projetos, gastos etc, objetivando a transparência nas ações e a participação da sociedade, aproximando-a do Estado e de suas políticas. Cabe ressaltar que, por outro lado, o Estado-rede poderia favorecer o autoritarismo populista e a manipulação da sociedade pelas lideranças políticas. Sendo a reforma do Estado idealizada de maneira que não visasse somente reduzir o gasto público, e sim efetivar esse, mas também melhorar a qualidade e a eficácia do mesmo, nessa perspectiva de Estado-rede, não caracterizando a emergência da sociedade civil como redução do Estado. Mas vendo-o como uma instituição importante para o contexto da sociedade, havia necessidade de não manter o Estado como simples gestor de finanças e sim como integrante participativo em todas as decisões e/ou ações.

Para a efetivação da relação Estado e sociedade, foi necessário delimitar a área de atuação dos poderes executivos, havendo três mecanismos principais na efetivação dessa lógica: a privatização, ou seja, a venda dos serviços públicos que não devem permanecer no interior da execução desse. Torna-se imprescindível inserir no processo de reforma do Estado,

e na reestruturação do capital, os denominados sujeitos de direitos, civis e políticos; o “terceiro setor”, sendo o mesmo visto como uma opção teórico-metodológica capaz de responder ou sanar o fenômeno da totalidade. A constituição do novo “trato social” na intenção de substituir o período fordista/keynesiano, enquadrando-o como processo central da configuração da “nova modalidade de trato à questão social”. A escassez de recursos torna-se uma das justificativas para o Estado retirar a sua responsabilidade com as expressões da Questão Social e a expansão dos serviços, bem como para o desenvolvimento e a expansão do “terceiro setor”. A contradição capital x trabalho que se expressa na “questão social”, permanece inalterada. No lugar de ações democráticas para a emancipação dos sujeitos, são realizadas respostas às necessidades, conforme o poder aquisitivo de cada cidadão. O poder de compra deste, é que iria determinar o tipo e qualidade do serviço. A universalidade cedeu seu lugar à focalização, ou seja, o que não gera lucros, o que não é rentável, torna-se responsabilidade do Estado e são transferidas à sociedade como uma “solidariedade social”, sendo pontual, localizada, fragmentada, setorizada e identificada como auto-ajuda e ajuda mútua. Neste contexto, analisamos a fala de Almeida:

“[...] Historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus, mas que lhe são inculcados como seus. Experienciam a dominação e aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda sociedade (Almeida, 1990, p. 18)[...]”.

Na lógica neoliberal, o Estado de Bem-estar Social pertence à iniciativa privada, suas fontes são naturais: a família, a comunidade e os serviços privados, ou seja, Bem-estar Social não é para os pauperizados. Compreender que “ há um “retrocesso histórico”, atribuindo ao sujeito de necessidades, a responsabilidade por suas carências, e os serviços são adquiridos como produtos e/ou mercadorias. Onde o problema não está no intuito de atividade de caráter complementar, mas no caráter substitutivo. Privatizar as políticas sociais só seria viável para a iniciativa privada neoliberal, a partir do momento em que se tornassem rentáveis. Destarte as atividades, os serviços sociais e/ou funções sociais continuarão sendo responsabilidade do Estado, por conseguinte, transferidas à sociedade, o “terceiro setor”. O processo seletivo da privatização necessita que se criem serviços privados, quando há precariedade e insuficiência dos serviços públicos. Segundo Montão:

“[...] essas políticas sociais estatais são focalizadas, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de carecimentos pontuais, com necessidades básicas insatisfeitas. Assim, contra o princípio universalista das políticas sociais, e correndo a sua condição de direito de cidadania, elas se destinam hoje apenas a uma parcela da população carente de determinado serviço pontual (Montão, 2002, p.191) “[...]”.

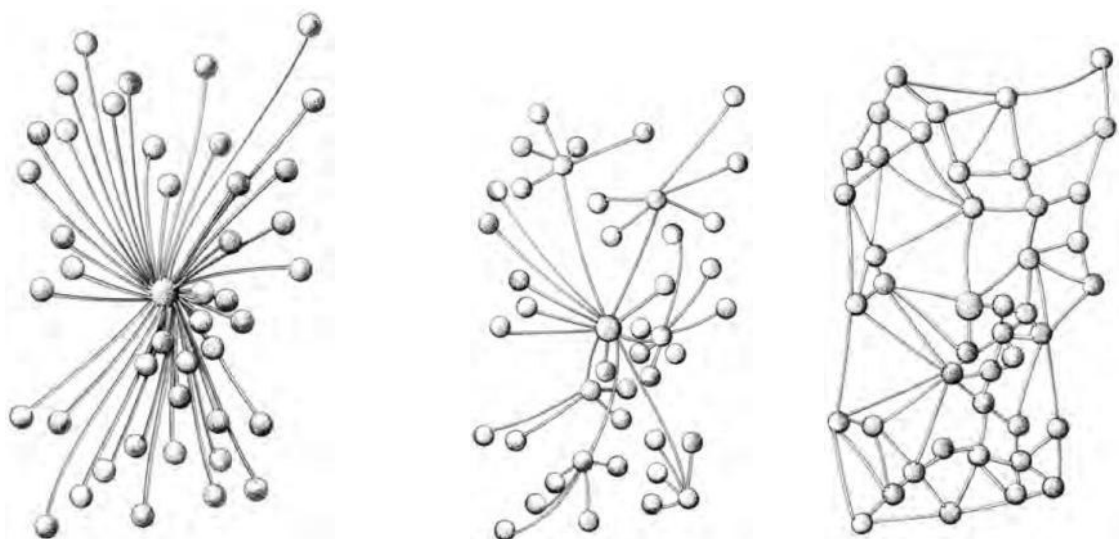
O esboço do pensamento do autor, nos traz que se tornou necessário focalizar na população carente os recursos estatais, mas não “malgastando” com os setores na condição de adquiri-los como produtos. A totalidade dessa problemática promove a demanda dos serviços sociais, ora pelo próprio sujeito de necessidades, ora pelas ações das entidades filantrópicas e entidades sociais, ou organizações da sociedade civil - OSCs, não esqueçamos dos serviços privados – lucrativos, que estiveram inseridos nessa grande parcela da população não coberta, insatisfeita ou fora dos critérios de e da focalização, que seria a condição de pauperizado. As políticas sociais são também descentralizadas administrativamente, percebeu-se que implica apenas em uma desconcentração financeira e executiva, porém, mantém-se a centralização normativa e política, ou seja, descentraliza-se a gerência e não a gestão, transferindo somente para a esfera municipal ou local, os processos administrativos gerenciais, não os políticos decisórios. A decisão e a política que será executada ainda permanecem centralizadas. No cenário de precarização exposto, o Terceiro Setor terá seu papel para manutenção da Ordem Capitalista, da acumulação dessa, da pauperização e na continuidade da oferta do mínimo. O qual (o Terceiro Setor) apresentaremos a seguir sua dinâmica alinhada a classe dominante.

2.5 Rede Social e Terceiro Setor; um novo modelo de organização da sociedade

Reafirmar as forças democráticas faz-se necessário e fundamental para a viabilização do projeto construído na década de 80, forças essas, que eram oriundas da articulação de movimentos sociais, entidades sociais e categorias profissionais diversas. Para Franco, a “descoberta” da Rede Social se dá a partir dos anos 50 do século XX.

“[...] Redes são sistemas de nodos e conexões. No caso das redes sociais, tais nodos são pessoas e as conexões são relações entre essas pessoas. As relações em questão são caracterizadas pela possibilidade de uma pessoa emitir ou receber mensagens de outra pessoa. Quando isso acontece de fato diz-se que uma conexão foi estabelecida. Mas, então, pergunta-se, freqüentemente, como fazer uma rede social propriamente dita, quer dizer, uma rede distribuída (Franco, 2008, p.22) [...]”.

Em entendimento à temática, o autor nos apresenta três modelos de redes:



Fonte: Escola de Redes Novas Visões: sobre a sociedade, o desenvolvimento da internet, a política e o mundo globalizado. In: **Domínio Público para Escolas de Redes**, 2008.

Segundo Franco, as três figuras, apresentadas acima, são modelos de redes, o que diferencia uma da outra, é a forma com a qual os nodos se unem. No primeiro modelo, de rede, os nodos encontram-se em apenas um ponto, no segundo, os nodos encontram-se em determinados pontos, porém também não se unem, caracterizando assim, ambos como modelos de redes hierarquizadas, em que as informações não são distribuídas e o poder é centralizado. Já no último modelo, há uma gestão, assim como nos anteriores, porém, as informações são distribuídas, a gestão é horizontal e o poder é descentralizado, por conseguinte, os nodos se unem e/ou ligam-se uns aos outros, tecendo a teia em rede. O autor destaca que existe uma grande confusão na literatura, muito comum em relação às redes sociais, em que as pessoas consideram como rede uma forma e/ou tipo de organização voluntariamente construída para cumprir uma finalidade, em geral, de natureza social. A Rede Social que existe como fenômeno objetivo, está independentemente ligada aos esforços feitos por qualquer sujeito para tecê-la e/ou articulá-la de modo que:

“[...] Por variadas e complexas razões de ordem social e tecnológica, a sociedade humana está se conformando, cada vez mais, como uma rede – o que Guénhenno (1993) chamou de “idade das redes” e, depois, Castells (1996) chamou de “sociedade-rede” (Ibid, 2008) [...]”

Para entendermos redes sociais, precisamos entender que elas estão ligadas às relações humanas, ou seja, desde que existam seres humanos que se relacionam um com o outro, existem as redes sociais - compreendamos que elas compõem o movimento do real, assim estão na dialética do tempo, e terão suas modificações históricas (grifo próprio), assim Franco (2008, p.46), nos apresenta que:

“[...] A sociedade não está se constituindo como uma sociedade-rede apenas agora. Toda vez que sociedades humanas não são invadidas por padrões de organização hierárquicos ou piramidais e por modos de regulação autocráticos, elas se estruturam como redes. O que ocorre, atualmente, é que a convergência de fatores tecnológicos (como a fibra óptica, o laser, a telefonia digital, a microeletrônica e os satélites de órbita estacionária), políticos, econômicos e sociais está possibilitando a conexão em tempo real (quer dizer, sem distância) entre o local e o global e, assim, está tornando mais visível a rede social e os fenômenos a ela associados, ao mesmo tempo em que está acelerando e potencializando os seus efeitos, o que não é pouca coisa [...]”.

Tal citação corrobora com o pensamento de Heller (1989, p.17), *“a vida cotidiana é a vida de todo homem (...) não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente”*. Para ela, o homem em seu cotidiano e/ou vida cotidiana, deixa de lado em situações diversas, suas particularidades, entrando na vida humano-genérica, em que ele compreende de que maneira viver em sociedade, sendo a vida cotidiana constituída na organização do trabalho. Quando o homem adota o terceiro setor como uma saída frente às contradições sociais, ele utiliza-se da vida humano-genérica, bem como das suas particularidades, para o enfrentamento da Questão Social, ou seja, ele compreende que para que obtenha uma satisfação na vida em sociedade as particularidades não devem sobressair à vida humano-genérica.

Não objetivamos novamente retomar aqui a Reforma do Estado, que trouxe o Estado-rede. E sim frente à fala de Franco, para não confundirmos a relação de uma e com o outro, ou seja, a rede é a interligação entre as pessoas, já o Estado-rede é uma maneira de controle e participação da sociedade civil nas formulações das políticas, o que não impossibilita de considerarmos as organizações voluntárias no padrão de rede. A diferença é que uma organização territorial, setorial e/ou temática recebe o nome de rede quando seus integrantes estão conectados entre si, em suma, reunidos entre si horizontalmente no mesmo objetivo. Importa fazer o recorte que isso em um contexto teórico do que seria/é rede, no contexto material o que se expressa, são de que os objetivos são incomuns.

O atendimento em rede pode ser otimizado e possibilitar um resultado mais significativo para quem o recebe. **Faz-se aqui, a adequação de terminologia para o tempo dessa pesquisa, para que não possamos confundir com as plataformas digitais, a internet e tudo que ela contém, e que se entende que a partir deste ponto, tratar-se como Equipamento Social, ou Equipamentos Sociais - os quais compõem a rede de trabalho que oferta e presta os serviços firmados nas políticas públicas, incluindo as políticas públicas sociais.** A efetivação do trabalho em rede, implica que a estratégia seja implementada no processo de gestão e articulação, acontecendo de maneira estruturada na comunicação, com a qual todos

tenham um objetivo comum, para que haja eficácia e viabilidade na operacionalização. Tais características fazem com que o trabalho em e da rede se torne produtiva.

As Redes sociais se dividem em organizacional piramidal e estrutura em rede. Em redes de organização piramidal, o poder acontece de maneira concentrada, com o intuito de acumular (ideário burguês capitalista-neoliberal), ficando as informações guardadas para que em momentos oportunos possam ser utilizadas e assim, acumular e concentrar mais. Já nas redes estruturadas, o poder se desconcentra (democracia e cidadania ativa, onde as transformações e promoções acontecem juntas e na construção da coletividade, não sendo, portanto, impostas), as informações e ações acontecem de maneira horizontal, livres e distribuídas, tornando-se uma exigência fundamental.

A existência das redes sociais caracteriza a transferência de responsabilidade para o “terceiro setor”, sendo nada mais que a terceirização, entendendo esse, como uma venda de serviços, os quais o Estado compra pagando minimamente pelos mesmos, exercendo controle sobre a sociedade civil nas distribuições de seus recursos. Para Castel (2005, p.259) *“fala-se de terceiro setor, de economias solidárias, de atividades que estão mais ou menos à margem do setor mercantil e das exigências da competitividade e que não entrariam no processo de globalização”*. Esses seriam os recursos da sociedade civil para lidar com as mazelas trazidas pela globalização, as quais foram advindas da industrialização e melhor explicitada no início desse, porém, o próprio ideário burguês neoliberal o anteviu - e tratou de apropriar-se das Redes Sociais e do Terceiro Setor.

Caracteriza-se toda essa retirada de responsabilidade do Estado de lidar com as expressões da Questão Social, como “Estado de Mal- Estar”, uma vez que o mesmo produz uma “ritualização” dos ministérios sociais, tornando-os apenas gestores subordinados às políticas econômicas. Essa ritualização precariza as ações em prol da diminuição das mazelas, não dando soluções e nem mediando para mitigar as mesmas, e sim atuando como coadjuvante sendo pontual frente à Questão Social.

Diante das exposições anteriores, a manutenção do pensamento e enfoque conservador e psicologizante da igreja, centralidade do Serviço Social, manteve-se até meados dos anos 40, e a reestruturação do modo de produção capitalista, com a inserção do Estado para intervir e controlar “a rebeldia” dos pobres e das/os trabalhadoras, onde dá-se o considerado início do avanço técnico da profissão. Ocorre neste momento a aproximação do Serviço Social brasileiro com o norte-americano, que possui as características conservadoras das perspectivas da Teoria Social Positivista. Tecnificação que evidenciou a profissão como contribuinte para a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, com uma atuação e intervenção que atendia aos

interesses da ordem capitalista, apesar de não ter sido discutido e/ou analisado naquele período. No contexto em que essa pesquisa acontece, compreende como fundamental destacar que tal concepção carrega aproximações nazifascista⁷, como nos apresenta Ianni (1998, p.113):

“[...] Essa tem sido e continua a ser a fábrica de tensões, fragmentações e contradições, na qual se produzem e reproduzem os grupos e as classes subalternos, as subclasses, o desemprego estrutural, o pauperismo e a lumpenização. Daí as reivindicações, os protestos e as lutas sociais, com frequência mesclados de etnicismos, xenofobias, racismos, sexismos, fundamentalismos e outras expressões das desigualdades sociais multiplicadas pelo mundo afora.

Simultaneamente, essa tem sido e continua a ser a fábrica na qual se produzem as ideologias e as práticas nazi-fascistas “[...]”.

O contexto conjuntural no qual o Serviço Social brasileiro emergiu, estava atrelado ao atendimento da ordem capitalista, e que mesmo tecnificado carregou, insistentemente, na prática profissional os valores da igreja católica. Onde a junção para atender os interesses do capital, a perspectiva do ajuste, do conservadorismo, da questão moral como reguladora da vida social humana, a divisão entre o “pobre e o trabalhador”, nos evidenciam princípios nazi-fascistas no interior da gênese da profissão. O que nos remete a Lucena; Lucena (2024, p.31), que vão enfatizar a questão de que obter tecnificação, formação e/ou elevação do conhecimento escolarizado na formação superior, no caso dessa, precisa implicar diretamente na elevação da consciência que contemple o social, o político e da/de classe. De maneira que faz-se preciso compreender que está na estratégia do capitalismo, limitar, enformar, formatar direcionar a que e qual conhecimento a classe trabalhadora poderá e deverá acesso, as/os assistentes sociais inserem-se nessa lógica no que refere-se ao saber. De modo geral, à “*massa trabalhadora*” dever-se-ia e deve-se direcionar o conhecimento frágil, raso, fragmentado e desconectado do real, para que o modo de produção capitalista permaneça dominante e na exploração da força de trabalho.

Silva (2025, p.14), nos apresenta que “[...] a educação foi abarcada pelo positivismo em sua forma literal da moral e do conservadorismo, ao qual tem o fato pelo fato, onde a história já foi explicada e está dada. Ou seja, não é algo que se constrói e está por construir [...]”. Eis que as barreiras a serem superadas na educação, nesse caso, em especial na educação superior enquanto processo de formação na proposição para contribuição no conhecimento que abarque o político, do qual o Serviço Social no seu bojo não preocupou-se em constituir, vistas

⁷ Ainda que não seja a temática central desta pesquisa, citá-la é parte da análise da totalidade do mundo do trabalho sob a dominação do capital. Para saber mais ler: O voo da Fênix: o nazismo e o novo nazifascismo nos séculos XX e XXI - livro de Carlos Lucena e José Claudinei Lombardi.

que a questão a qual se apresentava como materialidade de seu trabalho, era entendida como problema de ordem moral, religioso e individual, totalmente desconectado do contexto econômico e das relações tensas e conflituosas que se deram/dão entre o campo capital e trabalho. Bem como, verifica-se que a profissão surge para ser exercida por mulheres da burguesia religiosa, nos fica explicitado que por longos anos, o Serviço Social não se dedicou a integrar em suas análises, pesquisas e intervenções as questões de gênero e raça no interior da profissão, o que tende a separar tais questões da própria consciência material e histórica dessa, na divisão social, racial, de gênero e técnica que afetam as/os trabalhadoras/es assistentes sociais, diante da lógica do capital, consequentemente das expressões da Questão Social as quais essas/es vivenciam cotidianamente na existência humana.

O próprio movimento, não permitiu a manutenção da atuação profissional estruturada nos mesmos moldes de sua gênese e tecnificação primária, o que exigiu outras formas e meios de agir, atuar e intervir, ainda que sob o viés positivista, conforme veremos no próximo movimento.

2.6 A SUSTENTAÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NA E PARA A GRADUAÇÃO ACADÊMICA DA/O ASSISTENTE SOCIAL

2.6.1 Influências do Positivismo e de sua Concepção de Educação Moral e Conservadora

Parafraseando Silva (2025)⁸, contempla a consciência que a educação está no território das disputas, manipulações e apropriação dessa, pelos capitalistas, o entendimento e a compreensão que o conhecimento desde que ele é gerado e ampliado, este, concerne ao indivíduo e aos sujeitos trabalhadores, determinado grau de autonomia para realizar a reflexão do processo concreto material histórico em que estes estão contidos enquanto ser social, o consequentemente sua sociabilidade. De maneira que a educação apresentou-se como um dos muitos meios pelo qual a lógica da Ordem do Capital, conseguiu introjetar na classe trabalhadora e na sociedade, o modo como ela deseja e desejava que esses devem e deveriam manter-se pensando, vivendo e agindo, e não apenas no mundo do trabalho, mas também na forma de consumo e em sua sociabilidade. Neste sentido, a educação enquanto terreno fértil para ofensiva capitalista, em especial no Brasil, dotou-se das epistemologias que alinhavam-se

⁸ Parte desse trecho é o reescrever e/ou parafraseado pela autora desta pesquisa, na contribuição do capítulo **Educação Emancipadora e Classe Trabalhadora: contribuições para o trabalho social em Serviço Social**. In. Reflexões sobre a educação. Uberlândia/MG, Editora Navegando, 2025.

com sua Ordem. O conhecimento histórico adquirido e refletido, estão nas mãos dos capitalistas via “*agências societárias de caráter ideológico*”, as quais fazem com que o conhecimento passe por um severo filtro. Tudo passou a ser e é padronizado em método, Bittar; Jr (2008, p. 2 - 636).

Discorrendo a maneira como a classe dominante exerce sua dominação sob os que não detém a propriedade dos meios de produção, Rudé (1980, p.21) alinhado ao pensamento de Marx, Engels e Gramsci, fez a discussão sobre o processo - meio pelo qual a classe dominante impõe e incute “*um consenso*”, utilizando para que tal dominação aconteça no campo das ideias, e que em grande maioria das vezes dá-se por meios que são tido como pacíficos. Assim, viabiliza-se pelo “[...] *controle dos meios de doutrinação, na área do Estado que ele chama de “sociedade civil”: através da imprensa, da Igreja e da Educação [...]*”. Identifica-se, nesse, como a educação foi e é mecanismo e meio de dominação pelos capitalistas.

Seguindo nas concepções conservadoras e dominantes da educação, que foi e ainda é um dos meios de dominação e controle, entende-se que compreendermos como se deu essa apropriação da educação, em especial, como essa se configurou no Serviço Social brasileiro, torna-se de crucial relevância.

O pensamento durkheimiano trouxe relevantes “*marcas importantes*” para o pensar social e educacional nas sociedades conservadoras, e suas repercussões no campo da pesquisa, as quais diversos autores consideram como “*visíveis nos estudos e nas ações sociais*”. São nos escritos de Durkheim, que a pedagogia assume forma através das proposições normativas feitas por ele:

“[...] Tendo como referência a escola enquanto processo de doutrinação partidária e socialista, mirava a eficácia de um sistema curricular e de vigilância da atuação dos professores. Seus princípios visavam a retomada da neutralidade científica de orientação positivista intimamente apoiadas nas reflexões e pressupostos de Émile Durkheim (França, et al, 2020, p.109).

A partir do exposto, ve-se que o interesse em manter a neutralidade científica, sob a existência de ideologia única, centrada em valores conservadores e apoiados nas convicções da família, são traços da educação/formação moral sustentadas pelo positivismo, ainda que não na aparência, porém cravado na sua essência. Silva & Gatti (2019, p.5), trazem a contribuição de Pickering (2008), com a formação dos professores que é tida como séria, e que foram resultantes do período da Terceira República da França (1870 - 1940), acrescentam a educação moral laica. Tomar gama do entendimento do pensamento durkheimiano, perpassa pelo “*projeto de uma educação moral e laica*” por ele elaborado e fundamentado, desapegado da religião, porém que esse encontrou dentro da própria religião os fundamentos para promover essa nova moral laica.

A laicidade moral na visão durkheimiana, estaria perdida no interior das próprias religiões, Afirmações essas, que reverberam indagações de possíveis aproximações nazi-fascistas, na teoria social positivista de Durkheim.

Weiss (2009, p.170), destaca que o “*juízos do fato de coisas*” e Silva; Gatti (2019), acrescentam a essa concepção que - existe a exigência relevante de Durkheim em distinguir Ciência da Educação, de Pedagogia. Onde a primeira compreende os “*fatos sociais como coisas*” - considerada por ele “*dimensão explicativa*”, e a segunda “*uma reflexão metódica e documentada sobre a prática de ensino*” - e essa “*dimensão propositiva*”. Partindo do juízo do fato social, emerge a Ciência Moral, passando a educação como "fato social" ser investigada sociologicamente. Para Durkheim a educação é um processo social, e sua finalidade seria a manutenção e a permanência dessa. Por ser exercida pelos adultos, esses deveriam suscitar e desenvolver nas crianças os valores morais dessa. A educação teria a função primeira o seu compromisso com a realidade dos fatos, sem preocupar-se se agradava ou não às pessoas.

Durkheim, propunha como tarefa do pedagogo, “[...] *uma reflexão, mais metódica e documentada possível colocada a serviço da prática do ensino [...]*” (Weiss, 2009, p. 175). E na educação racionalista, uma relação com o “*espírito de autonomia*”. Apresentou e defendeu a formação moral da criança nas perspectivas das regras e da autoridade. Por conseguinte a moral seria as regras, ou sistemas dessas, que implicam diretamente em “*ação coercitiva*” a autoridade - apresentar os pressupostos que sustentam a educação para Durkheim, suscitam perguntas como o quanto assimila-se esses pressupostos aos castigos na educação que valoriza a moral e o cívico?

Os pressupostos da educação durkheimiana, nos apresentou enquanto sociedade, o que seria a vida normal - essa deveria estar dentro dos valores morais da sociedade daqueles que vivem nessa. Portanto o Estado, em uma República, era quem controlava a educação e a moral, porém as pessoas dentro de um contexto poderiam questionar essa moral. Weiss, apresenta que deveria haver controle, força, autoridade e regras aplicáveis à todos na sociedade proposta por Durkheim. Afirmando que contrariá-la, seria o infinito que trazia/traz tristeza - pontuou que quando um indivíduo estava em desacordo com a sociedade e a autoridade, os limites e a disciplina eram a chave para uma vida boa, e assim promoveria essa. A autora explica a diferença do simples desejo em relação à vontade, que na fundamentação de Durkheim seriam administradas pela disciplina moral, e que nenhuma outra teria maior relevância para a vida social e para a formação do caráter. Ele entendia a disciplina como meio normal da natureza se realizar, e que somente por meio da escola e da educação moral, a criança poderia conhecer e amar a pátria.

Na perspectiva funcionalista de Émile Durkheim, através das “conhecidas *Regras do método sociológico*” - onde Lucena (2010, p.300), destaca que na lógica durkheimiana a patologia e o crime seria algo “normal” desde que o indivíduo que a tenha ou cometa-o, esteja integrado na sociedade, ou seja que oriundos do cumprir das regras morais coletivas ou das Leis do Estado. Dentro dessa, Behring; Boschetti (2006, p. 27-28) acrescentam que o agir profissional da/o assistente social estará embasado sob os pressupostos expostos, e inclusive o pensar das Políticas Públicas Sociais e as condicionalidades para acesso a essas, assim:

“[...] Cabe à pesquisa social, portanto, estudar a gênese e o fundamento das instituições sociais, apropriando-se da sua realidade objetiva por meio da observação, da descrição, da comparação, fugindo a um movimento que vai das ideais para as coisas — em que o fato comparece apenas para confirmar ou infirmar ideias [...]”.

O funcionalismo presente nas concepções do positivismo durkheimiano, desconsidera a história que está aberta, o movimento do real - o que tende a levar para a formulação equivocada de que tudo está explicado e dado, no que apresenta-se no agora.

Émile Durkheim, em seu livro *A Divisão Social do Trabalho*, demonstrou que sua preocupação era desvendar “*como os indivíduos constituem a sociedade e o consenso em seu interior*” (Lucena, 2010, p.296-297). Foram nesses pressupostos que ele direcionou e fez suas indagações e o refletir sobre a sociedade, o que culminou em sua teoria - a *Teoria da Solidariedade*. Derivando em *Solidariedade Mecânica* e *Solidariedade Orgânica*. A primeira refere-se a como nos unirmos pelo sentimento comum e esse estaria nos pressupostos e dogmas da religião, onde estariam o que são valores comuns, havendo a não diferenciação dos seres/homens. Ou seja, por não conseguirmos diferenciarmos uns dos outros, seríamos todas/os semelhantes em valores, costumes e igual coerência. A segunda apresenta-se que contrária à primeira, há diferenciação entre/dos seres/homens, e que justamente essa, é que os tornam dependentes para que a “*atividade social*”⁹ seja realizada.

A partir de como Durkheim trabalha o que seria solidariedade, ele abarca o que chama de “*formação da consciência coletiva*” - Lucena (2010, p.297) destaca que “[...] *A consciência coletiva só existe em função das crenças e dos sentimentos presentes nas consciências individuais [...]*”. Elaine; Ivanete (2006, p. 29), contribuem que nessa lógica, Durkheim “[...] *propõe conhecer o funcionamento dos fenômenos sociais, buscando as causas que os produzem e suas funções — o resultado socialmente útil — que desempenham [...]*”. Apresentando seu entendimento de que os indivíduos derivam da sociedade e não ao contrário, recorrendo no

⁹ Sobre atividade social, ver p.297 em LUCENA, C. **O pensamento educacional de Émile Durkheim**. In. Revista HISTEDRB On-line, Campinas, n.40, p. 295-305, dez. 2010 - ISSN:1676-2584.

desenvolvimento dessa lógica, Lucena (2010, p.297) afirma “[...] *que para definir cientificamente divisão social do trabalho, é necessário estudá-la melhor. Para estudar cientificamente um fenômeno social, é preciso estudá-lo objetivamente [...]*”. Ampliando para a solidariedade em dois tipos, sendo nos campos do “direito repressivo e do direito cooperativo”, onde o repressivo caracteriza-se pela punição dos crimes e das faltas cometidas - estaria esse na consciência coletiva das sociedades que compõem a solidariedade mecânica, e o cooperativo apresentou-se que em sua essência não aplica-se a punição quando infringe-se ou viola-se as regras sociais, mas sim cunhar essas violações como resultante da organização pela cooperação dos indivíduos - contemplaria a solidariedade orgânica. A exemplo de como forjaram a caracterização de pobres e trabalhadores, como apresentado anteriormente.

Como vimos em linhas anteriores, essa maneira de ver e pensar a sociedade e os sujeitos contidos nela, foram introjetadas no bojo da formação superior tecnicizada do Serviço Social, conduzindo diretamente o agir das/os profissionais assistentes sociais, na lógica do ajuste e da moral coletiva, sustentadas na neutralidade, sob o uso de técnicas e “*regras intelectivas*”. Bem como patologização, ou adoecimento de todo e qualquer comportamento e/ou atitude que destoasse da concepção de normas sociais de Durkheim, sendo tipificada por este, como “*anomia social*”¹⁰.

No cenário apresentado como contradição, até aqui, entende-se ter sido possível trazer à tona como se deu a educação escolarizada no que tange a formação superior, em especial, a graduação acadêmica em Serviço Social, que carregou por longos anos esse modelo, que não propõe acreditar que está superado no Serviço Social, acredita-se que as/os leitoras dessa, tenham minimamente conseguido materializar, por suas recordações, alguma situação presenciada e/ou vivenciada na educação brasileira e no fazer da/o assistente social - eis que experienciou-se da visão de mundo pelos capitalistas imposta às “*massas trabalhadoras*”. Com tantas barbáries sofridas pela classe trabalhadora, já havia no interior do Serviço Social profissionais que questionavam o caminho da profissão e um posicionamento em relação a qual lado essa defendia, o que os levou a uma vanguarda frente a ruptura com conservadorismo e à defesa do abandono da neutralidade na profissão, aproximando o Serviço Social da tradição marxista, como veremos.

2.7 O despertar no Serviço Social para o Método de Marx

¹⁰ Ver p.298 em LUCENA, C. **O pensamento educacional de Émile Durkheim**. In. Revista HISTEDRB Online, Campinas, n.40, p. 295-305, dez. 2010 - ISSN:1676-2584.

Era 1960, quando no Cone Sul começou-se a questionar a utilização pelo Serviço Social do referencial positivista frente ao contexto que imprimia à América Latina a subordinação e o teor excludente no que se referia ao seu desenvolvimento, diante das modificações econômicas, políticas, sociais e culturais que assumiam outras ou novas configurações frente a expansiva do capitalismo (Yazbek, 2009, p.148). Emergia um caminhar, sem recuo, em nível global de total revisão do Serviço Social em todas às suas dimensões e níveis - político, teórico, metodológico e técnico operativo. Em especial na América Latina, essa renovação, exigiu das/os profissionais comprometer-se com as classes subalternas e o que essas demandavam, inclusive com suas mobilizações para reivindicações, far-se-ia necessário construir um projeto ético político que alinhasse-se à classe trabalhadora, e que não culpasse esta e a criminalizasse pelas expressões da Questão Social. Braz e Teixeira (2009, p.188-189), afirmam que em sociedades classistas, todo projeto terá sua dimensão política, de maneira que em sociedades com classes sociais antagônicas - burguesia e proletariado em se tratando da sociedade brasileira. De modo que todo “[...] *projeto profissional (e a prática profissional) é, também projeto político: ou projeto político-profissional [...]*”. Essa renovação, ficou conhecida como Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino Americano (MRLA).

São no movimento do real do capitalismo imperialista dos Estados Unidos da América - EUA, da Europa e da América Latina, a partir das lutas travadas pela classe trabalhadora que materializou-se o Movimento de Reconceituação da América Latina, assim vejamos que o período de:

“[...] (1960-1980)”, de grande importância mundial, é marcado pelo ascenso e hegemonia do imperialismo norte-americano e das três “décadas de ouro do capital” (1945-1973) e pelas contradições que surgem no seio desse processo, culminando com a crise estrutural do capital e medidas de ajuste e restauração das taxas de lucro nas décadas de 1970-1980 na América Latina (IAMAMOTO, 2016). Essa conjuntura incide no Serviço Social tanto no Movimento de Reconceituação Latino Americano (MRLA) - que tem lugar entre 1965/1975 -, quanto no denominado Serviço Social Radical nos EUA e Reino Unido (1970/1980) e no Serviço Social crítico em Portugal e Espanha. Nos Estados Unidos registram impactos da intensificação de movimentos sociais que lutam por melhores condições de vida e reivindicam uma sociedade menos desigual e mais igualitária. O assassinato do líder negro Martin Luther King, em 1968, marca uma onda de protestos organizados pelo movimento racial estadunidense. Outros movimentos ganham força, tais como, o feminismo, os movimentos pacifistas (contra a guerra do Vietnã), movimentos culturais (psicodélico e hippie). Esses movimentos se caracterizam pelo questionamento ao poder tradicional e ao modo de vida do capital.

Na Europa um grande movimento dos/as estudantes e dos/as trabalhadores/as, no questionamento à ordem do capital, denominado “Maio de 1968”, iniciado em Paris, foi se espalhando para outros países da Europa, extrapolando fronteiras e mares (Iamamoto, et al 2022, s/n).

Diante das lutas e reivindicações acima, na América Latina, a classe trabalhadora pelos “oprimidos” “[...] (*camponeses, operários, populações originárias, residentes nas periferias das cidades, etc*) [...]”, - seguindo o exemplo da pedagogia educacional de Paulo Freire, se organizava e travava suas lutas “[...] *contra o imperialismo e a dependência dos países capitalistas centrais* [...]”, ainda que em uma concepção de libertação da igreja católica, e da sociologia da dependência. No Serviço Social era uma reconceituação que para além do que até aqui já foi explicitado, compreendia, defendia e lutava por uma formação acadêmica que contemplasse a realidade Latina Americana, e que não fosse cunhada no modelo dos EUA, que sustentava-se no Serviço Social de Caso, e no de Grupo e de Comunidades, na perspectiva conservadora, distante de e da crítica e dissociada da cultura e realidade Latina Americana, ou seja uma atuação prático-interventiva.

Apesar de importante para o rompimento com o conservadorismo no Serviço Social, pelo menos em suas fundamentações teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, jurídico-política e investigativa, esse movimento foi considerado de insucesso pela sua ecleticidade teórica, centrado no Cone Sul - Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, emergindo como suporte teórico em sua fiel ecleticidade as vertentes: 1- modernizadora, a qual pautava em trazer para a abordagem profissional a visão funcionalista, estruturalista e posterior a visão sistêmica (que em nada se aproximava da teoria sistêmica, ou teoria geral dos sistemas de Karl Ludwig von Bertalanffy), tal perspectiva entendia que o enfrentamento das expressões da Questão Social, em especial a pobreza e a marginalidade, dava-se pela modernização conservadora e no tecnocrático, ou seja ainda com viés positivista. 2 - a de viés fenomenológico, ancorada nos métodos dialógicos e de comunidade (perspectiva freiriana), os quais colocavam os sujeitos como potencializadores das mudanças, desconsiderando o que são as barbáries, interesses, táticas e estratégias do capital para com esses, bem como que são os capitalistas os donos da mercadoria. Na vertente inspirada na fenomenologia a/o assistente social realizava a função de ser quem era a/o responsável por introjetar nos sujeitos a abertura para a eficácia e a eficiência. E por fim, após longas discussões e produções teóricas da vanguarda do Serviço Social que eram da tradição marxista, a profissão atinge o 3º suporte teórico: 3 - a aproximação com o marxismo, que se introduz o pensamento de o Serviço Social inserir-se na sociedade de classes, porém foi uma vertente sem Marx, que não considerava o processo histórico, por isso aproximação (Yazbek, 2009. p.149).

Ainda como herança do Movimento de Reconceituação, a leitura e análises reducionistas da teoria marxista, gerou as abordagens desconectadas do Método de Marx e do próprio Marx. assim vemos que:

“[...] quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista) presente no “marxismo” althusseriano (referência a Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social no anos 60/70 e particularmente o Método BH), Um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão (Yazbek, 2009. p.150) .

Nessa miscelânea teórica o Serviço Social se aproxima das questões sociopolíticas, dos movimentos sociais, se coloca como questionador de prática institucional, ou seja, realiza a autocrítica, ou como diz Eunice Favero, realiza o processo investigativo - criticar o próprio pensamento/análise. De maneira que emerge a ruptura com o que chamamos de Serviço Social Tradicional, e o marco para tal ruptura é o amplamente conhecido no interior da profissão: “Congresso da Virada” - o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS realizado de 23 a 27 de setembro de 1979 no Centro de Convenções do Anhembi em São Paulo/SP, ganhou esse nome porque em plena ditadura militar, o grupo composto por mulheres e homens assistentes sociais destituíram a Comissão de Honra formada por militares como General Figueiredo, Paulo Maluf - governador, Jair Soares - Ministro da Previdência, Murilo Macedo - Ministro do Trabalho e o Antônio Salim Curiati - Prefeito de São Paulo à época, que ocupavam a mesa desse congresso, e colocaram trabalhadores que estavam sendo perseguidos, demitidos e punidos pela ditadura militar. Marcando assim a ruptura da profissão com o conservadorismo, onde essa assume o compromisso e a defesa da classe trabalhadora e a abertura para com a democracia, de maneira que a adoção da Teoria Social Crítica de Marx, marxiana e marxista passa a ser o que direciona a análise da realidade social dos sujeitos, através dos documentos legitimadores da profissão, como veremos no próximo Movimento.

MOVIMENTO II

3. A adoção do Método na Defesa Intransigente da Emancipação da Classe Trabalhadora

“Todo começo é difícil em qualquer ciência”

(K. Marx).

3.1 O Projeto Ético Político do Serviço Social

Adentrar à temática Projeto Ético Político do Serviço Social - PEPSS, nos exige compreender que este, ao ser legitimado - é o documento que direciona a profissão e/ou corpo da categoria de trabalhadoras/es Assistentes Sociais, guia o fazer profissional e a materializa a imagem desta. Ainda sobre o PESS, Netto (2022, p.02) destaca a “*escassa documentação*”, literatura que contemple e/ou discuta diretamente este, o considerando ainda como um tema novo. Assim, cabe esclarecer que o PEPSS, no caso do Serviço Social, concretiza-se no Código de Ética da/o Assistente Social - documento que será objeto de análise e discussão no Movimento III.

Os projetos societários, ainda que não sejam objeto de estudo nesta pesquisa, são essenciais para compreendermos a dimensão no sentido de abrangência, motivações e princípios dos projetos profissionais - o quais são denominados Projeto Ético Político (Teixeira; Braz, (2009, p.188), pois estes - os projetos societários, vão subsidiar os fundamentos e aspirações éticas que a sociedade corrobora em seu tempo de elaboração, em especial, aqueles que se comprometem com a emancipação da classe trabalhadora e a superação da Ordem Dominante.

A complexidade dos projetos societários, nos exige consciência política e da sociedade, a qual uma educação emancipadora e/ou socialista radical¹¹ apresentam-se como cruciais para.

¹¹ Sobre a conceituação e tema, abordamos a partir do subtítulo 3.2

Tais projetos expressam “[...]” *uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la* “[...]” (Netto, 2022, p.02). Inserem nestes, valores morais, a partir de uma visão de mundo macro para esta sociedade. Nesse sentido:

A teoria social crítica (e, com esta designação, referimo-nos à tradição marxista) já demonstrou que a sociedade não é uma entidade de natureza intencional ou teleológica - isto é: a sociedade não tem objetivos nem finalidades; ela apenas dispõe de existência em si, puramente factual. No entanto, a mesma teoria sublinha que os membros da sociedade, homens e mulheres, sempre atuam teleologicamente - isto é: as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e afins “[...]” (Netto, 2022, p.02).

As contribuições, do autor, nos evidenciam que os interesses e necessidades estão na base das ações humanas, de maneira que os projetos societários trarão seus ideais como antecipação do modelo de sociedade que se almeja estabelecer. Ou seja, expressaram sua finalidade. Ao ponto que como nenhum outro, são dotados da especificidade de se constituírem no nível macroscópico, por serem projetos coletivos que são o corpo do que propõe a sociedade em escala macro, coletivamente.

Importa-nos discorrer que nas sociedades capitalista, onde há exploração, dominação e acumulação da riqueza socialmente produzida pela força de trabalho da classe trabalhadora, e que cria o fetiche da mercadoria no tensionamento da relação capital trabalho, os projetos societários também incorporam sua função social, assim são *“projetos de classes”*, neste contexto *“é o caráter político de toda e qualquer prática”*, ou atividades. Essas movem, a prática e todas as suas formas: política, artística, produtiva e as diversas práticas profissional, de maneira que estas relacionam-se à esfera produtiva, ou seja, ao mundo prático-material, o qual leva ao mundo prático-ideal. O qual *“reproduz o primeiro no campo das ideias”*. Por conseguinte a/o trabalhadora/or realiza, via seu trabalho, a transformação da natureza, de onde obtém os meios essenciais para sua subsistência/vida material, assim operam a reprodução da vida social/relações sociais (Teixeira; Braz, 2009, p.186 -187).

No que refere-se à prática, ressaltamos que de modo que na dinamicidade histórica da complexidade das relações sociais, essas vão complexizando no processo do real que são mediados pelas diversas formas da vida social, a este, que também é conhecido por *“objetivação na realidade”* chamamos de *“Práxis”*, Ibid (2009) apresenta duas formas de *práxis*, sendo “[...]” *“voltadas para o controle e exploração da natureza e [aquelas] voltadas para influir no comportamento e na ação dos homens”*, que é o que peculiariza a *práxis* profissional “[...]”.

Importa marcar que, em se tratando de trabalho, a objetivação da práxis “*é necessariamente algo material*”.

Conduzindo os processos e dimensões citadas, para o projeto profissional e em especial a práxis no Serviço Social que contempla tanto no plano prático, quanto no ideal - onde as/os sujeitos utilizam de uma intervenção que visam “[...]”*uma determinada direção social, que atende aos diversos interesses sociais que estão em jogo na sociedade (políticos, ideológicos, econômicos e etc. “[...]”*. Estes elementos somam-se aos do corpo profissional e caminham para que se firme os valores e as diretrizes profissionais - eis que ganham dimensões coletivas, essas ao contemplarem anseios de membros da categoria de trabalhadores de determinada profissão, aqui em específico o Serviço Social, conquistam-as/os, a partir de então, começam a representar estes, conferindo a “*auto-imagem*”, destas representações nasce o projeto profissional, ou Projeto Ético Político, Ibid (2009).

No contexto do corpo profissional, os projetos profissionais - Projeto Ético Político, são parte dos projetos coletivos que norteiam profissões as quais foram legitimadas e reconhecidas juridicamente - torna concreto a Dimensão/Aparato Ético Jurídico Político - no Serviço Social que é o Código de Ética Profissional e a Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº8662/93), e as diretrizes Curriculares dos Cursos/Graduações de Serviço Social,¹² as quais entende-se e/ou pressupõe-se que estão regidas ainda por formação teórica, técnico-interventiva e que em sua maioria está no âmbito das profissões que exigem nível acadêmico superior (Netto, 2022, p.4). Soma-se ao Aparato Ético Jurídico Político, o Aparato Ético Jurídico Político mais Amplo, que são as leis que em âmbito constitucional, ou seja, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 - CF88 que legitima em amplitude direitos os quais vão sustentar tais projetos e seu corpo profissional de trabalhadores. Cabe reforçar que o PEPSS se materializa no Código de Ética da/o Assistente Social.

Netto (2022, p.8), apresenta que na recente história do Projeto Ético do Serviço Social - PEPSS, o qual o primeiro se constitui entre os anos 60 até 80, como vimos no Movimento I, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social que tem seu marco no “Congresso da Virada” em 1979, o PEPSS que firmou romper com conservadorismo e com o chamado Serviço Social Tradicional foi aprovado em 09 de maio de 1986 e diante da robustez que a profissão atingiu, ainda nos anos 80, com a produção teórica e a aproximação por várias/os teóricas/os do Serviço Social com a tradição marxista, o debate em relação à formação das/os trabalhadores assistentes sociais ganhou peso, o que levou à reformulação da matriz curricular da Graduação

¹² São temas do Movimento III, onde serão apresentados, discutidos e analisados.

em Serviço Social, reformulação essa, estimulada e com apoio naquela época da conhecida como ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (criada em 1946), a qual passou até os dias dessa pesquisa, a chamar-se ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Toda essa vanguarda levou ao novo Código de Ética da/o Assistente Social que foi promulgado em 13 de março de 1993 - o qual prevalece até a conclusão desta pesquisa. Conheçamos os princípios norteadores do corpo de trabalhadores Assistentes Sociais que são regidos pelo referido código:

Código de Ética do Assistente Social de 09 de Maio de 1986	Código de Ética do Assistente Social de 13 de Março de 1993
Os princípios e diretrizes norteadores da prática profissional estão expressos neste Código sob forma de direitos, deveres e proibições, agrupados em títulos e capítulos. Com caráter introdutório, serão destacados aqueles que dão indicações de uma nova ética, tendo como referência o encaminhamento da prática profissional articulada às lutas da classe trabalhadora:	Código de Ética Princípios Fundamentais
• A devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos sujeitos sociais envolvidos.	I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
• O acesso às informações no espaço institucional e o incentivo ao processo de democratização das mesmas.	II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
• A contribuição na alteração da correlação de forças no espaço institucional e o fortalecimento de novas demandas de interesse dos usuários.	III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
• A denúncia das falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição e não acatamento de determinação patronal que fira os princípios e diretrizes deste Código.	V. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
• O respeito à tomada de decisão dos usuários, ao saber popular e à autonomia dos movimentos e organizações da classe trabalhadora.	V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
• O privilégio ao desenvolvimento de práticas coletivas e o incentivo à participação dos usuários no processo de decisão e gestão institucional.	VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
• A discussão com os usuários sobre seus direitos e os mecanismos a serem adotados na luta por sua efetivação e por novas conquistas; e a reflexão sobre a necessidade de seu engajamento em movimentos populares e/ou órgãos representativos da	VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

classe trabalhadora.	
• O apoio às iniciativas e aos movimentos de defesa dos interesses da categoria e à divulgação no espaço institucional das informações de suas organizações.	VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
• A denúncia de agressão e abuso de autoridade às organizações da categoria e aos órgãos competentes.	IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
• O apoio e/ou a participação nos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora.	X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
	XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Fonte: CFESS, 2026 - em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf e https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

Os princípios apresentados e que foram promulgados, demonstram o avanço, investimento e esforços de parcela da categoria das/os trabalhadoras/es assistentes sociais, via instituições como a ABEPSS, CFESS e ENESSO com a tarefa histórica do Serviço Social de romper com herança religiosa, do conservadorismo e da neutralidade, de modo que seus projetos políticos refletem as características e/ou particularidades dos projetos coletivos - os quais não são estanques e acompanham as demandas dos sujeitos sociais da sociedade.

Os projetos profissionais, em suma, são elaborados/construídos de maneira coletiva pelo corpo de trabalhadores de cada profissão, a partir do que se defende na sociedade no seu tempo histórico, devem contemplar um processo de discussões com outros sujeitos como a população a quem se destina o trabalho, sindicatos, associações, movimentos populares e sociais. Pois, esses projetos societários podem ser de e para a transformação, ou alinhado ao conservadorismo que atua para manutenção da Ordem Vigente, nesse espaço de tensões e interesses, Teixeira e Braz (2009, p. 189), destacam que:

“[...]”Entre os transformadores, há várias posições que tem a ver com as formas (estratégias) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou

de conservação da ordem social. Desta forma, nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confunde com ele.

A afirmação dos autores, mostra-nos qual é a direção do Projeto Ético-Político do Serviço Social - PEPSS, de maneira que são elementos constitutivos deste: “[...]” *“auto-imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas práticas, etc”* “[...]” (Idem, p.98). Tais apontamentos, ainda que não de forma explícita, nos demonstram o quão complexo é a análise de quais são as intenções, valores e direção que carregam os projetos societários - em linhas gerais e direta, qual a visão de mundo foram imprimidas nestes, o que nos exige uma educação que seja para além do capital, de modo que quando emancipadora a educação socialista que vemos em Mészáros (2024, p.89), apontam para o “[...]” *desenvolvimento contínuo da consciência socialista que não se separa e interage contiguamente com a transformação histórica geral em andamento em qualquer momento dado* “[...]”. Educação esta, que conduz para a não segmentação e/ou compartilhamento do conhecimento o qual não se limita a disciplinas teóricas e científicas, como aprofundaremos o entendimento em seguida.

3.2 A Educação Emancipadora

Pesquisar¹³ (ainda que não em todos os meandros, visto que não compreende o objeto desta) a educação enquanto política pública que foi apropriada pelos capitalistas neoliberais, e é utilizada como ferramenta para viabilizar e fortalecer a dominação e manutenção da Ordem do Capital, torna-se desafiador, por ser da própria estratégia capitalista, de modo geral, quando se fala em educação, tende-se a pensar e/ou compreender a educação escolarizada que se materializa na ótica do senso comum, de: ler, escrever, fórmulas matemática, uma carteira/mesa, uma cadeira/banco, e etc. Ou seja, a educação sob a visão da parte didática padronizada e sua via de execução, de maneira que o viés ideológico está em grande maioria à parte e obstruído por algum pano que impeça enxergar o real, e já, nas mãos do mercado, este é parte do cenário em que o Estado viabiliza e legitima os interesses do capital. Como podemos ver no prefácio escrito por Emir Sader (2024) no livro “ A Educação Para Além do Capital” de Mészáros:

¹³ Parte desse trecho é a reescrita e/ou parafraseamento pela autora desta pesquisa, de sua contribuição no capítulo **Educação Emancipadora e Classe Trabalhadora: contribuições para o trabalho social em Serviço Social**. In. Reflexões sobre a educação. Uberlândia/MG, Editora Navegando, 2025 - acesse: <https://www.editoranavegando.com/reflexoes-sobre-a-educacao>

A educação que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. “[...] Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema (Mészáros, 2024 apud, Sader, 2024, p. 15).

Faz-se necessário compreender que a educação emancipadora se apresenta como indissociável do processo de elevação do conhecimento da classe trabalhadora, rumo à superação da ordem social vigente, bem como inegociável à categoria profissional das/os¹⁴ assistentes sociais. Essa que realiza o trabalho social inserida na divisão social, de gênero, racial e técnica do trabalho, e que no seu processo histórico enquanto consolidação como profissão legalmente reconhecida, possui em sua gênese o apostolado católico, seguido da teorização, e que por necessidade do capital, com adoção à teoria social positivista, passou a - no caso do Serviço Social brasileiro, refletir seus valores, sua imagem moral (há uma moral profissional que necessita se alinhar a ética profissional) assim nos apresenta Teixeira; Braz (2009), moral esta, que em nada tem haver com impor para os sujeitos e a sociedade o seu modo de pensar ou agir individualmente, mas sim de como a profissão e seus trabalhadores (assistentes sociais) se apresentam à e na sociedade no que materializa e representa os valores dessa, ancoradas/os em seu Projeto Ético Político - PEP. Ainda nessa reflexão, aconteceu também a reatualização e redirecionamento da profissão através do seu PEP, diante da urgência de romper com o conservadorismo, o tradicionalismo, a intervenção pautada no ajuste e na relação causa/efeito, se fez necessária e crucial para que o Serviço Social tivesse lado - a defesa por emancipação da classe trabalhadora.

No Serviço Social a defesa de um projeto profissional social crítico, pautado no materialismo histórico, perpassa por conceber uma dimensão teórico metodológica e ético política, assim Guerra (2023. p.52):

O desvelamento que subjazem a essas práticas tão comuns entre nós requer uma Teoria Social que nos permita ir além da aparência fenomênica do real e alcance a lógica que estrutura a realidade que vivemos, atuamos e modificamos, não exatamente como contemplado idealmente em nossos projetos, mas sempre os tendo no horizonte da nossa intervenção social e profissional. Somente os fundamentos da Teoria Social de Mar nos permite fazer a crítica ontológica destas fundamentações teórico-metodológicas.

¹⁴ utilizar-se-a como primeira identificação de gênero o feminino, por ser uma categoria profissional constituída majoritariamente por mulheres, conforme pesquisa apresentada pelo CFESS, 2022 - ver em <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

Soma-se à fala da autora, a apreensão de uma educação emancipadora e/ou educação socialista como Mészáros (2024, p. 47), apresenta “[...] *Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresetnes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa “concreta” abrangente.*” Que promova e possibilite a consciência do real, ou seja do concreto pensado como Marx, muito bem delineou e elaborou. Abarcando a elevação do conhecimento à compreensão do ser político, não enquanto política partidária e/ou figura política representativa institucional partidária - ainda que essas/esses sejam formas inseridas no movimento de articular e fortalecer a luta de classes, mas que contemple o sujeito que está inserido na vida concreta e material que se funda no/pelo trabalho. O qual vivencia as tensões, conflitos, desafios, exploração, dominação e apropriação pelo capitalismo da existência humana.

No Movimento I, pudemos compreender como a educação moral e conservadora, foi base teórica na gênese do Serviço Social, bem como uma das “armas não bélicas” (termo próprio), que os capitalistas neoliberais utilizaram e ainda utilizam para manter, propagar e fortalecer-se enquanto classe dominante e modelo econômico de exploração, se faz de total relevância, entendermos que não há como travar uma luta, sem saber e/ou conhecer com quem e contra o que vamos lutar, bem como quais “armas” e instrumentos utilizar, Guerra (2023, p. 52):

Por isso, é possível considerar que funda um tipo de conhecimento que nasce na atividade prática e a ela retorna, de modo que, a nosso ver é o tipo de conhecimento que detém o potencial de fundamentar o trabalho profissional de assistentes sociais, ainda que por meio de mediações teóricas, políticas e práticas.

A citação da autora, nos demonstra o pensamento de que avançar na ou da perspectiva de uma educação moral e conservadora, para a educação emancipadora, demanda fundamentalmente que sejamos hábeis em validar o processo histórico da vida social humana - consequentemente dos sujeitos trabalhadores, estes últimos, conforme Rudé (1980), cunhado em Marx, são os únicos capazes de romper com a sujeição imposta pela burguesia, de maneira que possa romper com essa, dar-se-ia ou dar-se-á pela “*consciência de classe*”, que os possibilitará a elevação da consciência pelo conhecimento - tornando-os sujeitos com consciência social e política.

Se faz necessária a consciência do real, no que se refere ao discurso passivo e encantador de que elevar o conhecimento escolarizado implica em elevação da consciência social, política e de classe. Lucena; Lucena (2024, p.31), apresentam que o capitalismo tratou de limitar a que conhecimento a classe trabalhadora teria acesso, consequentemente a que saber,

ou seja, à “*massa trabalhadora*” e seus sujeitos trabalhadores é apresentado e/ou ensinado o conhecimento fragmentado e direcionado ao que é necessário ao modo de produção capitalista. Como apresentado no Movimento I, a educação foi abarcada pelo positivismo em sua forma literal da moral e do conservadorismo, ao qual tem o fato pelo fato, onde a história já foi explicada e está dada. Ou seja, não é algo que se constrói e está por construir e não acabado. Mészáros destaca que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer aos conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, na forma “*internalizada*” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas “[...]” (Mészáros, 2024, p. 35).

Compreende-se diante da exposição do autor, que se torna um desafio alcançarmos uma educação emancipadora, uma vez que parte considerável dos educadores expressam aquele modelo, consequentemente a concepção sobre a educação, desses, tender-se-á para os valores morais, para o atendimento ao trabalho abstrato e à produtividade - onde os sujeitos trabalhadores direcionam-se para a “*alienação*”, e sua ação alimenta e retroalimenta a Ordem Capitalista Neoliberal vigente.

Bordin (2017, p.8), defende o materialismo histórico para enfatizar sobre a não fragmentação, posição esta que está no método de Marx, não fragmentar implica diretamente em integrar as diversas áreas e campos do conhecimento. Ou seja, um conhecimento que ultrapasse as metodologias didáticas e disciplinas que apenas treinam, e sim um conhecimento acessível e socializado - em especial a classe trabalhadora e sua prole. Vale destacar que por ser histórico, é dialético o “Método”, uma vez que como frisamos anteriormente, a história não acaba/ou, ela é escrita a todo momento, porque é processo da existência social, material e concreta humana.

Autores afirmam que somente pelo conhecimento na perspectiva emancipadora, poder-se-á superar a exploração e dominação dos capitalistas neoliberais em relação à classe trabalhadora, assim:

“[...]” A parcialização e a fragmentação do trabalho, a cisão entre trabalho manual e intelectual, a divisão das ciências em disciplinas particulares e a dominação e controle desta classe burguesa são faces de um mesmo movimento, separando, bem ao gosto do dualismo positivista, o conhecimento da ação, a teoria da prática (Guerra; Montañó, 2024, p. 56).

As colocações nos apresentam a necessidade do conhecimento que atue na consciência política social, ou seja, a educação emancipadora que trabalha para que o proletariado seja hábil em reconhecer sua participação no processo ao qual se dá, está ou pretendem colocá-lo - identificando-os na realidade social concreta material histórica. Nessa lógica, significa dizer que a universalidade da consciência precisa acontecer, se faz urgente uma educação que desenvolva e prepare a classe trabalhadora para lutar, ou seja para as luta de classes - preparação esta que não se refere ao embate brutal físico - à violência corpo contra corpo, mas que possibilite aos sujeitos trabalhadores, tanto as/os que transmitem, quanto as/os que recebem, se reconhecerem e agir como “*massa trabalhadora*” em prol de sua luta contra a classe dominante. Bem como situarem-se na compreensão de que as relações sociais as quais esses estabelecem também estão sob a apropriação e exploração dos capitalistas neoliberais.

Transpor a educação moral e conservadora, exige-nos ¹⁵espírito concreto social de classe trabalhadora (termo próprio), este, como nos apresenta Bittar; Jr. (2008, p.641-642), pode torna-se concreto com a educação que supere o trabalho que se materializa apenas com as mãos, ou seja que não fragmente a/o trabalhadora/or, mas que atue para elevá-lo ao processo teleológico, à práxis concreta e material - e não ao que se traduz apenas na prática, em adequadas e objetivas palavras que trabalhe com as mãos, o cérebro, na ação política, e no pensar politicamente enquanto sujeito político. Um ensino intelectual, físico, tecnológico e político.

A educação emancipadora, apresenta-se na proposta da teoria social crítica - a qual Mészáros (2024), nomeou de “*Educação Socialista Radical*”¹⁶, como uma das ferramentas e não a única, que irá compor o arsenal do qual a classe trabalhadora travará suas lutas. Nesse sentido, não separar trabalho manual do intelectual, aliado ao ser político - que não se materializa na política partidária, ainda que os sujeitos trabalhadores vejam esta última, como caminho para fortalecer a luta nos palanques do mercado - o Estado. Esse, tornou-se o lugar onde o mercado, por meio dos capitalistas neoliberais, legitima suas barbáries, permanecendo com a investida bem sucedida que os enriquecem e os tem fortalecido, consequentemente fragilizando os direitos sociais, em especial a educação que a classe trabalhadora recebe. Estando essa, sob a organização e controle do Estado em atendimento ao capital, quando dever-se-ia o Estado, garantir o acesso e socialização da educação de e com qualidade, na perspectiva

¹⁵ Refere-se à revolta que leva à luta de classes concreta, a partir da incorporação/apropriação da consciência enquanto sujeitos políticos, de que são parte da e a classe trabalhadora, e que em sua existência social humana são explorados e alienados pela dominação da Ordem do Capital.

¹⁶ Ler a partir de A educação como “transcendência positiva da autoalienação do trabalho”, no Livro “A Educação para Além do Capital” de István Mészáros, 2024.

emancipadora. Sob o discurso da empregabilidade, a educação para atender os interesses do capital, atua com conhecimento fragmentado e seletivo, com uma pedagogia didática que reduz ou em muitas situações retira de seus currículos basilares, os conteúdos que são das ciências sociais e humanas - sendo essas, as que contam o processo material e histórico da sociedade, as quais contribuem diferentemente para que a classe trabalhadora possa alcançar a consciência social política da vida material, a partir da reflexão, discussão e compreensão desse. O que nos exige compreender as implicações e relevância que a educação em seu contexto socialista emancipador possui no trabalho realizado pela/o assistente social, como apresentaremos a seguir.

3.3 O Trabalho Social em Serviço Social

Pudemos ver no que apresentamos até aqui, os arranjos e investidas exitosas dos capitalistas neoliberais para apropriação e utilização da educação como dominação e exploração da classe trabalhadora, em atendimento e manutenção de sua Ordem, consequentemente de seus interesses.

Diante de diversas conceituações e entendimentos, tanto teóricos quanto de senso comum, em relação ao que é trabalho social. Centraremos, aqui, no trabalho social em Serviço Social no Brasil, uma profissão socialmente legitimada e legalmente reconhecida pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, e pelo Código de Ética Profissional das/os Assistentes Sociais normatizado pela resolução Conselho Federal de Serviço Social - CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993.

A profissão possui em sua trajetória momentos de tensões, rupturas, embates e principalmente luta política. Sua gênese oriunda do apostolado católico, no Brasil em especial, brota sob o neotomismo como vertente teórico-metodológica, ou seja cunhada na religião e na Ação Social da Igreja, e a partir da transição do feudalismo para o capitalismo - o Serviço Social emerge em atendimento aos interesses do capital. Vimos que após longo período ancorado na teoria social positivista, à categoria foi necessário a ruptura com seu caráter assistencialista, funcionalista e de ajuste, processo este, que se inicia no Brasil, a partir do Golpe de 64.

A categoria, enquanto profissão, passou a constituir-se como parte de um trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, ao participar da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais. A/O profissional do Serviço Social vai de encontro com as bandeiras de luta da classe trabalhadora, uma vez que é uma profissão que atua diretamente

com a sociedade e a comunidade e em que está inserida na divisão social, de gênero, racial¹⁷ e técnica do trabalho, e em contato por meio das relações sociais com as comunidades, instituições e organizações que possibilitam, assim, o tecer da teia em rede visando a inserção, a promoção, o exercício de cidadania e a efetivação dos direitos norteados pelo seu Projeto Ético Político.

O fazer profissional da/o assistente social e a profissão inserem-se na recente história da sociedade brasileira, que foi polarizada pela luta de setores democráticos contra a ditadura e, posteriormente, pela consolidação das liberdades políticas, propiciando experiência rica aos sujeitos sociais trabalhadores, como um todo e englobando a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das particularidades individuais e sociais, o respeito à diversidade e etc, valores e práticas até então secundários para o Serviço Social em sua fase conservadora e reacionária. Ao adquirir novos estatutos e fortalecimento do seu elenco de reivindicações da cidadania para as categorias trabalhadoras/profissionais, esta experiência ressitua o comprometimento da profissão com o ético político e com a avaliação da qualidade dos seus serviços. Guerra e Montañó (2024, p. 36) destacam que “[...]” *o assistente social surge como sujeito ligado à implementação das Políticas Sociais. Assim a profissão de Serviço Social nasce e se desenvolve embrionariamente vinculada ao surgimento e à expansão das Políticas Sociais estatais, na fase monopolista do capitalismo.*

Iamamoto (2004, p. 77), discorre sobre o período da ditadura e pós esse, que o Serviço Social no Brasil experimentou um processo de renovação profundo, devido às intercorrências e mudanças ocorridas na sociedade brasileira, entre elas o acúmulo profissional - o Serviço Social teve elevado desenvolvimento tanto teoricamente quanto na sua prática, deixando de ser leigo e/ou alheio frente às situações de exploração, dominação e barbárie, diferenciando-se do antes visto nos trabalhadores assistentes sociais a na postura da profissão, para, no início dos anos 90, fazer a adoção de posicionar-se como profissão academicamente reconhecida e socialmente legitimada em defesa da classe trabalhadora, da população pauperizada e das minorias, essas, excluídas, exploradas, alienadas e com sua existência social humana apropriada pelos capitalistas neoliberais.

Na conceituação/definição mundial (5 continentes), sobre o que é/seria Trabalho Social, a qual foi formulada pela Federação Internacional de Trabalhadores Sociais - FITS, esta, responsável por agregar as organizações/associações/entidades nacionais as quais representam as/os trabalhadores sociais, ou seja também as/os assistentes sociais, afirma que: “[...]”

¹⁷ No Movimento III compreenderemos o porque da inclusão destas duas palavras/denominações.

assistente social ou trabalhador social promove a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacidade e empenho das pessoas na melhoria do bem-estar [...]” (CFESS, 2011, p. 738). Tal definição foi votada em assembleia na cidade de Montreal no ano de 2000, importa destacar que esta, tem sido temática de grande discussão, no que se refere a divergir de tal definição, de maneira que a posição das representações latino-americanas, incluindo a brasileira, se dão pelo fato de que o Serviço Social é único, porém ele se insere em particularidades diferentes. A recusa, pelas entidades/organizações latino-americanas representativas, se dá na perspectiva de que são países com seus processos históricos, suas peculiaridades e condições sociais objetivas, políticas, econômicas, culturais e do mundo do trabalho oriundos da materialidade contidas e vivenciadas nesses. Questões essas que exigem também definições diferenciadas por diferentes serem seus processos históricos. Desde o período citado, essa definição/conceituação vem sendo debatida, e ainda não superada e/ou modificada.

Diante da referida definição, podemos evidenciar que as contradições e espaços de disputas se materializam dentro da própria categoria profissional das/os trabalhadoras assistentes sociais e em seus órgãos representativos, Netto (2007, p.136), destaca que “[...] *o universo do Serviço Social latino-americano (e certamente não apenas ele) envolve concepções profissionais muito distintas. Trata-se de um universo plural, em que se registram formas diferentes de conceber o Serviço Social, seus fundamentos, seus objetivos, suas funções e práticas etc [...]*”. Onde o agir, pensar, ver, viver, refletir e intervir nesses territórios são também peculiares às realidades materiais e históricas da profissão. Dessa maneira a generalização das condições sociais materiais e objetivas, vão de encontro com a não totalidade, assim todas/os trabalhadoras são vistas da mesma ótica, sem que se considere sua realidade concreta, material e histórica.

No que se refere ao Serviço Social, enquanto categoria profissional inserida na dimensão social, de gênero, racial e técnica do trabalho, que assumiu em seu projeto ético político o compromisso com a classe trabalhadora e com as minorias, bem como a partir da adoção da Teoria Social Crítica como método para análise da realidade, faz se necessário apreensão do conhecimento na perspectiva emancipadora, como nos apresenta Iamamoto (2010, p. 54), “[...] *a mera inserção política, desvinculada de uma sólida fundamentação teórico-metodológica, mostra-se inócua para decifrar as determinações dos processos sociais. [...]*”. A partir das considerações da autora, reconhecemos o alinhamento do Serviço com a perspectiva da educação emancipadora, essa, também crucial na formação das/os assistentes sociais para que se consiga a apropriação de consciência da existência social humana, e como se dão as

transformações no processo histórico das expressões da Questão Social - matéria de estudo, intervenção e trabalho dos sujeitos trabalhadores em Serviço Social, materializado no Trabalho Social. Na definição do CFESS, sobre o que é Trabalho Social, e defendida para a realidade latino-americana, em especial a brasileira, encontramos:

“[...]” o(a) assistente social ou trabalhador(a) social atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas à mudança nas suas condições de vida (CFESS, 2011, p. 743).

Evidencia-se na definição defendida pelo órgão, que há uma ampliação no que se deve materializar o trabalho social realizado pelas/os assistentes sociais comprometidos com o Serviço Social crítico na perspectiva do materialismo histórico, “[...]” *são os fundamentos teóricos-metodológicos de Marx e da tradição marxista que nos permitem alcançar nossa condição de e, ao mesmo tempo, desenvolver nossa competência técnico-operativa na afirmação dos valores do nosso projeto profissional crítico* (Yolanda, 2023, p. 54), tendo como método a teoria social crítica. Compreende-se na definição proposta acima, o reconhecimento dos sujeitos trabalhadores assistentes sociais inseridos e como parte da e na divisão social, de gênero, racial e técnica do mundo do trabalho - desconsiderá-la seria uma visão messiânica da profissão, bem como a necessidade de adotar os princípios de Justiça Social e dos Direitos Humanos, esses não contemplados na definição da FITS, como basilares ao Trabalho Social tendo em vista o compromisso com a superação das expressões da Questão Social.

Diante do exposto, o Serviço Social representado pela/o assistente social no trabalho social que realiza, possui em sua trajetória histórica contradições marcantes que ainda permanecem enraizadas na visão de mundo de muitas/os trabalhadores assistentes sociais, (Teixeira; Braz, 2009, p. 194). Primeiramente seu surgimento enquanto profissão para atender aos interesses do capital via execução das Políticas Públicas Sociais em atendimento ao mínimo, porém oriundo dos princípios e dogmas da religião, a urgência de teorizar-se para afastar-se do pensamento religioso e atuar na lógica capitalista neoliberal intervindo baseado nos fatos, no ajuste e na moral, colocou a categoria no lugar de neutralidade, do conservadorismo e de reacionária. Para a superação desse “*vírus*”¹⁸ - no sentido da manutenção deste modo de pensar e agir e que ainda na temporalidade dessa pesquisa permanece em parte da categoria

¹⁸ expressão, dos autores, para explicitar e materializar como a lógica dos capitalistas neoliberais utilizando-se da teoria científica como mecanismo de exploração, dominação e apropriação da existência social humana, ainda se faz presente nos sujeitos trabalhadores em sua *práxis* profissional.

profissional. As proposições, os esforços e desafios estão elencados na adoção urgente da educação emancipadora, ainda que não tratadas por esse nome ou termo, mas que se traduz nessa. Ibidem (2009. p.187), destacam que “[...]temos diversas formas de prática: prática política, prática artística, prática produtiva, e as diversas formas de prática profissional, todas elas relacionadas em última instância à prática produtiva (ao mundo prático-material) [...]”. Frente à superação dessas, a educação emancipadora apresenta-se como o que nos permitirá o reconhecimento como classe trabalhadora, e o despertar para o conhecimento da consciência da prática, a qual concebe-se na *práxis* - a objetivação na realidade, como apresentado acima pelos autores, o trabalho por sua objetivação necessariamente material.

Integra-se ainda no sentido da apropriação da teoria social crítica, pelas/os assistentes sociais, o que Netto (2010, p. 673), nos coloca: “[...]A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa [...]”. Tal colocação seria ou é o que possibilitará aos sujeitos trabalhadores e a classe trabalhadora afastar-se das análises que fazem constatações de ou em causa/efeito. Aproximando-se assim à luta, intervenção e atuação que decifre o não dito e não aparente - a partir do reconhecimento da essência. A esta soma-se Mészáros (2024, p. 60) “[...] mas pelo próprio trabalho, é possível superar a alienação e com uma reestruturação radical das condições de existência há muito estabelecidas e, por conseguinte, de “toda a nossa maneira de ser.”. Ele nos traz que o trabalho permanece na centralidade das tensões e conflitos do/no mundo do trabalho. Reconhecer e manter posicionamento de que a luta de classes ainda se mantém no cerne e como a maior oponente do capitalismo, se faz de fundamental importância. Ainda que os capitalistas neoliberais tenham, “parcialmente”¹⁹, conseguido pelo discurso de que não há mais luta de classes, que essa teria sido superado com a legalização e “garantia” dos direitos trabalhistas e sociais. Compreende-se que as pautas e os motes devido o avanço da Ordem Capitalista e suas reconfigurações no processo histórico (esse último, que não finda), conquistou essa segmentação/fragmentação, mas não superou o que está no centro da luta - o trabalho, elas se somam e se unem nos momentos que convergem no ponto central de suas lutas: a emancipação da classe trabalhadora por uma transformação que supere a Ordem vigente.

Até aqui, pudemos ver que não dissociar educação, profissionalização, teoria, trabalho, ser político e existência concreta social humana, do mundo do trabalho e a relação dessas com

¹⁹ “parcialmente”, porque os movimentos sociais que no processo histórico concreto e material dividiu-se em suas pautas. Mas ainda é luta de classes contra o capital.

o trabalho, é parte fundante da evolução para o conhecimento teórico - a qual encontramos no que propõe a educação emancipadora que é uma, não a única, ferramenta não bélica das quais a classe trabalhadora precisa para conseguir alcançar o processo teleológico da luta de classes, e assim travar/enfrentar a luta em prol de/da sua emancipação. No decorrido até este ponto, que não é de partida e nem o fim, fomos colocado de frente com os empates que atravessam o fazer profissional das/os assistentes sociais que são sujeitos trabalhadores inseridos na divisão social, de gênero, racial e técnica do trabalho, assim, a/o assistente social atua diretamente nas/com as expressões da Questão Social e está na condição de trabalhadora/or assalariado submetido às ordens daqueles que criaram uma sociedade de exploração da força de trabalho.

A crucial adoção da educação emancipadora, pela categoria assistente social, como incremento no processo histórico de decifrar o não dito, para seguir na visão do real concreto que compreende e se percebe classe trabalhadora, essa, que como já vimos, é para Marx (2013), a única possível de concretizar a superação da Ordem do Capital vigente. Nesse sentido, há que conceber um trabalho social por esses trabalhadores, que mantenha na centralidade de sua *práxis* o trabalho, consequentemente a classe trabalhadora, buscando o aprimoramento na educação emancipadora para possibilitar uma prática ancorada na dimensão teórico metodológica sustentada na teoria social crítica de Marx, que alinhe ao projeto profissional e ético político da profissão, o qual direciona o olhar para realidade a partir do concreto pensado, conceito contido no método de Marx, ou seja no materialismo histórico. Do contrário o “*vírus*” (abordado em outras linhas dessa pesquisa), presente no interior da atuação profissional tende a vigorar por mais longos anos. Para tal, a dimensão social crítica se apresenta necessária e integral às/os trabalhadoras/es assistentes sociais, como veremos a seguir.

3.4 A dimensão social crítica e a educação: tensões e transformações para e no mundo do trabalho

“[...] é mais fácil estudar o corpo desenvolvido do que a célula que o compõe”.

Karl Marx

A dimensão social crítica apresenta-se como uma alternativa possível e alcançável à educação, no seu dever concreto de contribuir e promover a classe trabalhadora na sua luta frente a superação das barbáries da capital. Nesse sentido, não há pretensão de que essa

vá sanar totalmente os enfrentamentos vivenciados pelas trabalhadoras/es assistentes sociais, mas de contribuir para que permaneçam impulsionando-os na luta pela emancipação da classe trabalhadora.

Na tentativa de apresentar as tensões e transformações oriundas da educação e da dimensão social crítica para o e no mundo do trabalho, compreender a educação a partir da dimensão social crítica, como parte do processo na concepção da vida social dos sujeitos trabalhadores, nos exige crítica operária para que possamos avançar ao conhecimento elevado, e em níveis de reflexões e percepções do que está acortinado e esfumado na e pela lógica capitalista. A historização da educação apresentada neste, se dá na tentativa de nos possibilitar a construção de um reconhecer e identificar como essa tem sido modificada para interferir no modo como a classe trabalhadora vive, pensa e trabalha, e os impactos da relação dos capitalistas neoliberais com o Estado.

Essa parte da pesquisa, não foi dedicada a aprofundar em sujeitos trabalhadores específicos, porém vale destacar que na atualidade jovens e mulheres compõem em elevado número a classe trabalhadora - diversas pesquisas a nível mundial evidenciam número superior de mulheres com altas qualificações escolarizada em relação aos homens. Na apresentação escrita por Ivana Jinkings (2024) no livro “ A Educação Para Além do Capital” de Mészáros, ela nos demonstra o lugar de gênero na educação e no mundo do trabalho:

“[...]” completou os estudos fundamentais na escola pública. Proveniente de uma família modesta, foi criado pela, operária, e por força da necessidade tornou-se ele também - mal entrava na adolescência - trabalhador numa indústria de aviões de carga. Com apenas 12 anos, o jovem István alterou seu registro para alcançar a idade mínima de dezesseis anos e ser aceito na fábrica. Passava, assim - como “adulto” - , a receber maior remuneração que a de sua mãe, operária qualificada em Standard Radio Company (uma corporação transnacional estadunidense). A diferença considerável entre suas remunerações semanais foi a primeira experiência marcante e a mais tangível em seu aprendizado sobre a natureza dos conglomerados estrangeiros e da exploração severa das mulheres pelo capital (Mészáros, 2024 apud, Jinkings, 2024, p. 10).

Em momento oportuno, como já esclarecido anteriormente, traremos o debate de gênero, que como colocado na citação acima, atravessa o mundo do trabalho. Se faz de fundamental necessidade dedicar gama e esforço de tempo para compreender, analisar e agir para mitigar os atravessamentos que nos impedem de alcançar as transformações necessárias na educação para a superação da Ordem Capitalista, que assim como temos discorrido, apropriou-se da existência social humana.

Na constante busca de não mergulharmos no anacronismo, compreendendo, validando e respeitando a historicidade no contexto concreto e material das condições sociais objetivas

postas para as “*massas trabalhadoras*”. E na contramão do discurso conservador moralista, encontramos em Bordin (2017, p.159), ancorado no pensamento de Marx, a relevância da rebeldia, enquanto propulsora de ação/atitude contra o modo de produção capitalista e seu viés filosófico idealista. Emergindo sopros do caminhar para a “*emancipação humana*”. Este destaca que se faz preciso indignar-se a partir de uma consciência social coletiva concreta, para que se rebele ao que te explora, trazendo-os concretude de entendimento de sua revolucionária força.

A lei do desenvolvimento da história humana de Marx, nos apresenta que existem as primeiras necessidades de todas as pessoas: ter o que comer, o de beber, moradia e o que vestir, antes de qualquer outra. Ou seja, antecede as demais que essas podem fazer, como “*política, ciência, arte e religião*”. conforme nos apresenta Bordin (2017, p. 163). Aqui, fica-nos evidente a profundidade e a criticidade ao ver e interpretar a realidade social e histórica da classe trabalhadora, ou das “*massas trabalhadoras*”, como assim Marx também a nomeou.

Souza (2008, p.162), destaca a “*inexistência de um saber desinteressado*”, quando consideramos entender e compreender as dimensões social e política do e para o conhecimento. Os quais não podem se desconectar do modo de vida e de viver que se constituem na cotidianidade social, nas materialidades que demonstram concretamente em que contexto histórico social o povo, a classe trabalhadora/proletariado se encontram. A visão social de mundo, assim como “*conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico religioso*”, o conhecimento teórico não se constituem/materializam por insight e/ou inspiração divina, esses são o real e o efetivo daquilo que se experiencia na existência enquanto sujeito, ou seja o “*conhecimento do objeto*” (Netto, 2011, p.28).

Considerar um mundo pronto e acabado, onde tudo está dado, o fato por si só explica e encerra as contradições, que nessa perspectiva, talvez elas - as contradições, não existam, e que apenas são parte do que posto está. É negar o processo sócio histórico dos sujeitos e da sociedade - conteria nesta, apenas uma dimensão social. Sem a criticidade, desconsiderando que o histórico é constituinte de haver a possibilidade do “*vir-a-ser*”, revelando a existência da pré determinação, ou seja não está determinado que é, ou será, mas sim que o histórico social está sendo, está por fazer, é contínuo, modificado e “escrito” - no sentido de construir, pelos sujeitos sociais que vivenciam na e em sociedade e o/no mundo trabalho - encontramos aqui a dimensão social crítica.

Para Mészáros (2024, p.81):

“[...]” o “capitalismo avançado” pôde seguramente ordenar seus negócios de modo a limitar o período da educação institucionalizada em uns poucos anos economicamente convenientes da vida dos indivíduos e mesmo fazê-lo de maneira

discriminadora/elitista. “[...]” a tendência socioeconômica da alienação que tudo traga foi suficientemente poderosa para extinguir sem deixar rastro, até mesmo os ideais mais nobres da época do iluminismo. “[...]” a dominação ideológica da sociedade prevalece por toda a sua, ainda que em muitos contextos essa dominação não tenha de assumir preferências doutrinárias explícitas de valor “[...]”.

O capitalismo desenvolveu a arte de transformar tudo, inclusive a cotidianidade dos sujeitos, em mercadoria. A vida, que deveria ser privada, tornou-se apropriação vendável - consequentemente geradora de lucro para os capitalistas neoliberais, nos tempos desta pesquisa, ela - a vida privada e as relações que os sujeitos sociais constroem em seu processo histórico, tem sido devorada e usurpada. Importa-nos compreender que as relações sociais estabelecidas pelos sujeitos, são composições e formas do e no processo histórico, nessas, as econômicas objetivas vão ser de crucial relevância para o emergir da dimensão social crítica - que irá transformar a relação social da classe trabalhadora com o/no trabalho, com a/na educação e a produção do conhecimento, bem como, esta, se posicionará no mundo neoliberal dominado por apaixonados pela economia capitalista.

É na lógica da barbárie, que no neoliberalismo-gerencialismo estão devorando a vida privada e social da classe trabalhadora, permeando a sociedade com discurso encantador “*de sermos empresários de nós mesmo*”, Um dos caminhos utilizados nessa estratégia, é a educação, que por meio de suas políticas educacionais institucionalizadas, têm abraçado, proliferado e intensificado essa lógica facetária da alienação das/os trabalhadoras. De maneira que, Mészáros (2024, p.82) traz que: “[...]”*tudo isso é parte integrante da educação capitalista pela qual os indivíduos trabalhadores particulares são diariamente e por toda parte embebidos nos valores da sociedade de mercadorias, como algo lógico e natural*. No momento em que, na temporalidade desta pesquisa, o empreendedorismo compõe a grade curricular, sob a sedutora narrativa de que as/os futuros trabalhadoras - as/os estudantes, serão empreendedores. “[...]”*Reverbera-nos nesse momento a pergunta: a serviço de quem? Cunhada nesse discurso, a educação afaste-se do papel social, conhecimento agora é competência, qualificação passa ser habilidade, e escola ao invés de ensinar passa a - treinar.*” (Santos; Silva 2024, p.132).

Sujeitos dotados de consciência social crítica, apropriam-se da dimensão social crítica, necessária às lutas contra as barbáries do capital, e essa dimensão, também é constituída através e com a educação, que dever-se-ia possibilitar aos sujeitos trabalhadoras e sua prole a ampliação do conhecimento teórico que constitua-se também em ser político social, que este seja hábil em reconhecer o discurso da neutralidade, neste sentido:

Não é surpreendente, pois, que o desenvolvimento tenha caminhado de mãos dadas com a doutrinação da esmagadora maioria das pessoas com valores de ordem social

do capital como *ordem natural* inalterável, racionalizada e justificada pelos ideólogos mais sofisticados do sistema em nome da “objetividade científica” e da “neutralidade de valor” (Mészáros, 2024, p.80).

em acordo com este, vemos que desenvolvendo a criticidade de que as contradições são forjadas nos processos sociais, o quais estão e são materializados na sociedade, Lucena; Lucena, (2014, p.23), corroboram com a afirmação do autor. Alinhado a essa perspectiva, Saviani (2021, p.22), destaca os sujeitos reais onde sua sociabilidade é resultado da historicidade e das relações sociais - “*Toda a vida social é essencialmente prática*”. Contemplar a totalidade da vida social humana das massas trabalhadoras, perpassa por ampliar e atingir essas para a dimensão social crítica, que os levará para o desenvolvimento omnilateral, conforme Bittar; Jr (2008, p.640). De maneira a não restringi-la à educação escolarizada somente, mas ampliando para à educação emancipadora onde o ensino possibilite o físico, o intelectual, tecnológico e o político.

A proposição da teoria social crítica, que acredita na dimensão social crítica enquanto um dos caminhos de fortalecimento da classe trabalhadora, para a tentativa de superação da exploração capitalista em todas as suas formas. Também nos coloca com os pés fincados no chão, para que sejamos críticos e conscientes de que ele, o capitalismo, reinventa-se na própria crise, tornou-se hábil em apropriar-se de toda e qualquer transformação da natureza que os sujeitos trabalhadores fazem, criam e aprimoram, a partir da sua força de trabalho. Nessa lógica, eis que partamos do que é concreto, material, histórico e social, que possamos realizar a leitura do movimento e compreendermos que essa não é uma luta fácil e curta, ao contrário, está intrínseca na luta de classes, sendo mote nas batalhas travadas e reivindicações ainda por se concretizar.

Como contemplado, no dissertar acima, a educação tem seu papel valoroso para que a classe trabalhadora em suas lutas pela emancipação, atinja a consciência de sua totalidade humana abarcando a perspectiva da dimensão social crítica. Onde o conhecimento refina-se a partir de uma educação que contribui para transformar e emancipar, este, deve ser ofertado na universalidade e socializado à todas/os, configurando sua matriz curricular não nos métodos didáticos, apenas, mas sim nas diversas ciências, teorias e realidades da vida social humana a qual se materializa constituinte no mundo do trabalho, esse último, o terreno fértil nutrido pela força de trabalho da classe trabalhadora, e explorado, usurpado e manobrado pelos donos da mercadoria, os quais a sugam até o fim, para então descartar e não mais servir, nem mesmo como trabalho morto, como veremos no próximo item, às categorias profissionais de trabalhadoras/es demandam compreender que a divisão social, de gênero, racial e técnica do trabalho é estratégia para acumulação do capital.

3.5 O contexto emancipador da educação pela defesa da classe trabalhadora

Discorrer sobre a educação em sua perspectiva emancipadora, considerando os sujeitos políticos e sua sociabilidade, nos exige refletir sobre, de que maneira, essa, é construída a partir da concreta materialidade e das condições sociais objetivas, compreendemos essa para além da ótica escolarizada, materializada no senso comum, pelos métodos, fórmulas e escrita - traduzidos em saber ler, escrever, somar, diminuir, dividir, multiplicar e etc. Para muitos, por muito tempo, o necessário para conseguir trabalho remunerado ou emprego, aqui um recorte, esse modo de pensar a educação, estava direcionado para a classe trabalhadora e/ou o proletariado, que não muito mais além, precisaria para seguir as ordens dos “*donos da mercadoria*”.

Na lógica do capitalismo, o qual o neoliberalismo abarcou como modelo econômico e desse, fez quase o que poderíamos chamar de uma “religião global” - termo próprio, a que referencia-se que, independente do território ocupado, posição política, ou situação econômica, a visão social de mundo desses que não detém do acesso à educação emancipadora ampliada, contribuem no empenho/emprego de sua força de trabalho, para o fortalecimento e manutenção da Ordem do Capital, que nos leva a reconhecer a educação intrínseca na divisão social, de gênero, racial e técnica do trabalho.

Engels (2010, p.63), apesar de não debruçar suas pesquisas à educação, em seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, evidenciou já nos primórdios do capitalismo na Inglaterra, dentro da própria classe trabalhadora, a partir do nível cultural - o que exprime conhecimento, haviam níveis diferentes de consciência pelos operários, os quais ele trata como “*novo proletariado*”²⁰, oriundos da Revolução Industrial, como esse, o capitalismo, utiliza-se, já naquele período, da educação enquanto arcabouço de apropriação para a terrível classificação e posição dos trabalhadores no mundo precário do trabalho. Guerra; Montañó (2024, p.54), destacam que:

“[...] A fragmentação proprietários dos meios de e não proprietários é a base da divisão capitalista do trabalho. “[...]” os trabalhadores, ao serem separados dos seus meios de produção, tendo sua capacidade de trabalho convertida em mercadoria, submetem-se ao processo de alienação/estranhamento do seu próprio ser “[...]”.

²⁰ ver Engels, pág. 63 - em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, editora Boitempo, 2010.

A fragmentação, apresentada, nos esclarece no entendimento de que há um caminho do qual pelo conhecimento intelectual, somente o desenvolve-se em número relevante, em um mesmo meio/classe, àqueles que pertencem à classe dominante. Ou que a essa atenderá as necessidades fabris, industriais, agrícolas e/ou de minerais, e na mesma proporção/medida, o conhecimento em relação ao trabalho a ser produzido, aos seus interesses será o desenvolvimento desse conhecimento aos trabalhadores.

Lucena; Lucena (2014, p.30), abordam sobre compreendermos que ao ponto em que o capital fez a partir da ciência, a divisão entre saber e trabalho, iniciou-se o estabelecimento de suas conscientes, barreiras e limites, desde então, ao que e a que conhecimento e nível desse, a classe trabalhadora teriam acesso. No mundo materialista, utilitário, funcionalista e superficial dos donos da mercadoria, tudo é descartável - e planejado para e no momento desejado, a mente dos sujeitos trabalhadores é desconectada do restante dos membros do corpo que executam a força de trabalho. E os donos da mercadoria, transverteram o sentido da ciência, de seu sentido espiritual, para potência material através da indústria - advento do capitalismo Saviani (2003, p.134).

Saviani (2003, p.132), ao abordar a politécnica como proposta de e para a educação, nos apresenta que essa, assim como toda educação deriva do trabalho e dos problemas oriundo desse. Nessa perspectiva o que se construiu como propagação da educação, é que essa, é para a *“formação do homem”*, relevante torna-se destacar que popularmente o ditado em relação ao homem é *“o trabalho dignifica o homem”*, de que homem estamos falando? Percebe-se que com essas frases “sedutoras” a lógica neoliberal capitalista foi introjetando seu pensamento e difundido disfarçadamente sua concepção sobre o trabalho. Necessário se faz, apresentar que contrariamente aos animais que possuem a natureza, o homem precisa transformar a natureza para si, ou seja para atender suas necessidades e subsistência - trabalhar concretiza-se na ação do homem na natureza, com a finalidade de transformá-la. Nesse sentido, o trabalho é a real existência humana - é dele que se produz. O que nos leva a inferir que os donos da mercadoria se apossam da existência humana.

A partir do *“disponível encontrar caminhos para superar”*, o movimento do real está escancarado, assolando a vida social humana e agudizando as expressões da Questão Social. Na temporalidade desta pesquisa, temos um neoliberalismo que atua *“no princípio da despolitização”* (Yazbek, 2023, p.8). Despolitizar implica na não educação emancipadora, em não reconhecer e não tomar de aprofundamento quais são os meandros da sociabilidade, consequentemente não se caminha para a superação das barbáries do capital (Granemann, 2009, p.237).

Na devastadora apropriação da vida social humana, pelos donos da mercadoria - os capitalistas neoliberais, o Estado - cujo sua existência é fruto da luta de classes que reivindicou por direitos e garantias mínimas, têm atuado na educação em total atendimento aos interesses do mercado - o capital, os capitalistas neoliberais. Uma vez que não apenas regula, mas educa com uma matriz curricular enformada, em seu sentido literal. Acortinando os saberes com a redução das cargas horárias das ciências/teorias/disciplinas que possibilitam aos sujeitos trabalhadores e seus familiares o conhecimento emancipador e a consciência da dimensão social crítica - saberes esses, essenciais para a luta da classe trabalhadora rumo à superação da exploração, apropriação, dominação dos donos da mercadoria.

É no mundo do trabalho, que as tensões e transformações em e na sociedade se dão desde os primórdios da existência humana. As revoluções que transformaram as sociedades, deram-se pelas transições no modo de produção, consequentemente no trabalho, cada vez que o homem alterava sua forma de transformar a natureza, através da sua força de trabalho, e a produção foi deixando de ser somente para sua subsistência, ele começou a necessitar de outras matérias prima, estabeleceu relações sociais com sujeitos diferentes, inclusive as afetivas e sentimentais. Marx, não dedicou-se a pesquisar a família, mas em seus escritos nos trouxe que a família não unicamente constituída entre e por irmãos, somente se constituiu a partir do deslocamento para a busca por matéria prima - uma vez que existiu em um tempo histórico a necessidade manter o títulos da monarquia e as posses no mesmo seio familiar.

Na luta por moldar e enformar a classe trabalhadora, encontramos em Maquiavel que dedicou-se na proposição da formação de um “*bom cidadão*” pelo caminho da educação. Seu pensamento nos faz ir e vir, seguir e retroceder no que tange a perspectiva de se a educação traz ou não mudanças benéficas? Forma ou enforma cidadãos? Realmente é a educação a via de/da transformação? Esse, fez o uso da religião como ponto central na formação de/os bons cidadãos e ela influiu na educação que esse recebe e como a recebe. Frente aos apontamentos de Maquiavel, entende-se a necessidade da crítica, transpor a barreira temporal desses escritos, nos faz olhar para a conjuntura dos últimos anos, em especial do Brasil – o qual teve um governante que apropriou-se da moral na religião cristã, para satisfazer suas necessidades e interesses privados, da sua “*família e sua facção*”, porém desejosos e instigantes que o “*homem bom*” comprasse/adotasse para si e sua família, comportamentos e atitudes da religião pagã, concretizando-as em ações do “*bom cidadão*”, isso de maneira implícita e não consciente. Cabe nesse momento, o que Marx tão bem definiu sobre os ideólogos “[...]” *de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas*

relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si “[...]” (Marx, 2013, p. 30).

Revisitar o pensamento maquiaveliano, coloca-nos constantemente no entendimento de como na realidade brasileira (citada), a educação tem efeitos singulares em cada sujeito trabalhador, que essa não irá surtir as mesmas provocações dentro do grupo. Abre-nos também os olhos para o fato de intelectuais, estudiosos, teóricos, pensadores terem aliado-se à barbárie e ao privado em detrimento do público, como Mészáros (2024, p. 69), brilhantemente nos elucida.

A educação, traz-nos ainda, a relevância significativa da “*desordem*” e dos “*tumultos*”, exemplifica-se como as lutas de classe - para que a ordem se estabeleça nos mínimos possíveis para a transformação da sociedade. De maneira que, na luta de classes, a educação rompa com sua ação de modelar/enformar, tenhamos como reflexão os papéis de dualidade que a educação exerce nas sociedades, nos povos, na política e nos políticos, nas famílias, nas comunidades e em cada trabalhador/a. A que religião serves – cristã ou pagã (no pensamento maquiaveliano)? Avançar nessa reflexão, nos pede que a crítica a esse seja feita - Apresentando-nos a urgência de transpor a ótica dos ciclos de vida, da política, lutas de classe, das famílias, da educação e etc, para além da religião, atenda ela a qual modelo for.

Versar na teoria, na reflexão, na análise e na construção de uma educação emancipadora ou socialista radical que contemple a dimensão social crítica, perpassa por conhecer o movimento do real, exigindo-nos que sejamos hábeis em ultrapassar a lógica da religião que tornou-se o palco dos capitalistas neoliberais, para apresentar possibilidades de superação da educação que atende o lucrar dos donos da mercadoria.

Conhecer a historicização e as maneiras de superação dos efeitos da educação que ao longo foi consolidada amparada na religião cristã, avançando para uma educação que atende aos anseios e interesses do capital - na atualidade dessa pesquisa: o neoliberalismo-gerencialismo. E que essa superação, siga avançando para uma transformação que seja dissociada da religião e do lucro, ainda que se apresente a pagã. É que permanece baseando-se em concepções de “dogmas” religiosos do seu tempo histórico e no atendimento a gerar lucratividade para os capitalistas neoliberais. A nós contemporâneos - no sentido do agora/presente, persegue-nos o desafio de superação para os novos tempos. Que não está relacionado à pretensão de negar a/as religiões, porém que pressupõe assumir a compreensão dos possíveis danos que os fiéis seguidores, desta,têm causado a si, aos teus, à sociedade e à educação ao longo da história. Para guiarmo-nos, neste desafio, vimos de frente a outro desafio – olhar a realidade no concreto, o mais afastado possível da visão abstrata da subjetividade que

nos coloca barreiras para enxergar e decifrar o não dito, não feito, não posto. Mas que esteja implícito impactando no que está explícito.

A partir de 1990, pelas pressões sociais das lutas de classe, pelas massas trabalhadoras, sendo a possibilidade dessas pressões, fruto da liberdade trazida pela República, as escolas confessionais e as particulares, permaneceram e contavam/contam com recursos/subsídios governamentais (público, ou seja, do Estado).²¹ A consolidação da flexibilização pelas legislações vigentes,²² na formação em Pedagogia, de professores primários, dá-se com a emergência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, em 1996. Aponta-se ainda, as diversas modificações que os manuais foram sofrendo ao longo do tempo, destaca-se que manuais tendem a fornecer o modelo a seguir, e afastando-se da consciência do real. O que possivelmente afastam o identificar quais são suas relevâncias, e quais as influências de manuais que podem não estarem baseados na realidade brasileira.

Diversos autores refletiram/discutiram/debruçaram sobre as ideias políticas e educacionais de Rousseau. Tido como um “*contratualista*”, com relevante preocupação da vida em sociedade, discorreu seus estudos no que nomeou de “*pacto legítimo*”, onde o que tem-se como direito político materializa-se na “*comunidade verdadeira*”, assim a tensão do que seria individual e o que seria coletivo poderia, ou poder-se-a ser resolvida na “*equação entre o poder e a liberdade*”, Marques (2010), nos apresenta a liberdade positiva e liberdade negativa, a primeira refere-se “...a posse de condições que permitam alcançar um dado objetivo (obter algo, tornar-se algo)” e a segunda como “[...]simples ausência de impedimentos ao exercício da vontade, e a idéia, aqui, é que somente a presença de alguma coisa (um obstáculo, um impedimento, um ato coercitivo)”. Discussão essa, que nos permite retomar o paradoxo entre Hobbes e Rousseau, sobre o *estado de natureza*. Para Hobbes, seria um estado de “*guerra de cada homem contra cada homem*”, e para Rousseau “...constitui uma situação de relativa tranquilidade, em que os seres humanos satisfazem com pouco esforço suas necessidades e têm poucas interações com seus semelhantes[...]”. Em diversas concepções, pensadores corroboram e discordam do Contrato Social de Rousseau, inclusive a concepção de aniquilar forças e capacidades individuais e validar coletivas - nos remete a ideia de justiça/criação das leis. Divergem também, de sua forma de pensar e de como deveria materializar a educação,

²¹ São questionamentos que suscitam neste parágrafo, como: sobre qual é a lógica a ser mantida, com a manutenção das escolas confessionais? A que *Ordem*, essas, atendem e sustentam em relação à liberdade, a ser livre e à existência social humana?

²² Em meados de 1960 - período que o Brasil vivia pré regime/formulação do Golpe de 64, grifo próprio.

vale destacar que em dado tempo Rousseau direciona-se/prioriza a educação infantil, na criança, ele apontou erros na educação adulta, e formula a “*teoria da recapitulação*”.

Como proposta de convergência das contradições, MacCallum, apud Marques (2010), apresenta a equação “*S está livre de x para alcançar y*”, onde: (1) o agente, (2) o sistema de coerções e (3) o conjunto de objetivos que ele deve ter condições de alcançar. ... “*S está livre de x*” e “*S está livre para (alcançar) y*”. Encontra-se diversas indagações, teorias e concepções sobre Rousseau e sua pedagogia atrelada à política e educação, o que nos permite identificar muito do seu pensamento na educação no tempo dessa pesquisa, bem como as indagações acerca de. Evidencia-se que, são contribuições para simpatizantes ou não, necessárias ao debate da política para educação em sua formação escolarizada, que possibilite o avançar de uma educação tida como engessada nos moldes capitalista neoliberal, para que os sujeitos trabalhadores que são seres políticos, alcancem a elevação do conhecimento crítico. Para as/os socialistas, aprofundar em qual é a visão de mundo que as teorias liberais, positivistas e neoliberais carregam, se faz crucial. De maneira que, conhecer com o que e quem estão travando suas lutas é parte da educação emancipadora, dotada de dimensão social crítica, que como coloca Netto (2022, p.2), estará se referindo à *tradição marxista*.

O silêncio do Estado, via seus governantes, sugerem concordância e consentimento com o modelo atual da educação. Evidencia-se que as atitudes e ações neofascistas permanecem, sob o prisma do anticomunismo, construindo suas narrativas, defendendo suas ideologias, minimizando a luta de classe, no acirramento para apagar as conquistas da classe trabalhadora e na defesa da escola sem partido.

Entre as tensões, contradições e interesses, a classe trabalhadora permanece com sua resistência, na luta por uma educação que contemple a vida social humana, que avance do método para mundo real concreto, que não suprima sua existência. Como vimos acima, ainda são referências na educação autores liberais e positivistas, para os quais aquele que não consegue prosperar pelos seus meios próprios devem ser extirpados da sociedade, o mundo já está explicado, a história tem fim, o fato por si só explica e termina qualquer luta, Yolanda Guerra (2023, p.54).

É nessa intensa e maciça ação que os capitalistas neoliberais utilizam-se da educação para manter e avançar sua lógica, o mundo do trabalho e sua classe permanecem no centro, sofrendo as tensões, lutando e morrendo nos conflitos. Importante destacar, que em se tratando de Brasil, em diversas vezes, os conflitos não são a mão armada, eles são silenciosos no tempo dessa pesquisa (aos ouvidos mas não aos olhos), se manifestam na ausência de acesso à educação, na fome, na sede - ainda há muitas pessoas que não possuem acesso à água potável,

na miséria, no desemprego, na homofobia, na violência de gênero, no machismo, no racismo, no capacitismo, na situação de moradia na rua, na pobreza, na aporofobia, na xenofobia e em tantas outras. Desvelar os conflitos silenciosos, é mais um dos enfrentamentos cotidianos da classe trabalhadora, e para a superação dessas barbáries, Saviani (2021, p.21) a partir de Marx, apresenta como necessário o socialismo como processo de transição que lute “[...]pela concretização da socialização do saber sistematizado[...]”. Significando que todos/as possuam acesso a uma educação que os leve a atingir “*elevados níveis de aprendizagem*”. São nessas tensões e transformações de territórios de chãos esburacados que a classe trabalhadora vai travando suas lutas, recapeando os chãos conquistados, construindo novas rotas, levantando barreiras a caminho também de uma educação que os possibilite emancipação da sociedade, com conhecimento da materialidade de que não é a educação a via única para a superação, ela é parte no processo, feito a várias mãos calejadas, pés doloridos e muitas vezes descalços, e mentes que incansavelmente nutrem-se do espírito concreto material histórico de consciência de classe que precisam seguir na e para a luta.

Vimos, ser alarmante, a necessidade para que se desenvolva em cada trabalhadora/or, a consciência social da existência concreta, material e humana, que enquanto categoria profissional, assistentes sociais, possuem compromisso ético e político com uma atuação que intervenha para promoção da emancipação da classe trabalhadora, dos sujeitos pauperizados, consequentemente para a redução das expressões da Questão Social. Expressões essas que adotam novas configurações com o avançar da lógica capitalista, diante disso, a proposição da educação emancipadora não se apresenta como sugestão, mas como parte do compromisso ético político da profissão, quando ao romper com um projeto conservador e tradicionalista, assumiu lado e se comprometeu com a defesa da classe trabalhadora. Comprometimento esse, que implica em posicionamento e defesa intransigente das minorias e dos direitos humanos, que atualiza constantemente as bandeiras de luta, que reconhece o direito e respeito a terra - ainda que não seja objeto de estudo e investigação desta pesquisa, cabe destacar que a educação emancipadora ou socialista radical, contempla a “[...]” *a realização de uma ordem social metabólica que sustente concretamente a si própria* “[...]” Mészáros (2024, p.62)²³. Ordem esta, que se articula com o projeto societário emancipador, que recusa a exploração, apropriação e dominação da força de trabalho e do que por ela é produzido e gerado.

²³ Ver István Mészáros, 2024 em seu Livro “A Educação para Além do Capital”.

MOVIMENTO III

4 O QUE ENCONTROU-SE NA ANÁLISE DO MOVIMENTO REAL, E A DISCUSSÃO DO CONCRETO ENCONTRADO

4.1 Gênero - o Serviço Social majoritariamente de Mulheres

Como pudemos acompanhar ao longo desta, o Serviço Social desde sua gênese até os dias atuais se corporifica como uma categoria profissional majoritariamente composta por mulheres. O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2022;2024) publicou o resultado da sua pesquisa nacional, no documento intitulado O Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional, do qual algumas informações e resultados, utilizaremos para compor a análise e a construção desta pesquisa. No que se refere ao quantitativo de profissionais inscritos nos Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS a maioria 39,45% das/os assistentes sociais estão na Região Sudeste do país:

Figura 2 - a distribuição regional de Assistentes Sociais inscritos nos CRESS's

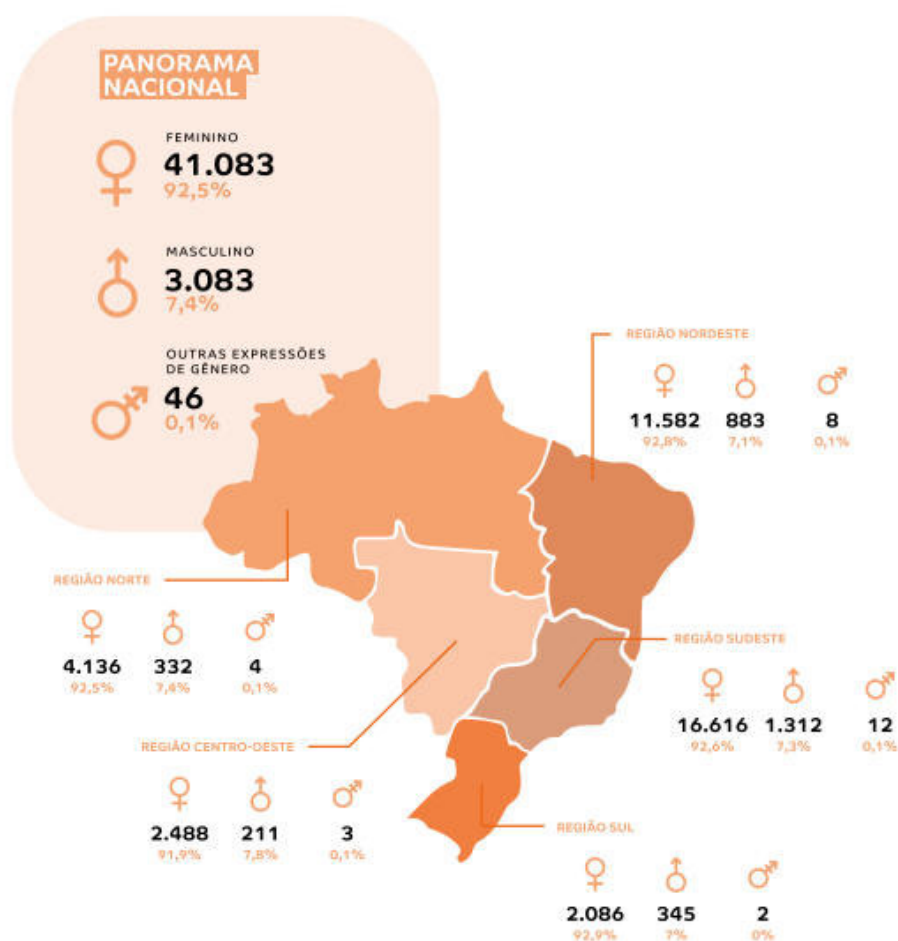


Fonte: CFESS (2022, p.28).

Importa destacar que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2025), a região sudeste segue com o maior Produto Interno Bruto - PIB do país, região onde concentra-se grande parte da riqueza apropriada pela Ordem Capitalista.

Em relação à Identidade de Gênero, dos valores apresentados na figura anterior, 92.92% se identificaram do gênero feminino, ou seja, como mulheres, o que firma a expressiva representação feminina na categoria de trabalhadoras do Serviço Social.

Figura 3 - a identificação de gênero regional de Assistentes Sociais inscritos nos CRESS's



Fonte: CFESS (2022, p.29).

Salienta-se que tradicionalmente as profissões ocupadas por trabalhadoras mulheres, são tidas como de cuidados e menos complexas, para além do contingente de reserva a baixos salários, fruto de exploração do capital (Cisne 2012, p.112 -120).

Da porcentagem contida na figura anterior, o Estado de Minas Gerais possui a segunda maior população feminina na categoria profissional de trabalhadoras assistentes sociais, da região sudeste.

Figura 4 - a identificação de gênero por região e Estado (destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) de Assistentes Sociais inscritos nos CRESS's

Tabela 1. Participantes por UF em relação aos/às inscritos/as ativos/as em 2019 e participantes do recadastramento (conclusão)

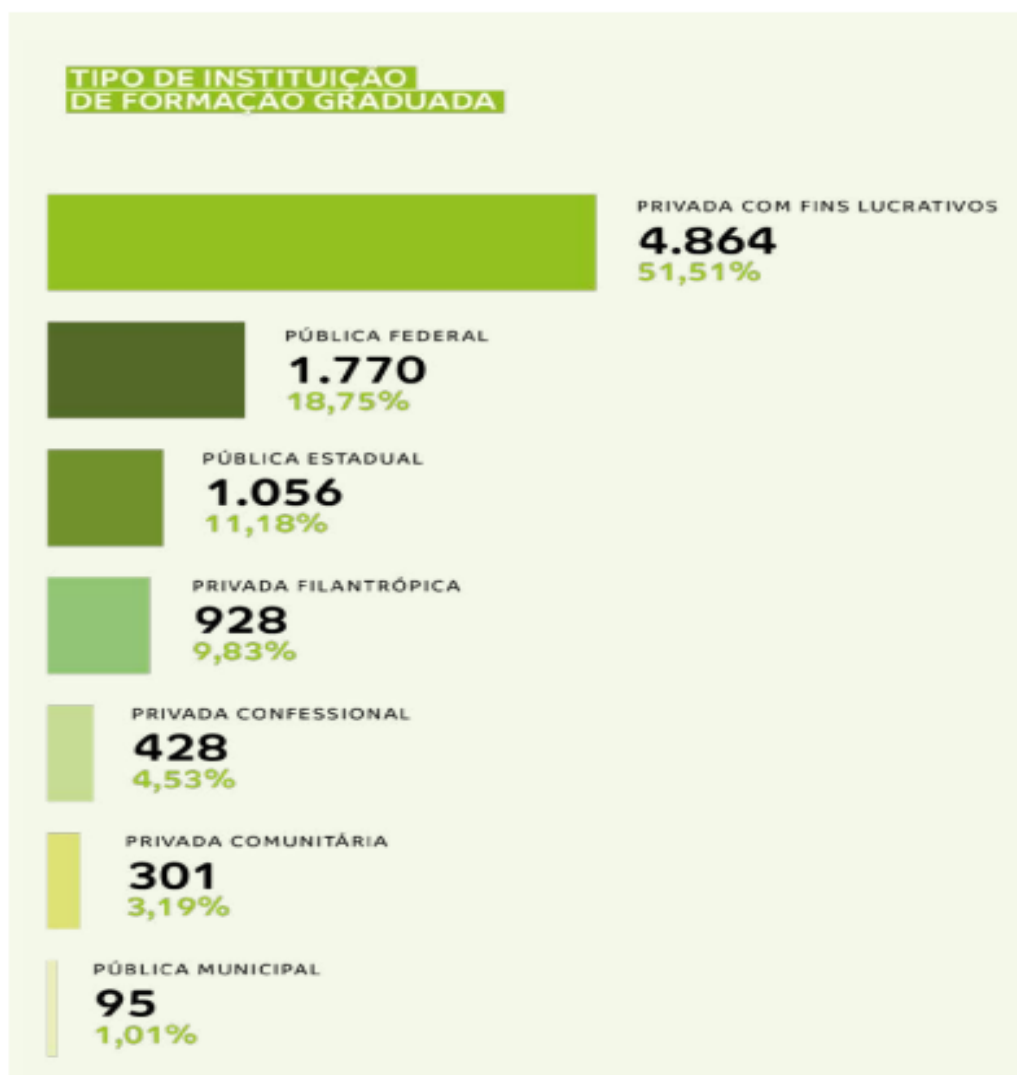
Região	UF/CRESS	Inscritas/os Ativas/os em 2019			Participantes Recadastramento		Participantes nesta Pesquisa			
		Total por Estado	% em relação ao TOTAL da Região	% em relação ao TOTAL do Brasil	Total	% em relação ao TOTAL do Estado	Total	% em relação ao Estado	% em Relação à Região	% em Relação às/ aos Recadastrados/os
Centro-Oeste	Distrito Federal CRESS 8ª Região	2.313	18,80%	1,30%	692	29,91%	156	6,74%	1,27%	22,54%
	Goiás CRESS 19ª Região	3.878	31,60%	2,20%	928	23,92%	227	5,85%	1,85%	24,46%
	Mato Grosso CRESS 20ª Região	3.237	26,40%	1,80%	434	13,40%	141	4,36%	1,15%	32,49%
	Mato Grosso do Sul CRESS 21ª Região	2.855	23,20%	1,60%	652	22,83%	189	6,62%	1,54%	28,99%
SUBTOTAL Região Centro-Oeste		12.283	100,00%	7,00%	2.706	22,03%	713	5,80%	5,80%	26,35%
Sudeste	Espírito Santo CRESS 17ª Região	4.342	6%	2%	817	18,81%	212	4,88%	0,30%	25,95%
	Minas Gerais CRESS 6ª Região	15.516	22%	9%	4.176	26,91%	975	6,28%	1,40%	23,35%
	Rio de Janeiro CRESS 7ª Região	16.850	24%	10%	3.890	23,08%	709	4,21%	1,02%	18,23%
	São Paulo CRESS 9ª Região	32.924	47%	19%	9.065	27,53%	1.768	5,37%	2,54%	19,50%
SUBTOTAL Região Sudeste		69.632	100%	39%	17.948	25,77%	3.664	5,26%	5,26%	20,41%
Sul	Paraná CRESS 11ª Região	7.703	36,80%	4,40%	1.992	25,86%	657	8,53%	3,14%	32,98%
	Rio Grande do Sul CRESS 10ª Região	8.212	39,20%	4,70%	2.449	29,82%	579	7,05%	2,77%	23,64%
	Santa Catarina CRESS 12ª Região	5.008	23,90%	2,80%	2.167	43,27%	478	9,54%	2,28%	22,06%
SUBTOTAL Região Sul		20.923	100%	12%	6.608	31,58%	1.714	8,19%	8,19%	25,94%
TOTAL GERAL		176.524		100%	44.212	25,04%	9.442	5,35%	5,35%	21,36%

Fonte: CFESS (2024, p.14-15).

Como demonstrado nos dados acima, a categoria de trabalhadoras/es assistentes sociais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, concentram grande parte da categoria, de maneira que estes Estados merecem destaque, estando no que popularmente nomeou-se de

grandes centros, pois, acredita-se que a adoção por estas/es assistentes sociais (que atuam nestes Estados), do que preconiza o Projeto Ético-Político do Serviço Social, bem como na defesa da classe trabalhadora, impacte na imagem da profissão, como um todo - tendendo a influenciar a categoria em outros Estados/regiões.

Figura 5 - o tipo de acesso ao ensino na graduação em Serviço Social



Fonte: CFESS (2024, p.36)

As informações da figura 5, nos mostram que conforme descrito em linhas anteriores nesta pesquisa, a educação em especial acadêmica/graduação foi e é cooptada pelo capital, ou seja virou mercadoria, no caso do Serviço Social, como apresentado 68,06% das/os assistentes sociais tiveram sua graduação em Serviço Social em instituições privadas e/ou que cobram algum valor em espécie para que se possa cursar a graduação, ainda que de cunho filantrópico,

comunitário ou confessional, são privadas e cobram mensalidades. O que pode incidir no conhecimento a ser socializado.

Figura 6 - a renda versus o tipo de instituição que a/o assistente social graduou

Tabela 19. Formação por Rendimento e Tipo de Instituição de Ensino (continua)

Salário Bruto	Instituição Privada com fins lucrativos		Instituição Privada Comunitária		Instituição Privada Confessional		Instituição Privada Filantrópica		Instituição Pública Estadual		Instituição Pública Federal		Instituição Pública Municipal		Total
Até R\$1.000,00	164	64,06%	5	1,95%	21	8,20%	16	6,25%	17	6,64%	32	12,50%	1	0,39%	256
De R\$1.001,00 a R\$2.000,00	1.108	60,02%	42	2,28%	94	5,09%	140	7,58%	176	9,53%	267	14,46%	19	1,03%	1.846
De R\$2.001,00 a R\$3.000,00	1.178	54,64%	62	2,88%	78	3,62%	205	9,51%	223	10,34%	372	17,25%	38	1,76%	2.156
De R\$3.001,00 a R\$4.000,00	602	47,66%	60	4,75%	38	3,01%	167	13,22%	169	13,38%	216	17,10%	11	0,87%	1.263
De R\$4.001,00 a R\$5.000,00	329	43,12%	19	2,49%	33	4,33%	97	12,71%	94	12,32%	186	24,38%	5	0,66%	763
De R\$5.001,00 a R\$7.000,00	263	34,16%	34	4,42%	37	4,81%	91	11,82%	113	14,68%	220	28,57%	12	1,56%	770

Tabela 19. Formação por Rendimento e Tipo de Instituição de Ensino (conclusão)

Salário Bruto	Instituição Privada com fins lucrativos		Instituição Privada Comunitária		Instituição Privada Confessional		Instituição Privada Filantrópica		Instituição Pública Estadual		Instituição Pública Federal		Instituição Pública Municipal		Total
De R\$7.001,00 a R\$9.000,00	113	26,71%	17	4,02%	18	4,26%	39	9,22%	88	20,80%	146	34,52%	2	0,47%	423
De R\$9.001,00 a R\$11.000,00	34	16,59%	14	6,83%	15	7,32%	23	11,22%	44	21,46%	72	35,12%	3	1,46%	205
De R\$11.001,00 a R\$13.000,00	19	23,17%	1	1,22%	5	6,10%	3	3,66%	16	19,51%	38	46,34%	0	0,00%	82
De R\$13.001,00 a R\$15.000,00	12	22,22%	3	5,56%	4	7,41%	5	9,26%	11	20,37%	19	35,19%	0	0,00%	54
Mais de R\$15.000,00	10	23,26%	2	4,65%	2	4,65%	6	13,95%	7	16,28%	15	34,88%	1	2,33%	43
Total	3.832	48,75%	259	3,29%	345	4,39%	792	10,08%	958	12,19%	1.583	20,14%	92	1,17%	7.861

Fonte: CFESS (2024, p.42-43)

Os números acima, nos evidenciam a relação capital x trabalho, apresentando que com uma educação para e pelo capital, ainda que concluindo uma graduação, não há garantia à

elevação do valor pago pela força de trabalho empenhada. Onde mais de 60% da categoria profissional de trabalhadoras/es assistentes sociais, possuem renda inferior a R\$4.000,00.

Figura 7 - A titulação no que se refere à continuidade do ensino

Tabela 20 . Realização de Pós-graduação

Tipo de Curso Realizado	No Serviço Social	%	Em outra área	%	Ambas	%	Total
Especialização	3.085	50,99%	2.385	39,42%	580	9,59%	6.050
Mestrado Acadêmico	480	63,15%	273	35,92%	7	0,92%	760
Doutorado	132	67,69%	63	32,30%	0	-	195
Mestrado Profissional	58	35,36%	105	64,02%	1	0,60%	164
Pós-Doutorado	21	38,18%	34	61,82%	0	-	55
Total	3.776	52,27%	2.860	39,59%	588	8,14%	7.224

Fonte: CFESS (2024, p.44)

Na figura 7, materializa-se o que temos discorrido quanto à fragmentação da educação, bem como a dificuldade de acesso a formação *stricto sensu*, ainda mais se pensarmos a partir de uma profissão majoritariamente composta por mulheres e com baixa remuneração, mesmo que com uma graduação superior/acadêmica, esta não implica em garantia de elevação de renda.

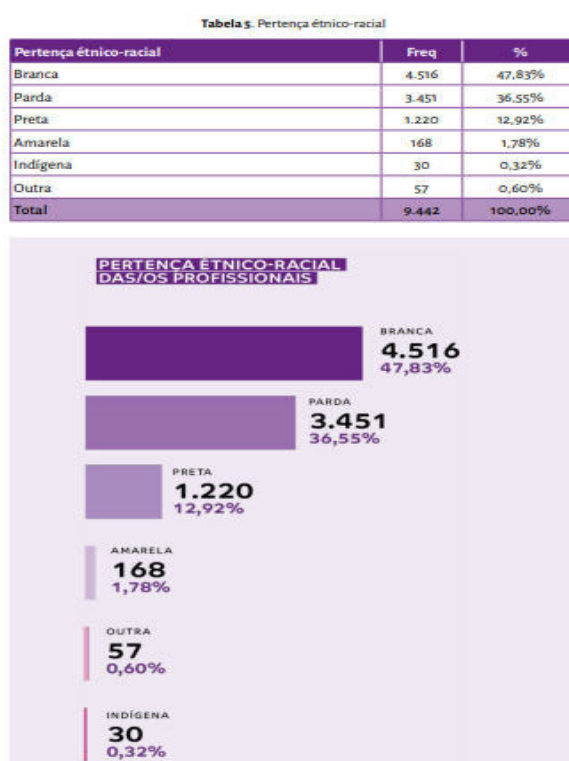
4.2 Raça: trabalhadoras negras e Serviço Social

Temos demonstrado que o Serviço Social, desde sua gênese, se configura como uma profissão composta em sua maioria por mulheres, ou seja feminina, pensada inicialmente para atender os interesses do capital para moralizar/disciplinar e conter com o mínimo, as/os trabalhadoras, com baixa remuneração pelo empenho de sua força de trabalho e os dados nos evidenciam que na temporalidade desta pesquisa com mais de 50% composta por trabalhadoras/es negras/os (pretas/os e pardas/os). Neste sentido, foi utilizado durante todo o discorrer desta pesquisa, a expressão divisão social, racial, e técnica do trabalho, justamente

pelo fato de que, em se tratando de gênero, há uma divisão, e dentro do gênero feminino há divisão entre negras/os e brancas/os. De modo que ainda que em condições de exploração, na Ordem Capitalista, e em sociedades colonizadas há a mulher e a mulher negra, e esta divisão racial pode impactar na adoção dos princípios firmados no Código de Ética da/o Assistente Social, em cumprimento ao Projeto Ético Político do Serviço Social, versus o atendimento das exigências feitas pelos donos da mercadoria que pagam o mínimo pela sua força de trabalho, pela tensão que rivaliza com a manutenção do trabalho assalariado.

O sistema capitalista patriarcal imprimiu esta divisão, conferindo às mulheres trabalhos precarizados e desvalorizados, incluindo a estas nenhum ou quase nenhum prestígio social no mundo do trabalho. O que nos demonstra que a educação do e no sistema capitalista não educa todas (mulheres com sua composição de autoidentificação e/ou reconhecimento) e todos (homens) da mesma forma com mesmo conteúdo, ainda que saibamos que não somos iguais - referimos-nos sobre equidade, de maneira quando a educação é sexista, esta teve e tem a função de introjetar no ideário da mulher que estas são essencialmente aptas e hábeis às profissões/trabalhos do cuidado e/ou de trabalhos específicos (Cisne, 2012, p.109-110). E as mulheres negras o executar as tarefas domésticas e do cuidado sempre foram na sociedade colonialista e na sociedade (ultra racista) colonialista capitalista não seria diferente, ainda que com o discurso de que a educação “*é para todos*”, como nos mostra os dados abaixo:

Figura 8 - o pertencimento/reconhecimento étnico racial das/os trabalhadoras assistentes sociais



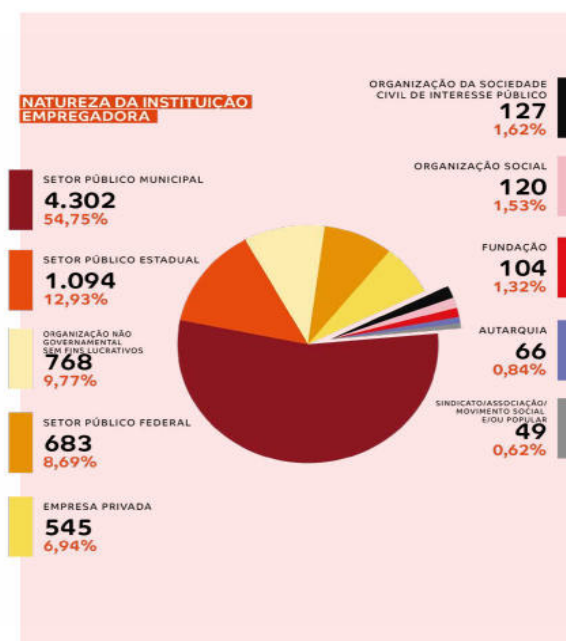
Fonte: CFES

Como evidenciado acima, 49,47% das/os assistentes se declararam etnico racialmente inseridos na pertença negra (pretas/os e paradas/os), o que nos demonstram aliado aos dados anteriormente apresentado, a precariedade e manutenção do processo de exploração do sistema capitalista que em nada pode ser associado à continuidade da “*Produção Escravista*” Guerra e Montão, 2024, p.46). Mas segue precarizando e explorando a população negra e feminina contida no mundo do trabalho.

4.3 O trabalho concreto da/o assistente social, Estado e o dono da mercadoria

Em outras linhas desta pesquisa, apresentamos sobre o Serviço Social na sua criação/legitimação/reconhecimento enquanto profissão ter atendido a urgência do Estado sob o mando do Capital no atendimento do mínimo aos reclamados pela classe trabalhadora, assim, o enfrentamento das lutas das/os trabalhadores por melhorias, as Políticas Públicas em especial as Sociais (ainda que focalizadas, fragmentadas e setorizadas), são a proposta para “acabar” com as expressões da Questão Social. O Estado torna-se a instituição que mais abarca a categoria de trabalhadoras/es assistentes sociais na dinâmica que compreende as relações tensionadas entre as classes e o Estado (Iamamoto, 2009, p. 24), como podemos materializar abaixo:

Figura 9 - as instituições que contratam a força de trabalho das/os assistentes sociais



Fonte: CFESS (2024, p. 55)

Acima, podemos verificar a dinâmica do Estado na contratação da força de trabalho das/os assistentes sociais, a figura demonstra que 76,83% destas/es trabalhadoras/es estão em

espaços sociocupacionais da esfera pública, de maneira que 54,75% trabalham na esfera municipal - a qual pelas atribuições das esferas públicas, tem a função de executar a maioria das políticas públicas sociais.

Figura 10 - O vínculo de trabalho das/os assistentes sociais



Fonte: CFESS, 2024, p.58)

Analisar estes dados nos revelam que a maioria - 50,73% das/os do corpo de trabalhadoras/es assistentes sociais possuem vínculos de trabalhos instáveis, ou seja, frágeis. O que pode sugerir precarização das relações de trabalho, bem como tende a levar à submissão das exigências dos donos da mercadoria, diante da não detenção dos meios para produção pelas/os trabalhadoras/es.

4.4 Assistentes Sociais e o compromisso com a continuidade da formação e a Classe trabalhadora

O Código de Ética da/o Assistente Social em sua introdução firma o compromisso “*radicalmente democrático*” com a classe trabalhadora. Importa destacar que nas linhas e páginas desta pesquisa, abordamos o rompimento da profissão com o conservadorismo e com a neutralidade, pelo direcionamento pautado na liberdade e na defesa intransigente da população excluída, vulnerável, das minorias, e dos Direitos Humanos. Entende-se que como firmado no referido código, a participação pela categoria, assistentes sociais, nos espaços de luta de defesa e movimentos da população citada, contempla os princípios da profissão, bem como, firma o “*aprimoramento profissional*” como direito da/o assistente social (CFESS, 2012, p.19;24;26), assim temos abaixo na:

Figura 11 - o envolvimento das/os assistentes sociais com as Instituições que legitimam a profissão

Tabela 51. Participação em Atividades Institucionais

Participação em atividades institucionais da categoria	Frequentemente		Eventualmente		Nunca		Total
Atividades do Conjunto CFESS-CRESS	499	6,12%	2.895	35,53%	4.753	58,34%	8.147
Assembleias do CRESS	280	3,44%	1.709	20,98%	6.158	75,59%	8.147
Atividades da Abepss	126	1,55%	1.072	13,16%	6.949	85,30%	8.147
Atividades das Associações de Assistentes Sociais	364	4,47%	1.551	19,04%	6.232	76,49%	8.147

Fonte: CFESS (2024, p.100)

Apesar de haver legislação, nota técnicas, resoluções que firmam princípios, deveres e direitos das/os assistentes sociais, inclusive seu direito com o “*aprimoramento profissional*”, os números acima escancaram a não participação e/ou envolvimento da categoria com a educação e o conhecimento continua, ou seja após conclusão da graduação em Serviço Social. o que pode comprometer a apreensão do movimento do real na atuação das/os assistentes sociais.

Figura 12 - a atividade na militância das/os assistentes sociais

Tabela 59. Militância em movimentos sociais (continua)

Movimentos sociais em que exerce a principal militância	Total	%
Nenhum	5.466	67,09%
Movimento em defesa das crianças e adolescentes e/ou juventude	449	5,51%
Movimento de mulheres e/ou feminista	418	5,13%
Frentes/fóruns/comitês/coletivos em defesa de políticas públicas	372	4,57%
Movimento em defesa dos Direitos Humanos	280	3,44%
Movimento sindical	215	2,64%
Movimento em defesa dos direitos da pessoa com deficiência	211	2,59%
Movimentos de natureza religiosa	201	2,47%
Movimento da luta antimanicomial	159	1,95%
Movimento da pessoa em situação de rua	94	1,15%
Movimento LGBTQIA+	73	0,90%
Movimento negro	73	0,90%
Movimentos pelo direito à cidade (moradia, transporte, reforma urbana, sem teto)	61	0,75%

Tabela 59. Militância em movimentos sociais (conclusão)

Movimentos sociais em que exerce a principal militância	Total	%
Movimento em defesa dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçaras)	38	0,47%
Movimento dos trabalhadores rurais sem terra	28	0,34%
Movimentos pela democratização da comunicação	5	0,06%
Movimento dos atingidos por barragem	4	0,05%
Total	8.147	100,00%

Fonte: CFESS (2024, p. 116;117)

Sem qualquer alongamento, os dados acima, traz a realidade concreta - assistentes sociais em sua maioria não estão envolvidos com os espaços onde estão as pessoas que defendem os direitos da classe trabalhadora.

Figura 13 - a filiação política da/os assistentes sociais

A primeira questão se refere à filiação a partidos e/ou sindicatos de trabalhadores/as. Entre 8.147 respondentes, a ampla maioria (7.165 ou 87,95%) disse não ser filiada a partidos e sindicatos. Em relação especificamente à filiação em sindicatos de trabalhadores/as, dentre o mesmo universo de 8.147 respondentes, um percentual de 22,35% (1.821 assistentes sociais) declarou ser filiado em sindicato por ramo de atividades e 9,39% (765 profissionais) declararam ser filiados/as ao sindicato da categoria profissional. Tais dados somados mostram que 31,74% de profissionais estão filiados/as ao principal instrumento político organizativo dos/as trabalhadores, uma taxa de sindicalização superior à do Brasil, que correspondia em 2019 a 11,2% conforme dados do IBGE¹. O próprio IBGE informou que o Brasil teve queda de 21,7% de sindicalizados/as desde a aprovação da “reforma trabalhista” em 2017², o que corrobora as análises sobre intensificação da precarização do trabalho já sinalizadas.

O texto da figura, é o único em todo o documento que não foi aprofundado, apresentado em tabela, e ou gráfico - divergindo de todo o documento. Mas apresenta que o maior percentual da/os assistentes sociais, não se filiam a partidos políticos e/ou sindicatos. Para uma categoria que preconiza em seus documentos de legitimação e regulamentação, como no Projeto Ético Político que se materializa via Código de Ética das/os Assistentes Sociais, caberia em outro momento e/ou pesquisa, pesquisar a discreta apresentação do CFESS, em relação à temática.

4.5 Assistentes Sociais e a herança religiosa

A profissão do Serviço Social surgiu tendo em seu berço o apostolado católico, que por décadas direcionou a moral das/os trabalhadores que compunham o corpo profissional da categoria de assistentes sociais, assim como também criou as primeiras escolas desta formação e posteriormente as faculdades de graduação em Serviço Social, ditando os rumos e os saberes em uma aliança com o Capital, como vimos nesta pesquisa, assim ainda no tempo em que esta se realiza, os dados abaixo, nos apresentam o forte cultivo da doutrina cristã em especial o catolicismo, de acordo com CFESS (2024):

Figura 14 - Assistentes Sociais e o culto religioso

Tabela 6. Vínculo religioso (continua)

Religião	Freq	%
Católica	4.699	49,76%
Católica Romano	4.573	48,43%
Católica Ortodoxo	126	1,33%
Evangélica	1898	20,10
Evangélica	1.590	16,84%
Evangélica Pentecostal	308	3,26%
Nenhuma	1.249	13,23%
Espírita	954	10,10%
Outra	357	3,78%
Umbanda	118	1,25%
Candomblé	65	0,69%
Testemunha de Jeová	41	0,43%
Budista	36	0,38%
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	15	0,16%
Tradições Indígenas	4	0,04%
Judaica	4	0,04%
Ortodoxa	2	0,02%
Total	9.442	100,00%

As informações contidas na figura acima, traduzem a resposta da categoria de trabalhadoras/es assistentes sociais com expressiva vinculação às religiões cristãs, com maioria para o culto ao catolicismo. Demonstram-nos que ainda com o empenho e legitimação da laicidade no exercício da profissão, a adoção das religiões cristãs por considerável parcela das/os trabalhadoras/es tende a comprometer a laicidade na interior da profissão.

4.6 As Diretrizes Curriculares do Serviço Social - Graduação e Educação Emancipadora

Pensar a diretriz curricular de uma profissão, perpassa por dialogar com os sujeitos sociais, em se tratando de uma categoria profissional que possui uma direção social, inerente à luta de classes e compõe a relação capital x trabalho, tal diretriz precisa expressar o que espera-se desta/e trabalhadora/or e sua imagem profissional.

No caso do Serviço Social, as Diretrizes Curriculares do Serviço Social foram estabelecidas desde de 26 de fevereiro de 1999 - **consta na íntegra como anexo nesta**, esta apresenta o que se faz basilar para formação na Graduação em Serviço Social, ainda jovem, ela traz o Perfil do Bacharel em Serviço Social; Competências e Habilidades, Princípios da Formação Profissional; a Nova Lógica Curricular; a qual contempla em: 1. Tópicos de Estudo - Sociologia; Teoria Política; Economia Política; Filosofia; Antropologia; Psicologia; Formação Sócio-Histórica do Brasil; Direito e Legislação Social; Política Social; Desenvolvimento Capitalista e Questão Social; Classes e Movimentos Sociais; Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social; Trabalho e Sociabilidade; Serviço Social e Processo de Trabalho; Administração e Planejamento em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional; 2. Estágio e o Trabalho de Conclusão de Curso; as Atividades Complementares e as Recomendações (ainda que breves). Todas estas disciplinas e etapas que devem ser apreendidas com:

A carga horária mínima do curso é de 2.700 horas, com duração média de quatro anos.

O Estágio Supervisionado terá duração mínima de 15% sobre as 2700 horas, tempo que não se computará nesta carga horária.

O tempo mínimo de duração do curso é de sete semestres, sendo o tempo máximo de integralização de até 50% sobre a duração do mesmo, em cada IES (CFESS, 1999, n.p).

Como descrito acima, percebe-se por parte das instituições e autarquias que representam a profissão, a tentativa de abarcar várias disciplinas, ciências e ou teorias que envolvem a compreensão e entendimento sobre a dominação capitalista, bem como que possa subsidiar o

conhecimento das/os graduandas/os em Serviço Social, ainda que em 9 páginas/laudas, de um alinhamento para alcançar o que preconiza e defende o Projeto Ético-Político do Serviço Social - que está materializado no Código de Ética da/o Assistente Social. Onde esses e os demais que materializamos neste Movimento, são o objeto de discussão a seguir.

5 DISCUTINDO A ESSÊNCIA DO (S) MOVIMENTO(S)

Na tentativa de superar a “aparência”, nesta pesquisa - e no debate da educação emancipadora/socialista radical no que possa contemplar a graduação em Serviço Social, no seu desenvolver apresentou-nos na realidade concreta, uma categoria em sua quase que totalidade composta por mulheres - ainda que não fosse objeto de estudo desta. O que está no concreto dessa categoria profissional assistentes sociais, nos pede discorrer sobre interseccionalidade.

Conceituar interseccionalidade, perpassa pela compreensão de que entre diversos autores, há convergência de que em 1989 por Kimberlé Crenshaw – mulher, jurista, negra e estadunidense, criou esse conceito. De maneira que este foi reconhecido, como o mais adequado e/ou fundamentado, por contemplar as temáticas relacionadas ao racismo, machismo, gênero, deficiência, dentre outras, as quais não nos exigiria outra pesquisa para aprofundar na análise.

Fortes et al. (2023, p.23) sustentado em Crenshaw (1989), apresenta a definição dessa, de e sobre interseccionalidade – “*refere-se à forma complexa como identidades de raça, classe, gênero e outros aspectos sociais se cruzam, produzindo diversas formas de discriminação ou privilégio*”. Interseccionalidade e a temática no contexto da reprodução da vida concreta e material, vem sendo discutida nos movimentos negros em com grande ênfase nos femininos, espaços esse que são coletivos os quais estão se debruçando no aprofundamento do patriarcado e do machismo, bem como na compreensão e formas de enfrentamentos deste. Para Alves (2018, p.7) “[...]” *o corpo, seus significados e práticas têm um lugar central nas pesquisas de corte interseccional.*” Há que acrescer as diversas formas de violências, mesmo que veladas em seu significado e sentido concreto, a interseccionalidade está conectada com:

“[...]” as situações de opressão, de marginalização, de fronteiras sociais são o terreno propício das investigações interseccionais. Não é à toa que a antropologia, entre as áreas das ciências sociais, é aquela mais próxima da perspectiva interseccional com seus estudos etnográficos que cruzam diferentes marcadores sociais (Alves, 2018, p. 7 apud Moutinho, 2014)

Importa firmar que, em sua gênese, a interseccionalidade não está desconectada da colonialidade - ou seja do processo de escravização dos corpos negros e da sua existência, em especial os corpos e a existência feminina, de maneira que se faz crucial enxergar os marcadores sociais, os quais exige-se analisar a intersecção dos dois conceitos, que estão intrínsecos na desumanização das pessoas excluídas dentro de uma suposta inclusão.

“[...]” se denomina de modernidade colonial ou colonialidade é um processo moderno e permanente de desumanização que não se esgota em um passado colonial distante e superado. A colonialidade permite, incentiva e necessita da produção constante de classificações sociais que reduzem os seres humanos a objetos quantificáveis e controláveis. Categorizar, criar dicotomias e hierarquizar são atividades características da colonialidade. Para Lugones (2008 e 2014), a dicotomia central da modernidade colonial é a hierarquia dicotômica entre humano e não humano. O colonizado foi convertido em não humano no projeto colonial moderno. Nessa polarização entre humano e não humano, as gentes colonizadas opõem-se ao europeu branco e são inferiorizadas, racializadas e engendradas. A hipersexualização da fêmea heterossexual negra/indígena colonizada é um ícone desse processo. Ao engendrar, racializar e sexualizar, a colonialidade produz a diferença colonial como medida absoluta de todas as formas de vida, obscurecendo outras práticas e maneiras de existência (Machado, et al, 2018, p. 7)

Superar a aparência pede-nos leitura da realidade concreta, pois está nas estratégias a serem adotadas frente a essas “invisíveis” truculências, compreender como “*modus operandi*” do capital - a “*constante tensão e conflito*” existente, onde ao realizar análise/intervenção/abordagem interseccional é “*comprometer-se em investigar as relações de opressão considerando fundamentalmente o ponto de vista daquele que se encontra marcado por essas relações.*” (ibidem, 2018, p. 8).

Relações que vão dizer de qual lugar e onde as mulheres ocupam no sistema capitalista, Cisne (2012, p.110), discute sobre a necessidade de termos a “*condição histórica*” de compreendermos como o capital se apropria do trabalho das mulheres/feminino tanto na produção como na reprodução da vida social, o que como já conhecido é a divisão sexual do trabalho - neste caso, nesta pesquisa chamamos de divisão social, racial, de gênero, e técnica do trabalho, uma vez que identificou-se uma categoria profissional ocupada em mais de 90% por mulheres e que mais de 51% são pessoas negras (pretas e pardas). Ressalta-se que não foi encontrado documentos que pudessem evidenciar a pertencimento etnico racial das/os assistentes sociais na gênese da profissão/Serviço Social, apesar de haver registros dos nomes e fotos dessas/es, não comete-ar-se o equívoco que está na história da sociedade racista, de inferir a essas/es sua pertença racial. Ainda que há na “*aparência*” a narrativa de que o racismo foi superado e/ou no Brasil não há racismo, importa compreendermos a ideologia dos pensamentos conservadores que entendem os sujeitos sociais não em seu processo histórico, mas sim nos fatos. Sobre ideologia, para Marx (2011, p.30), ela é:

“[...]”uma consciência equivocada, falsa, da realidade. Desde logo, porque os ideólogos acreditam que as ideias modelam a vida material, concreta, dos homens, quando se dá o contrário: de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si “[...]”.

Assim, a sociedade capitalista não demonstra na “aparência”, o que desejam na “essência”. E compreender essa, como afirma Mészáros (2024, p110), é “*O único órgão social*” que pode ou possui a capacidade de trazer determinação e consciência para que aconteça “*transformação qualitativa*”, em que a sobrevivência humana esteja em e no jogo “[...] *é a educação firmemente orientada ao desenvolvimento contínuo da consciência socialista [...]*”. Ou seja, uma educação socialista radical, ou emancipadora, que possibilite mulheres trabalhadoras, no caso desta pesquisa em especial assistentes sociais, transporem a visão que prioriza os fatos e sua apropriação e expropriação, no mundo, no trabalho produtivo e reprodutivo, bem como no trabalho do cuidado reprodutivo não assalariado, com a superexploração da sua força de trabalho pelo capital.

O evidenciado em relação a gênero e raça, cada um, demandam outras pesquisas, de maneira que, por não ser o objetivo desta, ele não ocupará toda a discussão da essência, porém é forte no que se indica quanto à precarização e à subalternização da profissão. Como pudemos demonstrar em relação aos valores pagos pela força de trabalho que é empenhada pelas assistentes sociais mulheres, visto que não foi encontrado dados/pesquisa pelos órgãos da profissão que realiza a estratificação salarial das assistentes sociais (mulheres) em relação aos assistentes sociais (homens).

Os documentos pesquisados, mostraram que apesar de a maioria da categoria de trabalhadoras/os assistentes estarem concentrados na região que possui o maior PIB do Brasil, ainda que com uma graduação acadêmica, possuem baixos salários e valorização. Fabiane Previtali e Antunes, utilizam para nos esclarecer, que, estão na lógica do pensar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que essas foram criadas para suprir e/ou atender as necessidades humanas, mas que são determinadas pela lógica de acumulação de capital, destacando que, “[...] *A inovação técnica é um estímulo intrínseco ao modo de produção capitalista, pois reduz o tempo de trabalho necessário, assim como o valor da mercadoria e da força de trabalho.[...]*” (Antunes; Previtali 2013 p.2). Nesse sentido, Antunes (2018, p 42), traz que tem sido cada vez mais intenso nas empresas e no serviço público, no tempo desse texto, o modelo de trabalho exigido pelos capitalistas, no discurso de o mais flexível possível, ou seja, acobertando a retirada do direitos trabalhista, colocação sob o encantar do ser “*empreendedor de si mesmo*” de jornadas de trabalho excessivas e não calculadas e/ou pré estabelecidas, ausência de espaço físico para a realização do trabalho, salários sem estimativa fixa, uma que não há salário sem regulamentação, o que há, neste caso, é a renda, ou seja sem a previsão de renda fixa, e a desmobilização da organização sindical. Estas são características

do trabalho digital e flexível que se renova constantemente, principalmente nos diversos setores de serviços, incluindo a coisa pública e o acesso às coberturas ofertadas pelo Estado, das políticas públicas sociais, bem como a realização do trabalho via plataformização, que tem assolado o cotidiano do trabalho realizado pela/o assistente social, como bem apresenta Guerra (2023, p. 55).

Corroboramos com Guerra et al (2022), quando ao tratar de como ainda tem sido reproduzida a antiga lógica do capital de capturar a educação a seu serviço, e no momento em que essa pesquisa acontece, este (o capital) tem usado do fundo público para sua finalidade de expansão e acumulação para a chamada “*economia do conhecimento*”. Não o conhecimento teórico, que no caso do Serviço Social, foi virtuoso durante os anos 80, mas sim o conhecimento de ciência e tecnologia, que visa a robotização e cada vez menos a força de trabalho humana para sua execução, e que “*não há tecnologia neutra*”, de modo que:

“[...] Conhecimento e educação, são ambos capturados pelo mercado, são metamorfoseados em “capital humano” e transformados no principal componente para o aceleração do avanço técnico e científico, a fim de fornecer novidades produtivas, garantindo o padrão voltado para a acumulação/valorização do capital [...]” (Ibidem, 2018)

Tem-se de acordo com afirmação da autora, ainda se considerarmos a questão gênero e raça existente no Serviço Social, numerosamente, uma vez que além do que se destina aos trabalhos domésticos naturalizados como “*coisa de mulher*”, a produção do conhecimento e o aprofundamento deste não são, aos ritos do Capital, trabalho de mulher. E essa falácia, garante algo importante à Ordem Dominante - força de trabalho excedente que se materializa em baixos salários, garantindo assim o baixo valor do salário mínimo. Vale esclarecer que outras profissões tidas como do cuidado e destinadas às mulheres, como a psicologia, professoras dentre outras também estão inseridas na desigual divisão social, sexual e técnica do trabalho (Cisne, 2012, p.116). Soma-se ao até aqui apresentado, a fragilidade dos vínculos de trabalho das/os assistentes sociais, visto que a maioria relatou vínculo de trabalho que não é estatutário, ou seja há o convívio com a ameaça da garantia do trabalho remunerado, onde a força de trabalho excedente, ou seja o exército industrial de reserva, é usado como ameaça.

Ainda sobre a educação e a produção do conhecimento, ficou evidenciado no Movimento III, que a maioria das/os trabalhadoras/es assistentes sociais, não ultrapassam a pós graduação lato sensu. O que nos apresenta a dificuldade de manter a elevação do conhecimento e que em se tratando de especialização - o Serviço Social possui em sua gênese e ao longo do seu desenvolvimento enquanto profissão e profissionalização, o adotar a postura de naturalizar o compartimentalizar e/ou fragmentar de disciplinas, de maneira que realizar a separação do

que é disciplina científica das profissões consideradas técnicas, é a materialização da proposta do positivismo, no que concebe a divisão do trabalho (Guerra; Montañó, 2024, p.119).

Novamente, pactuamos com Yolanda et al (2022, p.20), no que diz respeito à universidade ter se tornado terreno de disputa por imenso interesse do capital. O que era antes “[...] *espaço privilegiado de produção de conhecimento, de pesquisa e novas descobertas científicas, financiadas em grande medida pelo Estado, “[...]”*. Com a intensificação da investida da política neoliberal, aliada ao pensamento reacionário e conservador. Este último que sempre esteve presente no Serviço Social como também afirma Netto (2007, p.137).

Em grande parte da pesquisa, concordamos comas/os autores, em especial com Netto, diante do que encontramos em relação ao baixíssimo número de participação da categoria em eventos do CFESS, ABEPSS e CRESS's, bem como a mínima/baixa participação e/ou envolvimento com filiação partidária, sindicatos e movimento sociais, e com mais de 71% do total com vinculação religiosa de doutrina cristã - sendo 49,65% no seguimento do catolicismo e 21,61% evangélica. Neste sentido, de Netto (2022, p.17) traz que o fato de o Serviço Social ter consolidado e conquistado hegemonia, no Brasil do século XX, durante a década de 90, não significa que foi incorporado por toda à categoria, muito menos que não esteja ameaçado com a barganha dos direitos sociais, a crescente da extrema direita e seu conservadorismo nazifascista. Como pudemos perceber, sem muitas respostas, talvez o forjar de uma perspectiva crítica e progressista - como demonstramos com Guerra e Montañó, em outras linhas, estranhamente os pontos que envolvem a participação política e religiosa das/os assistentes sociais, foi pouco abordada e/ou aprofundada, inclusive não demonstrando em gráfico colorido, como feito em todos os demais dados investigados. Indagamos se está no interior da composição das instituições legitimadoras/fiscalizadoras/reguladoras da profissão estes? Destacamos ainda que a Lei e um Código de Ética que expressam e firmam o Projeto Ético-Político do Serviço Social - PEPSS, que sequer constam como disciplina regular basilar para aprofundamento das/os assistentes sociais na graduação acadêmica, ou seja não se é aprofundado, estudado e discutido este, na íntegra, em disciplina específica para.

Em especial, o item VII de 1996, na tabela apresentada com os princípios expressos no Código de Ética da/o assistente social, verifica-se uma discordância entre o que está expresso neste, e como a vanguarda da categoria de trabalhadores, citamos Netto (2022, p.06 e 10), pensaram e articularam ao elaborarem o Projeto Ético Político do Serviço Social, que em nada pode ser confundido com o ecletismo e sua tolerância ao que é liberal, bem como ao pluralismo político. Nesse sentido, há que se recorrer novamente à educação emancipadora que conduza ao socialismo radical, a qual possui direção a ultrapassar os muros do generalismo e

fragmentação padronizada dos currículos, aqui no que trata das/os assistentes a graduação deve propiciar que essa análise do movimento do real seja possível, o que não fica evidenciado no que foi possível analisar.

Ainda que com esforço de regulamentar, legitimar e promulgar o compromisso do Serviço Social com a Classe Trabalhadora, e se reconhece que esses são pilares que ainda sustentam a tradição marxista no PEPSS, na direção crítica. Entendemos que em sua maioria as/os assistentes sociais, coadunam de uma perspectiva crítica do ecletismo - como outra face ou a face do sincretismo, e da doutrina religiosa, muito alinhada ao conservadorismo vigente, e as teorias pós modernas, de maneira que como Guerra; Montañó (2024, p.121-124), apresentam que teorias ditas de campo crítico e progressistas, estão intensificando a narrativa de superação das sociedades anteriores, inclusive da luta de classes, o que enfraquece a luta da classe trabalhadora, e servindo ao projeto funcional neoliberal (hegemônico). Onde uma das estratégias desta, é a linguagem e/ou o linguajar dos memes, as fake news, são exemplos que tornam concreto como se dá essa, no movimento do real em que se realiza esta pesquisa, tornando assim palatal ao segmento popular, temos:

Efetivamente, a (nova) nomenclatura, o (novo) linguajar, deve **camuflar** o verdadeiro conteúdo regressivo e antipopular dessas reformas e mostrá-las como adequações, melhoramentos, modernizações, como respostas às necessidades populares (Guerra; Montañó, 2024, p.125).

Nesta lógica, os representantes eleitos pela população tem ocupado o Estado, com discursos encantadores, e fortalecendo inclusive as teorias que se dizem críticas e progressistas, porém ancoradas nos princípios positivistas, relativistas e existencialistas. Atuam para fortalecer a “*cultura do não enfrentamento*”, afinal está posto/dado/é fato, conseqüentemente não há o que superar. No que representa o Serviço Social, este com sua gênese no positivismo com participação da igreja católica, como os dados apresentado mostraram caminham lado a lado com a intervenção “*direcionada para a ação, a prática, a intervenção imediata*”, se tomarmos no concreto que não estão em ações sociopolíticas e nem que promovam uma consciência socilista. Ainda que sob as tensões da relação capital x trabalho, o que pudemos evidenciar nesta pesquisa é o afastamento da categoria de trabalhadoras/es assistentes sociais de seu Projeto Ético-Político. Pois, Mészáros destaca que:

A orientação educacional dos indivíduos - suas aspirações materiais e valores sociais - segue o mesmo caminho, diretamente dominada pelos problemas da imediaticidade capitalista. Sua consciência temporal, no que concerne ao “futuro”, se restringe ao *tempo presente* constantemente renovado de sua luta com o poder fetichisticamente limitador da imediaticidade da sua vida cotidiana: uma luta que não pode em absoluto vencer sob a vigência do tempo de trabalho necessário do capital. O *caráter local* e a

mediaticidade devem, portanto, prevalecer em toda parte. O conceito de *mudança estrutural geral* material e socialmente plausível, sem mencionar *seu caráter desejável e legítimo*, deve permanecer, nos termos do sistema educacional dominante como absoluto *tabu* (Mészáros, 2024, p. 112).

Entendemos que o imediato aliado ao local devem permanecer inseparáveis, sob a ótica capitalista, pois é justamente na imediaticidade que não se conquista a visão de mundo socialista crítica na perspectiva marxiana. De modo que uma educação socialista/emancipadora não realiza a separação do que seriam as tarefas imediatas dos desafios que são mais abrangentes e a longo prazo. Em uma esfera mais profunda temos que recordar a estratégia do amedrontar e aterrorizar, Ibidem (2022)²⁴, traz que se mesmo:

”[...] quando toda essa perseguição vazia fracassa, como tem de fracassar, uma vez que evita, como a um praga, as causas sociais dos sintomas negativos denunciados, as personificações políticas do alto escalão do capital, inclusive o mais alto deles, começam a falar de como identificar a futura delinquência já “no útero da mãe”, indicando as medidas legislativas estatais autoritárias “necessárias” para lidar com a futura criminalidade potencial no estágio mais inicial possível. Essa linha de abordagem não é mais racional ou menos autoritária do que a defesa do Estado capitalista de adotar implacavelmente a luta ideológica” com intuito de vencer a já mencionada “guerra contra o terror”.

Adquirir essa visão da “*essência*” requer ir além da “*aparência*”, para realizar a leitura macro da realidade concreta e material, que visa adoção de estratégias para superação da ordem vigente, demonstra que é no “*planejamento*” que uma sólida base societária que seja contínua e abrangente se materializa, por meios conscientes e que seja por desígnio e alcançado porque foi “*levado à fruição de maneira autônoma, pelos próprios indivíduos sociais*”. Condição essa que somente pela via da educação emancipadora e/ou socialista radical pode-se alcançar, o qual não ficou evidenciado nos aspectos concretos do que analisou-se nesta pesquisa, referente à adoção de uma educação emancipadora na graduação em Serviço Social, Bem como não foi encontrado na literatura específica do Serviço Social, textos e/ou livros que tratem/abordem a temática educação emancipadora ou educação socialista radical em sua raiz, princípios e visão de mundo, e nem como modelo de educação - inclusive para a categoria (assistentes sociais). O que foi encontrado/lido são textos e livros que abordam a consciência política, o aprimoramento teórico e do conhecimento, que em suma não se traduzem em bibliografias ou documentos que discutem, apresentem ou trabalhem a educação emancipadora ou educação socialista radical em sua essência. O que torna urgente a tarefa histórica de superar a “*aparência*” no que contempla

²⁴ A pesquisadora desta, pede desculpas por mais uma citação longa e seguida de outra, mas a complexidade e ao mesmo tempo a materialidade desta, não me permite alterar uma só letra ou palavra.

uma profissão que possui direção social para a emancipação da classe trabalhadora, e que o produto produzido pela sua força de trabalho deve se materializar na ação prática que contribua para a transformação via superação do modo de produção do sistema capitalista.

6 CONCLUINDO A ANÁLISE DOS MOVIMENTOS (QUE NÃO FINDAM, MAS HÁ QUE FINDAR NESTA)

*“Ainda que no momento, atual, o Estado seja
uma ficção. Nós somos realidade concreta”
(Silva, G.).*

Por terrenos férteis, porém minados, esta pesquisa, apresentou-se com a proposição de instigar leitores minimamente indignados a se reconhecerem como sujeitos trabalhadores inseridos na barbárie que é Ordem do Capitalista. E que esse movimento de instigar-se ou indignar-se, seja pela simpatia com a epistemologia utilizada como proposta de superação da ordem vigente, ou pela antipatia a essa, mas que enquanto quem acredita no movimento do real, se faz preciso esse movimento, não é possível avançar da “aparência” para a “essência”, sem que se transite na luta obscura, acortinada e sedutora (na temporalidade dessa pesquisa), que os capitalistas neoliberais têm travado, quase que sem sussurrar, com a classe trabalhadora (Guerra, 2023, p.53).

Em especial, às/aos assistentes sociais, alimentamos o desejo que estes instiguem, provoquem-se, se questionem, interrompam a leitura, revirem-se onde ou aonde estiverem lendo-a, façam a contradição, mas sigam sujeitas/os trabalhadoras/es que mesmo na desesperança resiste - retomem a leitura, façam a crítica operária e teórica em relação a qual trabalho social atende seu fazer profissional? Qual sua visão de mundo sobre a classe trabalhadora e a luta de classes? Realiza *práxis*, ou a *práxis* que é prática? Perante às indagações e ao exposto, viu-se que o Serviço Social mudou e muda rumo à participação social para emancipação do proletariado e superação da Ordem Capitalista vigente, se faz urgente, que quem assume o responsabilidade de efetivar o compromisso ético político e profissional do Serviço Social, que alcance e assuma consciência social crítica da existência concreta social e humana e das condições sociais objetivas postas.

Não se finda a história aqui, há que se propor a pausa na nesta pesquisa, para que ocorra tempo para reflexão que possa instigar/provocar ação emancipadora dos sujeitos leitores, e dos sujeitos trabalhadores, bem como a maturação do conhecimento, eis que se faz preciso tempo (Mészáros, 2024, p.110).

O que se propõe com esta pesquisa, é que a direção para o olhar crítico e de não neutralidade, sob a ótica de que e qual lugar enquanto sujeitos trabalhadores ocupa-se na e em sociedade.

Nesta, assim como em tantas outras para tantos de nós, suscitaram provocações, e como apresentado na introdução desta, haviam perguntas sem respostas, como: Diante da robusta produção teórica marxiana no Serviço Social, o que explica ainda na temporalidade desta

pesquisa, o alto número de assistentes sociais conservadores? Essa foi uma pergunta que entende-se que foi em partes respondida, pois conseguiu-se demonstrar nos dados, que as/os assistentes sociais sofrem as influências educacionais da dominação do capital e isso é reproduzido na sua atuação. Porém, há outros questionamentos, a partir desta pesquisa, que acredita-se que somente poderão ser respondidos em outra pesquisa.

Com uma categoria de trabalhadoras/es que possui um Código de Ética que preconiza a defesa intransigente da classe trabalhadora rumo à emancipação, atua nas perspectivas da bem-estar e para moralizar? Ainda que foi possível materializar o que fundamentou em sua gênese o Serviço Social, compreender na essência o que leva as pessoas trabalhadoras à graduação acadêmica em Serviço Social, perpassa por entrevistar essas/es sujeitos e assim analisar a partir do real, suas motivações. Como Marx (2012, n.p) coloca:

É evidente que para poder lutar em geral, a classe trabalhadora tem de se organizar inteiramente como classe, e a esfera nacional é o terreno imediato de sua luta. Nesse sentido, uma luta de classe é a nacional, não segundo o conteúdo, mas, como diz o *Manifesto Comunista*, “segundo a forma”.

Reverencia-se Marx, pois a luta acontece na esfera do seu território, mas ela é mundial, já nos marca seu Método, é pelo mais complexo que se entende o mais simples. Assim, a partir do que foi possível trazer ao movimento real, sugere-se continuidade desta pesquisa, talvez no doutorado, o aprofundamento das motivações e visão de mundo das/os sujeitos trabalhadoras/es com sua atuação como assistentes sociais? Em qual teoria (se crítica) se sustentam para sua atuação? Que ordem social desejam ou defendem?

Conscientes de que esta pesquisa não trouxe todas as respostas, e nem tão pouco essa era a pretensão, mas sim que pudesse contribuir significativamente para a urgência da adoção da educação emancipadora e/ou educação socialista radical na graduação em Serviço Social, entende-se que não há mais tempo, é para agora - em qual for a temporalidade que fizer a leitura desta, o modo se revoltar e lutar, pois os donos da mercadoria não cessam quando o assunto é acumular, explorar, dominar e expropriar da vida concreta e material. Ainda que a passos lentos, mais ágeis, há que se caminhar. Lentos porque o capital se apropriou do nosso tempo - como já vimos nesta, e isso é uma estratégia para cessar também nossa luta.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. **Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4BsYkfms3cs63MHs6pWsYBC/#> - Acesso em 15/06/2014 às 18:26h

AMES, José Luiz. **Maquiavel e a educação: a formação do bom cidadão.** Trans/Form/Ação. São Paulo. v.31, n.2. p.137-152. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732008000200008>

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020. 333p. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=b9b9DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=ANTUNES,+Ricardo+\(org.\).+2020.+Uberiza%C3%A7%C3%A3o,+trabalho+digital+e+ind%C3%BAstria+4.0.+1.+ed.+S%C3%A3o+Paulo:+Boitempo.+333+pp+pdf+gratis&ots=z7UXo9CEzY&sig=L5Vhttps://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=b9b9DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=ANTUNES,+Ricardo+\(org.\).+2020.+Uberiza%C3%A7%C3%A3o,+trabalho+digital+e+ind%C3%BAstria+4.0.+1.+ed.+S%C3%A3o+Paulo:+Boitempo.+333+pp+pdf+gratis&ots=z7UXo9CEzY&sig=L5VQle9_ARdIVvQl8WfXc4S6Dv8#v=onepage&q&f=falseQle9_ARdIVvQl8WfXc4S6Dv8#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=b9b9DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=ANTUNES,+Ricardo+(org.).+2020.+Uberiza%C3%A7%C3%A3o,+trabalho+digital+e+ind%C3%BAstria+4.0.+1.+ed.+S%C3%A3o+Paulo:+Boitempo.+333+pp+pdf+gratis&ots=z7UXo9CEzY&sig=L5Vhttps://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=b9b9DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=ANTUNES,+Ricardo+(org.).+2020.+Uberiza%C3%A7%C3%A3o,+trabalho+digital+e+ind%C3%BAstria+4.0.+1.+ed.+S%C3%A3o+Paulo:+Boitempo.+333+pp+pdf+gratis&ots=z7UXo9CEzY&sig=L5VQle9_ARdIVvQl8WfXc4S6Dv8#v=onepage&q&f=falseQle9_ARdIVvQl8WfXc4S6Dv8#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 07 out. 2024.

ANTUNES, R..**O Privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018. 325p. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1aoJt9bdtyR9bs0I3H5io65deqVMG1XVG/edit>> Acesso em: 06 out. 2024. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.2192>

ANTUNES, R.; PREVITALI, F. S. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** Coimbra: CES/Almedina, 2013. Configurações, V.12, 2013, p.241-245. Outubro.2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/configuracoes.2192>>. Acesso em: 03. Out. 2024.

BARSOTTI, Paulo. **Apresentação do dossiê Marx e Engels: crise econômica e revolução social (1844-1857).** In Lutas Sociais, São Paulo, n.23, p.114-128, 2o sem. 2009.

BATISTA, A. A. Reforma do Estado: uma prática histórica de controle social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, p.63-90,1999.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social fundamentos e história.**

BITTAR, M.; JR, F. A. **A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci.** Revista Interface Comunicação Saúde Educação. v.12, n.26, p.635-46, 2008. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832008000300014>

BORDIN, R. A. **O caráter histórico-social do conhecimento no pensamento de Marx.** In. Trans/Form/Ação, Marília - SP, v. 40, n. 2, p. 157-174, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0101-31732017000300009>

BRAZ, J. **Luta de Classes e Luta Política.** Documento eletrônico, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/04/luta-class-luta-polit.htm#topp> - Acesso em 27/06/2024 às 09:18h.

CAETANO, M. R. **Neoliberalismo, Gerencialismo e Educação: O projeto do empresariado para a América Latina**. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57593> - Acesso em 27/06/2024 às 08:41h.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **A definição de trabalho social da FITS: Por que revisar? The IFSW social work definition: Why should it be reviewed?** In Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 108, p. 733-747, out./dez. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/s5kxBOVMM4MGLy77HsXwwcz/?format=pdf&lang=pt> - Acesso em 07/11/2024 às 19:03h. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000400009>

CFESS. Conselho Federal de Serviço; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Joaquina. B.T.; BRAZ. E. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009. p. 185.

CFESS. Conselho Federal de Serviço; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Marilda. V. I. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009. p. 17.

CFESS. Conselho Federal de Serviço; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Maria. C.Y. **Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social**. In *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009. p. 143.

CFESS. Conselho Federal de Serviço; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Maria. C.Y. **O Significado Sócio-histórico da Profissão**. In *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009. p. 125.

CFESS. Conselho Federal de Serviço. **O Código de Ética da/o Assistente Social de 1993**. Disponível em https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf - Acesso 30/04/2025 às 14:30h.

CFESS. Conselho Federal de Serviço. **O Código de Ética do Assistente Social de 1986**. Disponível em https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf Acesso em 30/04/2025 às 09:18h.

CFESS.CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Trabalho e Participação Sociopolítica: Dados Complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**. Brasília - DF, 2024. Disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCFESS-DadosComplementares-PerfilASnoBrasil2024.pdf> - Acesso em 05/03/2024 às 16h.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional**. Brasília - DF, 2022. Disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> - Acesso em 03/03/2024 às 13:23h.

CISNE, M. C. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CRESS. Conselho Regional de Serviço; Yolanda, G. **A Dimensão Teórico-metodológica no Trabalho de Assistentes Sociais**. In *Serviço Social: A Dimensão Técnico- Operativa no Trabalho de Assistentes Sociais*. Belo Horizonte/MG. 2023. p. 43.

ENGELS, F.; MARX, K. **O Manifesto Comunista**. 4ª.ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005

FECOMERCIO.SP. **Crise habitacional: fenômeno mundial exige planejamento urbano e investimentos**, out/2024 - online. Disponível em <https://fecomercio.com.br/noticia/crise-habitacional-fenomeno-mundial-exige-planejamento-urbano-e-investimentos> - Acesso em 30/04/2025 às 19:30h.

FORTES, G.; REIS, H.; VALÉRIA, C.; VASCONCELOS, A. N. V.; SIMANKE, S.; SOARES, L. S. S. - In **POLICY BRIEF, Interseccionalidade na Educação: Revelando Desigualdades Invisíveis**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Gabriel-Fortes/publication/378230608_Interseccionalidade_na_Educacao_Revelando_Desigualdes_Invisiveis_Policy_Brief/links/65ce2c2d01325d4652094976/Interseccionalidade-na-Educacao-Revelando-Desigualdes-Invisiveis-Policy-Brief.pdf?origin=publication_detail&tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uRG93bmxxvYWQjLCJwcmV2aW91c1BhZ2UiOiJwdWJsaWNhdGlvb2J9fQ – Acesso em 24/05/2024 à 11h.

FRANÇA, R. L; LUCENA, C.; LUCENA, M. L. S.; SANTOS, A. C.O. **Nazismo e Positivismo: Os Fundamentos Epistemológicos da Escola Sem Partido**. In *Cadernos da Fucamp*, v.19, n.42, p.108-121/2020

FRANCO, Augusto. Escola de Redes Novas Visões: sobre a sociedade, o desenvolvimento a internet, a política e o mundo globalizado. In: **Domínio Público para Escolas de Redes**, 2008.

GUERRA, Y. **A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais**. In: *A Dimensão Técnico-Operativa no Trabalho de Assistentes Sociais*. CRESS/MG. Belo Horizonte, 2023.

GUERRA, Y. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERRA, Y.; MONTAÑO, C. **Serviço Social Crítico: Teoria e Prática: Uma Análise dos Fundamentos do Serviço Social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica**. 1ª ed. Campinas/SP. Editora Papel Social, 2024.

HELLER, A. **A Estrutura da Vida Cotidiana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, O. **Dossiê Neoliberalismo e Fascismo**. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie10Dossie1.pdf - Acesso em 01/04/2024 às 10:08h.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45142-pib-cresce-em-todos-os-27-estados-do-pais-em-2023#:~:text=As%20cinco%20grandes%20regi%C3%B5es%20tiveram%20crescimento%20>

[do,2023%2C%20com%20destaque%20para%20o%20Centro%2DOeste%20\(7%2C6%25\).](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.pdf)

Acesso em 25/11/2025 às 20:56h

LEÃO XII, P. Carta Encíclica «Rerum Novarum» do Sumo Pontífice Papa Leão XIII a Todos os nossos Veneráveis Irmãos, Os Patriarcas, Primazes, Arcebispos e Bispos do Orbe Católico, em Graça e Comunhão Com a Sé Apostólica sobre A Condição dos Operários. Disponível em https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.pdf - Acesso em 01/06/2025 às 11:01h

LEITE, B; LEITE, L. H. A. **Colonialidade da educação escolar: aproximação teórica e análise de práticas.** Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/5639/563976140018/html/> - Acesso em 02/06/2024 às 21:13h.

LUCENA, C.A; SILVA, G. E. L. **Educação Emancipadora e Classe Trabalhadora: contribuições para o trabalho social em Serviço Social.** In. Reflexões sobre a educação. Uberlândia/MG, Editora Navegando, 2025 Disponível em https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/reflex_es_sobre_a_educa_o/18?ff&showOtherPublicationsAsSuggestions=true&hideShareButton=true&background-color=fullscreen=%23900000 - em 31/05/2025 às 08:16h.

LUCENA, C. A; LUCENA. M. S.; **Karl Marx, o Trabalho e a Formação dos Trabalhadores no Modo de Produção Capitalista.** Revista EXITUS, vol. 4, Nº. 2, 2014. Universidade Federal do Oeste do Pará Santarém, Brasil.

LUCENA, C. **NOVO NAZIFASCISMO. Relatório final de pesquisa pós-doutoral.** Unicamp, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2023. Disponível em <https://portaltrabalho.wordpress.com/wp-content/uploads/2024/03/relatorio-final-2.pdf> - Acesso em 01/04/2024 às 10:15h

LUCENA, C. A. **O pensamento educacional de Émile Durkheim.** In. Revista HISTEDRB On-line, Campinas, n.40, p. 295-305, dez. 2010 - ISSN:1676-2584. <https://doi.org/10.20396/rho.v10i40.8639820>

MACHADO, A. M. B; MONTENEGRO, L.B; PEDROSA, F. F. S.; SÍLVIA, L. S. G; CORDEIRO, R. Q. **A História do Curso de Serviço Social da UFPB e suas Conexões com a Primeira Escola de Serviço Social da Paraíba.** In Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social, dez. 2024. Disponível em <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02143.pdf> - Acesso em 16/04/2025 às 20:05h

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha / Karl Marx; seleção, tradução e notas Rubens Enderle** - São Paulo. Boitempo, 2012.

MARX, K. **O capital.** 10ª ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2013. Livro 1. v.I, II.

MARQUES, José Oscar de Almeida. Forçar-nos a ser livres? O paradoxo da liberdade no Contrato Social de Jean Jacques Rousseau. Cadernos de Ética e Filosofia Política. São Paulo: FFLCH-USP. n.16, p.99-114. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/82596/85559> . (Acesso em 15 fev. 2023).

MÉSZÁROS, I. **A Educação para Além do Capital**. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo, Editora Boitempo, 2024.

MONTAÑO, C. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. In Serviço Sociedade e Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200004>

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002, p.186-200.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Disponível em <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf> - Acesso em 27/10/2025 às 20:41h.

NETTO, J. P. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra / Friedrich Engels**; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. - [Edição revista]. - São Paulo : Boitempo, 2010.

NETTO, J. P. **Crise do capital e consequências societárias**. In Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002>

NETTO, J. P. **Desigualdade, pobreza e Serviço Social**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Nº 19.

NETTO, J. P. BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 1ª ed. São Paulo, Cortez: 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. - 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PIMENTA, C. C. A reforma gerencial do Estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 32 (5), set./out. 1998, p.173-199.

RUDÉ, G. **Ideologia e Protesto Popular**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SANTOS, C. M; SILVA, G. E. L. **Interseccionalidades na educação inclusiva: o (des) enxergar da Base Nacional Comum Curricular-BNCC**. In: LIMA, Gersa Emília da Silva; OLIVEIRA, Bruno César (Org.). Educação e políticas curriculares em foco: a BNCC. Uberlândia: Regência e Arte, 2024. <Disponível em: <https://www.regenciaearte.com.br/lançamentos/educação-e-políticas-curriculares-em-foco-a-bncc>>. Acesso em: 06 out. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie**. Campinas: Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politencia**. In Debate Debate. Trabalho, Educação e Saúde, 1(1):131-152, 2003. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>

SILVA, Katiene Nogueira da; GATTI, Giseli Cristina do Vale. **As ideias de Durkheim nos manuais de História da Educação: cientificidade e moralidade laica na vida social e na**

escola. História da Educação, v.23, p.1-38, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/93211>

UnB, CEAD / NED, ABEPSS, CFESS. BRAVO, Maria Inês Souza - **Capacitação em Serviço Social e Política Social – As Políticas brasileiras de seguridade social – saúde/** apostila. 2000.

WEISS, Raquel. **A concepção de educação de Durkheim como chave para a passagem entre Positivo e Normativo.** In: MASSELLA, Alexandre Braga e outros (Org.). Durkheim: 150 Anos. Belo Horizonte: Argvmentvm. 2009. p.169-189.

ANEXO A - DIRETRIZES CURRICULARES DO SERVIÇO SOCIAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
Secretaria de Educação Superior
Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior
Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social

DIRETRIZES CURRICULARES

CURSO: SERVIÇO SOCIAL

PERFIL DO BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;

Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;

Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Estes elementos estão em consonância com as determinações da Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social e estabelece as seguintes competências e habilidades técnico-operativas:

- Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para a viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
- Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.

PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

NOVA LÓGICA CURRICULAR

Sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório;
- Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada;
- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei.

É uma lógica inovadora que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Não admite tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional.

Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação

profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

1. TÓPICOS DE ESTUDO

Os conteúdos necessários à formação de bacharéis em Serviço Social estão assim configurados:

Sociologia - Matrizes clássicas do pensamento sociológico (Marx, Weber, Durkheim) tematizando processos sociais fundamentais: industrialização, modernização, urbanização e seus constitutivos - classes sociais, movimentos sociais e instituições.

Teoria Política - Os clássicos da Política (Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau). Análise do Estado moderno e sua relação com a sociedade civil. Regimes políticos. Representação, democracia e cidadania.

Economia Política - Sistema capitalista segundo as análises liberal, marxista, keynesiana e neoliberal. As transformações contemporâneas no padrão de acumulação e suas implicações nos mecanismos de regulação social.

Filosofia - Principais correntes filosóficas no século XX (marxismo, neotomismo, neopositivismo, fenomenologia) e suas influências no Serviço Social.

Antropologia - A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

Psicologia - As principais matrizes teóricas de análise das relações entre indivíduo e sociedade. Teorias da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.

Formação Sócio-Histórica do Brasil - A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise na República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimento e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós 64 e seu ocaso em fins de década de setenta. Transição democrática e neoliberalismo.

Direito e Legislação Social - As instituições de Direito no Brasil. Direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado e dos poderes. A Constituição Federal. A legislação social: CLT, LOAS, ECA, SUS, etc. Relações jurídicas no marco da integração supranacional (MERCOSUL e ALCA). A legislação profissional.

Política Social - O público e o privado: as políticas sociais e a constituição da esfera pública. Formulação e gestão de políticas sociais e a constituição/destinação do fundo público. Análise comparada de políticas sociais. Transformações no mundo do trabalho e novas formas de regulação social - Políticas sociais públicas e empresariais. Desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Políticas setoriais e legislação social.

Desenvolvimento Capitalista e Questão Social - A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho. A constituição das classes sociais, do Estado e as particularidades regionais. Desenvolvimento desigual e combinado na agricultura, indústria e serviço. A reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos rural e urbano. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais.

Classes e Movimentos Sociais - As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideológicas e sócio-culturais. Direitos sociais e humanos do Brasil. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Importância e significado do terceiro setor.

Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social - O processo de profissionalização do Serviço Social nas sociedades nacionais enquanto especialização do trabalho. As fontes teóricas que fundamentam historicamente o Serviço Social e análise de sua incorporação nos modos de pensar e atuar da profissão em suas expressões particulares na Europa, na América do Norte e na América Latina, prioritariamente, no Brasil. O debate contemporâneo do Serviço Social

Trabalho e Sociabilidade - Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea. Divisão social do trabalho. Produção social e valor. Trabalho assalariado, propriedade e capital, processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho.

Serviço Social e Processos de Trabalho - O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do Assistente Social nos processos de trabalho: questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. O Assistente Social como trabalhador, as estratégias profissionais, o instrumental técnico-operativo e o produto do seu trabalho. Supervisão do trabalho profissional e estágio.

Administração e Planejamento em Serviço Social - As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de administração e planejamento em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

Pesquisa em Serviço Social - Concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. A pesquisa quantitativa e qualitativa e seus procedimentos. Leitura e interpretação de indicadores sócio-econômicos. Estatística aplicada à pesquisa em Serviço Social.

Ética Profissional - Os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral da vida social e suas implicações na ética do Serviço Social. A construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional. Questões éticas contemporâneas e seus fundamentos teórico-filosóficos. O Código de Ética na história do Serviço Social brasileiro.

2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio. Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. É elaborado sob a orientação de um professor e avaliado por banca examinadora.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, dentre as quais podem ser destacadas a monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso, devem corresponder a até 5% da carga horária total do currículo pleno.

DURAÇÃO DO CURSO

A carga horária mínima do curso é de 2.700 horas, com duração média de quatro anos. O Estágio Supervisionado terá duração mínima de 15% sobre as 2700 horas, tempo que não se computará nesta carga horária.

O tempo mínimo de duração do curso é de sete semestres, sendo o tempo máximo de integralização de até 50% sobre a duração do mesmo, em cada IES.

RECOMENDAÇÕES

- Incentivar o aluno, através de procedimentos pedagógicos, ao permanente aperfeiçoamento cultural e domínio da língua portuguesa;
Estimular o conhecimento de língua estrangeira, destacando o inglês e o espanhol;
- Propiciar ao aluno o acesso aos recursos de informática, como instrumento de trabalho acadêmico e profissional;
- Estimular a incorporação de práticas permanentes de avaliação do desenvolvimento e dos resultados da formação profissional

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social

Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo

Marilda Villela Iamamoto

Mariangela Belfiore Wanderley